

Domingos de Azevedo Ribeiro

**CRÔNICAS
DO
COTIDIANO**

João Pessoa-PB
1993

Copyright © by Domingos de Azevedo Ribeiro
Direitos desta edição reservados pelo autor

Capa:

Tonio

Composição:

Ipérides Pereira Gomes

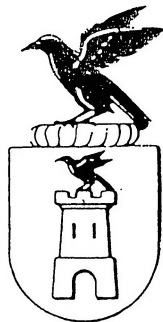
Diagramação e Fotolito:

REPRINT – Reproduções

Gráficas Ltda.

Ladeira São Francisco, 117

(083) 222-5761



BRASÃO DA FAMÍLIA AZEVEDO

FICHA CATALOGRÁFICA
<p>RIBEIRO, DOMINGOS DE AZEVEDO Crônicas do Cotidiano, João Pessoa, Ed...., 1993 206 págs. 1. Crônicas – Biografia I. Título</p> <p>CDU – 78:92</p>

Endereço do Autor:

Av. Marcionila da Conceição, 1392

João Pessoa – Paraíba

Fone: 226-3418

Ozel
Pater - PB
20-10-2004

SUMÁRIO

Prefácio	7
“Areia e sua Música”	9
Carta do Escritor Veríssimo de Melo ao Autor	13
Écos do quarteto italiano	15
A Eternidade de Beethoven	17
O Lundu – Dança Afro-Brasileira	19
“O Norte” e a Música	21
O Primeiro Hino	27
O Segundo Hino	29
A Música de Tambaú	31
Réqueiem para Luzia	35
O Leitor e sua Opinião - Postumaria	37
Um Juiz que se foi	39
Carnaval com Tango	41
Mozart para o Governador	43
O líder Operário Alberto de Brito	45
Centenário de Américo Falcão	49
Eternidade de Areia	53
Canta o Madrigal	55
Canto Coral na Paraíba	57
Santa Rosa	59

Brasil, tempo de Cultura	61
Museu: A Luta para Derrubar Preconceitos	65
Padre José Coutinho	67
Reverendo Gazzzi de Sá	71
Centenário de Matias Freire	75
Horácio de Almeida	77
O Hino Nacional Brasileiro	81
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder	83
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (II)	85
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (III)	87
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (IV)	89
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (V)	91
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (VI)	93
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (VII)	95
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (VIII)	97
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (IX)	99
JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O Artista e o Líder (X)	101
A Concentração Orfeônica de Hoje	103
O Frevo: Interpretação Brasileira de Carnaval	105
A Instalação do Tribunal do Trabalho	107
Adhemar Nóbrega e Villa-Lobos	109
Florescimento De Academias na Paraíba	111
Marlos Nobre e a Unesco	113
O Livro de Padre Eurivaldo	115
Um Livro Sobre a API	117
O Maravilhoso Mundo das Trovas	119
Um Livro Sobre o Mestre Juarez	123
Tempos de Versos	125
Vida e Vida	127
Violência e Repressão no Nordeste	129
A Dança do Tempo	131
Sesquicentenário de Carlos Gomes	133
Primorosa Apresentação da Sinfônica	135
Centenário de Villa-Lobos	137

Concerto para o Governador	139
Alcides Bezerra	141
Maestro Plácido Cézar	145
A Sinfônica Jovem	147
CARLOS GOMES: O Maestro da Aboli��o	149
História da Música: JOAQUIM PEREIRA, Um dos Fundadores da Sinfônica	151
A Banda de Música	157
Isabel Maria Burity Mandl (In Memoriam)	161
Herói ou Santo?	163
Acervo Iconográfico	167

PREFÁCIO

Levado pela sua reconhecida dedicação às pesquisas relacionadas com as atividades musicais na Paraíba, Domingos de Azevedo Ribeiro oferece agora uma nova e valiosa contribuição à nossa historiografia com as suas “Crônicas do Cotidiano”. Com esse novo livro o renomado pesquisador paraibano dá curso à sua persistente paixão pela história em um dos aspectos que, entre nós, ainda parecia um tanto obscuro exatamente porque os nossos historiadores não se preocuparam em fixar subsídios para um estudo da admirável participação de tantos que, ao longo da vida, procuraram desenvolver as nossas atividades musicais, organizando bandas de música, orquestra, corais e outras tantas manifestações do seu talento e da sua capacidade criadora.

Acompanhei de perto, no Instituto Histórico, a comovente dedicação de Domingos às pesquisas que o têm conduzido ao mundo encantado dos acordes musicais na infinita beleza da sua sinfonia. Testemunhei o esforço por ele desenvolvido no seu fã de reunir informações que falassem das atividades de regentes de bandas de música que percorreram os caminhos do sertão paraibano, ou de outras regiões do nosso Estado, levando aos recantos mais distantes os ensinamentos que ensinaram a criação de famosas bandas de música. Há, por todo canto, sinais dessa presença prodigiosa, retratada nas evocações dos coevos ou no testemunho imorredouro da história.

Devemos à paciência beneditina desse incansável pesquisador, e à sua admirável capacidade de organização, um dos maiores acervos da arte musical já reunidos no Nordeste. O Centro de Documentação José Siqueira, montado no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, é o testemunho mais eloqüente da sua fecunda e operosa atuação. Ali ele fixou para a posteridade os fundamentos desta história que a Paraíba ainda não cuidara em escrever, esquecendo o reconhecimento que devemos aos que, vencendo a indiferença do meio e as peculiaridades do tempo, não se descuidaram desse edificante patrimônio cultural que nos legaram. Tudo que fizeram, ou tentaram fazer, está documentado através de fotos, de depoimentos, de reportagens, de notícias em jornais e das partituras que Domingos recuperou para glória maior das nossas atividades musicais.

A “arte das musas”, na primitiva concepção dos gregos, sempre se revistiu para o nosso providente pesquisador do mesmo encantamento que a poesia transmite aos que são tocados pela beleza da sua manifestação artística. Dominado por esse sentimento Domingos vem, fiel aos seus anseios culturais, exaltando a magnitude da musicologia para gáudio dos seus leitores que, mais uma vez, terão oportunidade de sentir que o seu desvelo de pesquisador e estudioso da nossa história têm feito para renome e consagração dos que serviram devotadamente às nossas atividades musicais. Com suas “Crônicas do Cotidiano”, ele transmite a confortadora mensagem do nosso reconhecimento, com a mesma paixão e os mesmos sentimentos que nos têm dominado na exaltação de alguns nomes que engrandeceram a nossa terra.

Deusdedit Leitão

“AREIA E SUA MÚSICA”

Musicólogo Domingos de Azevedo Ribeiro
Resgata fatos históricos em livro

Francinete Araújo – Repórter

“Areia e sua música” é o título da obra literária de autoria de Domingos de Azevedo Ribeiro. O autor, entre outras atividades, é diretor do Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego. Entre as peculiaridades, é o 1º escritor que lançou o livro sobre a história da música na Paraíba, sendo portanto a edição considerada de caráter inédito. E com uma particularidade – editado com recursos próprios, motivado pela verdadeira paixão pela música e amor aos livros.

O documentário, de primeiríssima qualidade, aborda a história musical da cidade paraibana Areia, berço de seus pais. Nas 252 páginas ele traça um panorama pautado em pesquisa só sobre a música, anexando todos os dados e elementos de sentido científico e como tal se constitui num trabalho de vulto de longos anos para trazer até os leitores interessados.

“Meu livro é o resultado de uma pesquisa muito grande iniciada em 1938 quando ainda era estudante do Lyceu Paraibano. Surgiu devido ao incentivo de Mário de Andrade, renomado escritor e musicólogo, que veio a João Pessoa pesquisar sobre a Paraíba”. Lembrou Domingos de Azevedo que, após travar conhecimento com o famoso escritor, saiu com o mesmo para uma visita à feira de Jaguaribe e Andrade lhe deu a dica: “Por que você não se dedica a pesquisar a música da Paraíba?”. E ele seguiu o conselho, passando a

catalogar material para preparar o livro. A obra que ficará presente, dando a chance de enriquecer as teses dos universitários e pesquisadores sobre o tema.

“Areia e sua música” é uma obra inédita na história musical da Paraíba e tem um caráter puramente científico. Além do mais, é enriquecido com uma série de fotografias focalizando todos os quadros de compositores de Areia, dando destaque aos músicos em seus segmentos. E todos aqueles que tiveram evidência são mencionados. Sendo um trabalho de vulto de longos anos, resultado do esforço de Domingos de Azevedo Ribeiro, transformando o material em real valor.

O autor é uma celebridade que já escreveu 34 obras, sendo 30 só de música e as outras 4 sobre a história da Paraíba. E se prepara para lançar o 35º livro. Se a glória e a fama não lhe bateram às portas até hoje como merece, seus méritos jamais serão esquecidos na posteridade, quando outras descendências abrirem seus livros e se encantarem com o conteúdo.

Domingos de Azevedo Ribeiro é considerado o fundador da literatura musical da Paraíba e ao longo de sua existência sempre desenvolveu atividades ligadas a arte e a cultura, seja como diretor de museus, de clubes famosos como o Cabo Branco e Astréa, Academia de Letras Municipais do Brasil, como presidente do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Durante toda a vida suas atividades foram voltadas em prol da cultura e arte musical, dado aos dons artísticos que possui. Devido a veia musical estreou desde cedo como autodidata, dedicando-se exclusivamente à música, arte que sempre o fascinou. Sua grande paixão, a mola mestra que lhe deu forças para dar continuidade à pesquisa que com linhas definidas possibilitou o resgate da história da música ao futuro.

O desbravador da música paraibana, durante sua trajetória, marcou presença, contribuindo de forma bastante significativa quando assumiu cargos de presidente da Orquestra Sinfônica da Paraíba. Como um dos fundadores do Conservatório Paraibano de Música, coordenador de música da diretoria geral de Cultura da Secretaria de

Educação e Cultura da Paraíba. Além de ser membro da Sociedade de Cultura de Música da Paraíba, da Sociedade Brasileira de Musicologia sediada em São Paulo e vice-diretor do Centro Nordestino de Pesquisa Musicológica do Recife.

O musicólogo Domingos de Azevedo Ribeiro é uma figura bastante representativa na sociedade paraibana. Muito conhecido e elogiado por sempre ter contribuído com a cultura musical da Paraíba em funções e cargos, enriquecidos por produções de 15 plaquetes sobre personalidades musicais de produções didáticas de música em João Pessoa, Campina Grande, Pombal, Patos, Cajazeiras. Hinos ao Estado da Paraíba, Hino oficial da Paraíba, Hino da Independência do Brasil e da Proclamação da República.

O amante ardoroso da música é dotado de um universo de conhecimentos musicais contribuindo também em peças de grande valor como as letras de música da Marcha ao Centenário da Abolição e do IV Centenário da Paraíba. O historiador é detentor de vários títulos, comendas e medalhas outorgadas por várias instituições. É membro da Academia Campinense de Letras, diplomado pela Escola Superior de Guerra. Tem título de cidadão pessoense. Comenda do mérito judiciário. Medalha comemorativa dos 50 anos de fundação da Justiça do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho. Presentemente coordena o Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira do Espaço Cultural, do qual é fundador, colocando um material à disposição do público para a pesquisa de um acervo de mais de 6.800 peças da história musical, coletadas durante 40 anos de dedicação à música paraibana e sua história, conforme pesquisa da professora de vernáculo e pesquisadora Anice de Brito Lira, uma das prefaciadoras do livro.

A obra imperdível dá destaques aos acontecimentos presentes na cultura paraibana como o Carnaval de Areia. Os Hinos de José Américo de Almeida, mostra o lado musical de Pedro Américo, que além de pintor era músico. Fala do sentimento religioso em todos os segmentos da cidade lembrado naquela sociedade. Os hinos oficiais. As madres que ensinavam música em Areia. As bandinhas do interior. A música dos escravos em belezas como “Maracatú” cantada

no dia da abolição. Retrata o Clube dos Cantores numa época em que se cantava em latim as semanas santas e não esquece dos cantos gregorianos.

Segue em seus relatos falando ainda de maestros, coros, orquestras, bandinhas. Teatro. Operas, músicas sacras, Tangos, Valsas, Hinos, Polcas, crônicas, corais, cantos, louvores, quadrilhas, dobrados, sambas, ladainhas, novenas, serenatas, barítonos, procissões, preces, artes cênicas... sentimentos e saudades. Fazendo o leitor viajar através de um tempo em que o lirismo, o romantismo e o romance, as paixões e desejos de liberdade eram puros sinceros. Evidenciando momentos mágicos e inesquecíveis de uma época onde a razão não tinha muita importância porque o que falava mais alto eram as emoções mais nobres.

O escritor de “Areia e sua música” dá ênfase a todas as manifestações culturais e na literatura não esqueceu dos versos, poesias, poemas, literatura de cordel... Usando uma linguagem simples, direta, sem subterfúgios. Residindo aí o segredo do seu talento que dá brilho e vida às suas letras – fazendo dos seus trabalhos um instrumento perene e autêntico.

O NORTE – João Pessoa, Quarta, 03 de Fevereiro de 1993

CARTA DO ESCRITOR VERÍSSIMO DE MELO AO AUTOR

Natal, 25.6.1993.

Amigo escritor Domingos de Azevedo Ribeiro: meus cumprimentos,

Recebi seu excelente trabalho de pesquisa: CANTIGAS DE CEGO”. É contribuição importante ao tema folclórico. Em priscas eras eu também escrevi um trabalho a respeito das cantigas de cegos. Mas, não sei mais por onde anda. Perdeu-se nas mudanças e na chamada voragem do tempo. Seu ensaio é mais valioso sobretudo pela documentação musical que você oferece, ao lado do registro poético. O que mais me agradou, entre os versos, foi o registro na página 27, recolhido de um cego em Rio Tinto, PB. Toda vez que pedir perdão a um cego – vou me lembrar do verso inteligente: “Oh! moço não dê perdoe / que é duro de cozinhá / eu botei perdôe no fogo / inda estou por almoçá...”

Mande seu livro para os Institutos de Música das universidades. Ele servirá, certamente, de fonte de recolha das melodias regionais que você fixou sabiamente.

Não sei quem foi mais que me deixou, hoje, seu livro no Conselho de Cultura/RN, que presido. Mas, de qualquer forma quero agradecer-lhe a gentileza da oferta e parabenizá-lo pela importância

do seu ensaio. Prossiga através de outros temas folclóricos. Você sabe das coisas.

Abraço do amigo e admirador.

Veríssimo de Melo

PS – Muito bom o retrato seu ao lado de Mestre Cascudo e do escritor Otacílio Cartaxo.

Aproveito o correio para lhe mandar cópia de artigo meu ainda inédito. Se tiver algum bom repente de cantador daí, me mande. Só coisa altamente boa.

ÉCOS DO QUARTETO ITALIANO

Constitui, ainda, motivo de satisfação e comentário, a magnífica noite de arte levada a efeito, no Teatro “Santa Rosa”, pelo Quarteto Italiano, cuja execução não deriva de improvisações mais ou menos engenhosas, mas resulta do trabalho metódico e inteligente de temperamentos sensíveis à sua perfeita eclosão. Bem sei que o renomado conjunto de arco deslumbrou a quantos tiveram a imensa ventura de ouvi-lo, naquela noite memorável de bela e generosa sonoridade. Muitas vezes, (por que não dizer?) tinha-se a impressão de estar a ouvir um único e maravilhoso instrumento, tanto era a renúncia dos intérpretes, em função da personalidade técnico-artística do conjunto. Realmente, na sua técnica impecável e contagiante, condensa o purismo envolvente da divina arte. Um Quarteto assim não aparece sempre. De uma afinação perfeita, de sonoridade equilibrada, a par de uma absoluta perfeição nos “vibrato”, mas mudanças de posição, nos trinados, nos cortes; de uma dinâmica rigorosamente proporcionada, transformando o belo e expressivo conjunto em um único e grandioso artista. Nos solos, o solista finamente discreto diz o que sente e volta, mais uma vez, a integrar-se ao conjunto maravilhoso. No Quarteto em La Maior, op. 33, nº 6, de Boccherini, atingiu às raias da sublimidade, pela celsitude e fascínio sonoro que nos conduziram ao alheamento das coisas materiais. Vem, em seguida, o Quarteto nº 1, de Mendelssohn, que no Andante Espressivo

dominou inteiramente o auditório. Mesmo antes da execução dos demais movimentos, o entusiasmo já se extravazara por todos os lados, ganhando amplitude, assustadoramente, nas execuções primorosas que se seguiram. Mesmo no Andante Cantabile, de Tchaikovsky, a força interpretativa do conjunto alcançou o terreno do miraculoso, o mesmo acontecendo com “Après un Rêve”, de Gabriel Fouré que, eivado de sublimidade e encantamento, conduziu o ouvinte ao recêso acolhedor de um templo.

Nos dois números extra-programa, podemos salientar o Minuêto de Boccherini, que serviu para fechar com chave de ouro a memorável noite. Está, pois, de parabens a **Sociedade dos Amigos da música**, pela brilhante apresentação do conjunto italiano, que proporcionou aos associados da S. A. M. momentos de indizível prazer espiritual, de instantes de vida extraterrena, de emoções ricas de grandiosidade e de sonho que sempre nos deixa a vivificadora chama da arte. Não visava, o “Quarteto”, pela sua própria natureza de organização e disciplina, alcançar o terreno do malabarismo instrumental, como quiz certo ouvinte interpretar sua execução. Ela foi justa, maravilhosa, poética e celestial. Nos “tutti”, nos ataques demais exigências da partitura não comportava a idéia de execuções fora do plano musical estabelecido. O seu único ideal era fazer música alta e pura.

Revista Nacionalidade Mês XI e XII – 1953 – João Pessoa-Pb

A ETERNIDADE DE BEETHOVEN

“A minha música é uma revelação mais alta que tôda a sabedoria e que tôda filosofia. Aquêlê que chegue a compreender o sentido de minha música ven-se-á livre dos sofrimentos que pungem os outros mortais.”

BEETHOVEN

Assim como a escultura foi uma condição da otimista civilização grega romana e a pintura uma condição da pessimista Idade Média, também a música é uma condição da nova civilização que se inicia. De maneira que não foi uma simples expressão de sentimentalismo retórico, mas uma profunda verdade, a famosa frase de Nietzsche. “Sem a música a vida seria insuportável”. É certo que sem ela puderam existir outras civilizações antigas; mas para a nossa a música é uma condição “sine qua non”.

A música é a mais recente de tôdas as artes, culminou em princípios do século XIX com Beethoven “o supremo mediano entre os homens e o céu, criando uma nova linguagem para falar à Divindade..Assim Emil Ludwig soube sintetizar maravilhosamente o mais conspícuo representante daquela escola e que mais diretamente conduz à redenção humana e que melhor expressa o conceito da civilização futura. “Pelo menos, no que se refere ao mundo artístico ob-

serva Wagner — a nossa civilização não pode ser reanimada senão com a música que Beethoven libertou das cadelas da antiga escola”.

Ao invés das outras artes, a música não expressa a idéia contida no fenômeno; ela própria em si é uma idéia do mundo. Por isso não só é a mais sublime das artes mas também a mais universal de todas. É mais simétrica, mística e imponente que a arquitetura; expressa melhor a dor e o sentimento que a pintura; eleva-nos a uma altura a que nunca chegou a elevar-nos a escultura; produz mais comoção e é mais profunda que a poesia. Fala em todos os idiomas, e, por ser mais flexível e expressiva que a literatura, utilizou-a Beethoven para relatar-nos os dramas, triunfos, paixões, poemas, diálogos e fatos históricos com mais exatidão e eloquência do que o poderia fazer a pena dum hábil estilista. Essa música conduz os homens às mais fundas profundidades da filosofia; como que nos leva à compreensão do destino. Quando com a sua surdez ficou Beethoven afastado do mundo os seus sentimentos, convertidos em música, revelaram-se com mais precisão que nunca podendo alcançar maior clareza que os de nenhum outro mortal. Segundo Schopenhauer, a música encerra em si todas as outras artes juntas, por ser a que mais diretamente vai ao espírito; de modo que, ouvindo música, a imaginação descança não é obrigada a fazer esforço. Ao invés do que se passa com as outras artes, com a música o nosso espírito recebe a mensagem do gênio diretamente. E era esse Beethoven, o cínico fanfarrão rico em desprezo e rico em seu amor pela humanidade, que escreveu a seu benfeitor. Príncipe, sois o que sois por mero acidente genealógico. Sou o que sou por mim mesmo.

Há muitos príncipes e haverá muitos ainda. Mas haverá apenas um único Beethoven”, era êsse o individualista supremo, o super-homem que se dirigia a Deus como a um igual. — e que lá estava, indefeso, surdo, em meios às próprias criações ouvindo menos que o último dos homens.

Boletim de Cultura Nº 7, agosto e setembro de 1959 — João Pessoa — PB.

O LUNDU

DANÇA AFRO-BRASILEIRA

As correntes humanas que contribuíram para a modelagem de um novo e provável tipo físico e moral da América Portuguesa, trouxeram portentoso e rico manancial de costumes e tradições, com seus cantos e danças, que aqui viriam fundir-se, transformar-se, doarmos uma música das mais belas e pujantes do mundo.

Grande parte dos cantos e danças originários dos escravos africanos trazidos para o Novo Mundo, resistiram galhardamente à força desagregadora do tempo; uns com leves, outros com profundas alterações, ditadas pelo contato prolongado entre culturas diferentes. Entre eles está o Lundu. Veio de Angola, como música de dança, popularizando-se com rapidez, tornando-se também canção urbana com o correr do tempo. Caiu em voga e não tardou que o espírito li-cencioso tomasse conta dele, como expressão da malícia popular. Transferiu-se para o teatro, onde foi apreciado pela aristocracia, que tanto se habituou a ouvi-lo, a ponto de levá-lo para os salões. Bem instalado, em meio de veludos e alcatifas, o Lundu adquiriu um fei-tio sentimental e romanesco, chegando até a confundir-se com a mo-dinha que era, ao tempo, a canção dos amores do nosso mil oito-centos e trinta. Nessa mesma época, impresso na Europa, ele aparece no Brasil, como canção singela feita no sistema tonal europeu, no estilo da melodia acompanhada por harmonia coadjuvante, trazendo algumas síncope de caráter expressivo. Com tendências aculturati-

vas, às vezes, sempre mudava de aspecto, tornando-se brincalhão, buscando razões na influência brejeira. Nessa nova fase evolutiva, começou a utilizar forma estável: canção de estrofe e estribilho. Daí em diante, o Lundu do passado com inclinação ao lirismo dançante passou à galhofa, à sátira, e, algumas vezes, à pilantragem: Desde o alvorecer do século XVIII até a segunda metade do século, ele sempre aparece em diversos pontos do Brasil, ora nos terreiros, ora à beira do rio. Nas suas sucessivas modificações, foi até a cançoneta de teatro de baixo nível, sem as características da linha do cateretê aborígene e da armação rítmica – melódica do negro. Embora vários autores atribuam aos escravos a introdução do Lundu no Brasil, outros consideram apenas um fato de comprovação puramente circunstancial. Dizem que passou a ser negro porque serviu aos propósitos almejados à conquista de liberdade dos contingentes africanistas aqui instalados. O certo é: na pureza específica, como era cantado e dançado pelos escravos, tinha raízes angolanas. No urbano, como música utilizada pelos colonizadores, há referências como de procedência europeia, pela leveza e graça do fraseado melódico, com ligeiro travo de sensualidade que fluía dos Lundus amorosos dos tempos imperiais. Na verdade, das três raças estruturadoras da sociedade brasileira, a que maior e mais profunda marca deixou foi, sem dúvida, a raça negra, quer pela herança de traços somáticos e psíquicos mais salientes, quer pela continuidade nas sobrevivências culturais.

Tanto é assim, que no campo da atividade musical o negro exerceu e vem exercendo notória influência, uma vez que temas afro-brasileiros aparecem na vanguarda do movimento de renovação da nossa música. Não só o Lundu, como as demais manifestações musicais dos negros, fornecem elementos plásticos às composições eruditas dos nossos mais consagrados compositores: Vila Lobos, Luciano Gallet e Lourenço Fernande, numa eloqüente demonstração de vitalidade e sobrevivência da musicalidade genuinamente brasileira.

O NORTE – João Pessoa, 14 de março de 1977

“O NORTE” E A MÚSICA

A música, entre todas as artes, é, sem dúvida, a que atinge mais direta e profundamente a sensibilidade. Esse conceito, que a experiência nos comprova, será suficiente talvez para estabelecer a superioridade da música sobre as demais manifestações estéticas. E, entretanto, a mesma circunstância de nos aparecer aparentemente liberta do conteúdo intelectual, falando-nos uma linguagem de pura emoção, torna-se com frequência, na prática, um dos motivos capazes de inferiorizá-la. Pois, quem se destina à música, profissionalmente, sensível de início ao apelo dos seus elementos exteriores, busca não raro aludir a necessidade de submeter a vocação à disciplina consciente do espírito. A música é então considerada um jogo exclusivo de elementos sensoriais, e que desfruta, irreparavelmente, a sua verdadeira função artística.

A música é a arte que diz o que nenhuma língua pode dizer. Ela sempre foi o reflexo seguro e potente da vida dos povos, retratando suas alegrias, triunfos e dores. Ela nos traz um rico e potente manancial de costumes e tradições, com seus cantos e danças, através da análise da formação étnica-social dos povos, permitindo identificar a contribuição de cada um dos grupos humanos ou raciais que, nas suas áreas de existência, se entrecruzaram e viveram. A música sempre procura buscar novos ângulos, comovendo pelo influxo estético da beleza e da emoção e desencadeando estado d'alma

que equivale a sentimento afetivo que parte de dentro para fora, indo estimular a dinâmica do espírito, e, em consequência, se projetando na consciência.

A vida é som. A música traduz o passado e indica o presente, parecendo que a arte é uma eternidade do homem.

Por isso, todas as gerações se preocupam com esse aspecto que configura a predominância do espírito sobre as demais atividades da época. Não fugiu a esse signo o jornal O NORTE, através da extraordinária contribuição que vem proporcionando à cultura musical, na Paraíba.

Na verdade, desde os seus primórdios que esse periódico enfatiza os grandes acontecimentos artísticos do nosso meio, não só no seu aspecto promocional, como incentivando através das suas colunas as mais variadas manifestações musicais da Paraíba. Tanto é assim, que em seu primeiro número – 7 de maio de 1908, insere com destaque e equilíbrio, a situação em que se encontrava a banda do Batalhão de Segurança, como se vê pelo recorte aqui publicado. Continuando nessa meritória divulgação relacionada com a música, o NORTE de 5 de agosto de 1908, publica o belo Hino à Virgem das Neves, com poesia de G. B. e música de José Rodrigues Correia Lima (Zé Grande), na época regente da Banda do Batalhão de Segurança.

HIPO DAS NEVES, Santa Mãe, Virgem das Neves, Nossa luz, nossa alegria / Dai que nossa preces leves / A vós cheguem neste dia/

A vez da serra / Assim repito / Do céu, da terra / Sede bendido/

E sob a neve puríssima / Que nos envolve, ó Maria/

Acolhei-nos amantíssima / Seja nossa eterna guia /

Também no céu infinito / Lá nas paragens azuis / Ouve sempre o nosso grito / Pedi por nós a Jesus /

O NORTE, 5 de agosto de 1908. Versos de G.B. Música de José Rodrigues Correia Lima (Zé Grande)

Durante a década de dez até o término da de vinte, muitos dos

nossos compositores compreendiam a música como uma maneira de cantar e falar com o mundo, de comunicar as suas emoções e fixar os sentimento das coisas.

Era à época poética das bandinhas, dos córetos, em que as velhas valsas buliam com a alma simples da nossa gente; do romântico tempo dos bandolins e violões, da faceirice dos salões povoados de rendas e de longas saias preguiçadas, em crepe da china. O NORTE, por sua vez, se refere às retretas na praça Comendador Felizardo, onde se ouvia músicas dolentes, floridas, doces e embriagadoras, que identificavam os compositores paraibanos naquele período histórico da nossa música.

A felicidade do compositor consistia em ter o que compor, em enfeitar as noites de luar com os seus cantos feitos de amor e de poesia, de suave langor e lirismo acariciador.

Predominava o conceito da beleza e não da técnica. Era o mundo da espontaneidade. Uma música expressiva, afetiva, interior e natural, capaz de reproduzir os sentimentos e sensações mais diferenciadas e as descargas mais violentas das paixões.

Destacadas figuras na nossa música, como Plácido Cezar, José Rodrigues Correia Lima (Zé Grande); Argemiro Colaça Buril, Camilo Ribeiro dos Santos, João Artur, Tonhecas Dantas e tantos outros que deram à musicalidade paraibana uma valiosa contribuição.

Participaram ativamente dessas normas calcados em tramas emocionais, e só através da ação pioneira do prof. Gazzi de Sá, iniciada na década de vinte, conjuntamente com Antenor Navarro, a música artística paraibana se veste de novas roupagens, em face da transformação social que se operava lentamente, uma vez que cada transformação social corresponde uma transformação artística completamente acompanhada de novos critérios e concepções.

Era o movimento que consistia em fazer música erudita de cor nacional, uma vez que os programas executados nas retretas e salões elegantes da época eram extraídos das agendas dos mestres estrangeiros, divorciados, portanto, do meio físico brasileiro.

O movimento buscava fixar nossa geografia humana e procurava exteriorizar nacionalidade. Era o movimento que consistia achar

o Brasil aqui mesmo, em vez de encontrá-lo na Europa, aparecendo como paladino a fulgurante figura de Villa Lobos.

Gazzi de Sá, através do seu trabalho pioneiro, abriu o caminho, preparou o terreno, mobilizou a opinião pública, ensinou pronunciamentos e sensibilizou vocações e valores.

Em 1902, liderado pelo maestro Elias Pompílio, foi fundado nesta capital o Club Symphonico, destinado a prática de músicas sinfônicas entre nós, cuja atividade dilatou-se até 1906.

Em 1945, a Sociedade de Cultura Musical da Paraíba, através do idealismo de Afonso Pereira, Péricles Leal, Desembargador Paulo Bezerril, Francisco Picado, João da Veiga Cabral, Carlos Romero, Hamilton Pequeno, o autor do presente trabalho, João Eduardo, Camilo Ribeiro, Joaquim Pereira, Olívio Pinto, Agmar Dias Pinto, Olavo Parente, Severino Capiba, Paulino Galvão, Luís Pontes, José Metri, Ofélia Gondim, Pedro Neves e tantos outros que contribuíram decisivamente para a consolidação da idéia, na sede da Associação Paraibana de Imprensa, à rua Duque de Caxias, com o apoio integral do jornalista José Leal, é fundada a 4 de novembro, a ORQUESTRA SINÔNICA DA PARAÍBA.

O acontecimento contou com a integral solidariedade de O NORTE, não só nos seus primórdios, como na época dos jornalistas Silvino Lopes e José Leal. Sempre O NORTE enfatiza notícias relacionadas com a música, na Paraíba, e, na realidade deu integral apoio à ORQUESTRA SINFÔNICA DA PARAÍBA, através das suas colunas, como essa divulgada a 8 de novembro de 1957, que reproduzimos em recorte.

Assistimos em 1965, no governo Pedro Moreno Gondim, à oficialização da Orquestra Sinfônica da Paraíba, cujos regentes: Francisco Picado, Joaquim Pereira, Rino Visani, Henrique Gregori, Pedro Santos, Padre José Wanderock, e Arlindo Teixeira, emprestaram uma decisiva colaboração no sentido do aprimoramento dos repertórios e dos seus naipes instrumentais, condizentes, portanto, com o progresso que vinha alcançando.

No governo João Agripino, é criada a ORQUESTRA DE CÂMARA DO ESTADO DA PARAÍBA, através da sugestão dos

maestros Arlindo Teixeira, José Alberto Kaplan, Cussy de Almeida e Emílio Sobel, cujas apresentações vem O NORTE dando destaque especial no decorrer de toda sua existência.

Atualmente, a Orquestra de Câmara da Paraíba, órgão da secretaria da Educação e Cultura e menina dos olhos do secretário Tarcísio de Miranda Buriti, da Educação, vem proporcionando ao público paraibano espetáculos artísticos de alto padrão, graças a competência e o trabalho desenvolvido pelo maestro Carlos Veiga, frente à Orquestra e a esclarecida colaboração do consagrado celista Juarez Johnson.

A Paraíba, musical, portanto, presta ao O NORTE, neste setenta anos de fundação, os efusivos agradecimentos por tudo que vem fazendo em prol do alevantamento musical do nosso Estado.

O NORTE – João Pessoa, Domingo, 7 de Maio de 1978

O PRIMEIRO HINO

Há, em nosso meio, uma velada crítica no que tange à letra do primeiro hino da Paraíba. Na verdade, a poesia do consagrado médico e jornalista Francisco Lima Filho, que foi musicada pelo maestro José Rodrigues Correia Lima (Zé Grande), em 1895, cuida mais dos nossos acidentes geográficos do que da nossa vida moral e política, embora com suaves lampejos à liberdade.

Somos da opinião que a letra do HINO DA PARAÍBA (uma vez que não existe hino oficial), deveria ser o reflexo seguro e potente do valoroso povo paraibano, da sua mentalidade, das suas tragédias, das suas alegrias, triunfos e dores. Uma Paraíba rebelde, insubmissa, a encantar com o seu porte varonil os demais estados da federação. O nosso hino deveria ser o retrato transbordante das multidões a lembrar o planejamento das batalhas, a intrepidez do soldado paraibano. Um hino garboso, que no ardor de seus versos e na beleza de sua música refletisse uma Paraíba vibrante, altaneira, pujante e viril, a proclamar, por inteiro, os feitos da nossa história, o comportamento cívico dos nossos maiores.

A música é motora dos sentimentos elementares do espírito e, em consequência, empurra as palavras, induz e proporciona ênfase ao seu conteúdo, tornando-a mais essencial, emotiva, consagradora, a reproduzir influxos e sensações que conduzem à glorificação de um ideal, pessoas, cidades, estados ou nações.

A composição do maestro Zé Grande, é, na realidade, mais vibrante e expressiva do que a poesia de Lima Filho, que no nosso entender representa uma paisagem descolorida de agreste aridez, a refletir um conjunto de palavras sem alma cívica, sem história, sem rutilância intelectual. É uma espécie de “anjo branco”, para usar as expressões do festejado jornalista Rafael Correia.

No entanto, foi uma feliz iniciativa que colocou o nosso estado na vanguarda da hinografia nordestina.

A música do primeiro hino da Paraíba, é uma devaneadora mensagem de invenção melódica, a traduzir nos seus acordes iniciais uma razoável lembrança da “Marselhesa”, tal era o espírito da época a glorificar os feitos heróicos, da revolução francesa.

Tal como a poesia que é a flor da emotividade a desafiar as gerações pela expressiva mobilidade de suas palavras ungidas de sonhos, de candura, de fulgores místicos, tanto é a música que guarda na intimidade dos tempos, a pureza específica, a sua relação com a alma e o espírito humano.

O hino, portanto, tem o condão de traduzir emoções calcadas nos feitos dos nossos heróis e no sentimento do nosso povo, que transcende às vezes, a própria natureza humana.

É um mundo que se aflora na recordação dos nossos vultos históricos, procurando recriar e introduzir o ardor patriótico, a sutileza e compreensão dos acontecimentos que buscam descobrir realidades. É isso que queremos para o HINO da PARAÍBA.

(O NORTE, João Pessoa, 23-09-1987)

O SEGUNDO HINO

A história da música, na Paraíba, oferece aspectos dos mais atraentes, vivificadores, onde os compositores inspirados pela ambiência de cada época ou jornadas libertárias do momento histórico, criavam músicas sob o fluxo da intuição, da construção melódica integralmente automática, dando às suas obras graças e leveza, sentimentos profundos ou emoções fugazes.

Era a época da espontaneidade, do não ao formalismo da simpatia pelos temas românticos, acariciadores, buscando no amor e na contemplação o seu mundo interior, o sagrado refúgio das suas alegrias, sofrimentos e dores.

Os temas cívicos eram por vezes abordados, mas não constituíram objetos constantes dos compositores do passado, embora encontrassem em Camilo Ribeiro dos Santos, uma acentuada preocupação e interesse por essa forma de expressão musical.

Tinha o mestre areense nascido sob o estigma das lutas partidárias que se desenrolaram na sua cidade e através delas adquiriu o hábito de se expressar em música, de cantar fatos históricos e trazer equivalentes sonoros para retratar a angústia ou serenidade do momento.

O segundo hino da Paraíba, foi composto em 1902 pelo conhecido regente, que costumava expressar em suas produções doloridas acentos de fulgurações melódicas, imagens festivas, timbres claros e

escuros, responsáveis aliás pela beleza da urdidura orquestral. O hino, na verdade, não corresponde aos anseios e aspirações do povo paraibano. Há ausência de poesia e suas inflexões melódicas não são sedutoras.

O mestre Camilo Ribeiro, dentro do quadro da hinografia paraibana, é o mais festejado expoente. São numerosas as poesias musicadas pelo artista areiense e relacionadas com o contexto resultante da envolvimento dos grupos humanos nas inquietantes fases da nossa história política.

O hino foi denominado – Hino do Estado 5 de Agosto em honra à excelsa padroeira da cidade, Nossa Senhora das Neves e executado sob a regência do autor pela banda de música do Batalhão de Segurança.

A música é uma atividade educativa, justamente pelo seu conteúdo étnico e telúrico. Por isso, os compositores do passado viveram sob a influência desse conceito, haurindo nas fontes nativas a inspiração criadora os elementos que constituíram a matéria sonora de então.

Cada época tem a sua sensibilidade artística. Na realidade nenhuma composição foge ao signo do seu meio contemporâneo. É isso que procuramos traduzir.

O NORTE – João Pessoa, sexta-feira, 29 de setembro de 1978

A MÚSICA DE TAMBAÚ

A natureza está cheia de música. O mar e a música se abraçam e se beijam desde as noites dos tempos. Portanto, esse conúbio entre a mais imaterial das artes e o mar não foge ao signo do pensamento científico. O ritmo das ondas e o ulular dos ventos transfiguram-se em doce e acariciador amplexo sonoro. É o reflexo da natureza na sua vertiginosa corrida para a afirmação dos valores.

O homem nasce e vive num mundo de sons, de orgia rítmica. Ele é um ser músico que se alenta de suas emoções. A música nasce e morre com as épocas. É um eterno nascer. Desaparece e renasce através dos fluxos do momento histórico. Houve civilizações recuadas em que ela se achava no centro de vida. E eram tempos felizes, promissores...

Os poetas sempre cantam o mar. Cantar é uma misteriosa revelação que acaricia a alma e envolve o ser de fulgurações embriagadoras.

A música é uma coisa do coração. Sentir-se atraído por ela é melhor que compreendê-la.

Fez bem o consagrado vate paraibano Américo Falcão em cartar Tambaú, e demais praias paraibanas. No “Bailado das Praias” utilizando a música da famosa canção-Simpatia –, reflete o clima romântico daquela fase dourada e impregnada de ternura.

Coro:

Todas unidas,
Bailando assim
Ficarão belas e floridas
Numa alegria sem fim

Somos as praias da Paraíba.
Santos prodígios da criação,
Que o mar altivo verde se exhibe
Para fitar-lhes a perfeição.

Eu sou a glória das praias belas
Tambáú régio de lindas vagas,
Minhas paisagens são aquarelas,
Primores raros de minhas plagas.

Não só os poetas como os músicos e escritores também louvaram a consagrada praia de Tambáú. Silvino Lopes e Severino Araújo, na fase áurea da Rádio Tabajara brindaram o público paraibano como essa composição de acentuado lirismo e de beleza melódica: Tambáú.

Tambáú...
Linda praia do Norte,
Ondas, céu e luar
Coqueiral...
Tambáú, onde estás
Tambáú, Tambáú.

Era verde e forte o mar,
Era branca o luar
A até parece que ainda
Numa visão que é infinda, etc...

Outros, ainda, exaltaram Tambaú. A praia tem sido, ontem, como hoje, uma fonte eterna de inspiração. A compositora e poetisa Ivete Cunha Maul, exprime suas emoções em verso e música à Rainha das Praias Paraibanas – Tambaú, cuja letra abaixo transcrevemos:

Tambaú! praia feita de beleza
Inspiração de um pintor celestial
Obra-prima pela mão da natureza
És do cantor, densa e musa ideal!
Orgulho da nossa terra pequenina
Inda mais belas és nas noites de luar.. BIS

O mar beijando a areia cristalina
Onde casais de namorados vão sonhar!

Quem vê, mais além o Cabo Branco
Se jogando no barranco
Sobre o abismo que é o mar...
Contempla a paisagem comovido
E a Deus promete agradecido
Tambaú hei de amar!

O NORTE – João Pessoa, 12 de novembro de 1978

RÉQUEIEM PARA LUZIA

Há, entre a música e a religião, um parentesco íntimo. Em razão disso, Luzia Simões Bartolino intensificou na experiência dirigida a comunhão da espiritualidade com o seu modo de existência, buscando na música a embriaguez da vida e, na eternidade da união mística, sua vivência interior.

Toda a sua vida foi um apostolado em função da música, de cotidiano esforço para plasmar através da educação musical uma Parábola artística à altura de suas tradições culturais.

Discípula fiel e valorosa do prof. Gazzi de Sá, era considerada herdeira e uma das principais articuladoras dos movimentos empreendidos durante o período em que o ínsigne mestre aqui atuou.

Fomos leva-la à “Casa dos Mortos” em romaria. Antes, seu corpo inanimado descansava entre flores e músicas que seus amigos trouxeram para homenageá-la, atendendo ao seu último pedido.

Nada mais tocante que a música que fala mais do que as palavras, diz melhor do que as lágrimas e o sorriso. Como na música de Bach, que ela tanto amou e que se apresenta tão rica de conteúdo humano, de bondade e de perdão, que dá a impressão de uma longa, iluminada e infinita bênção que cai sobre os homens, indiferentes as suas crenças e preconceitos.

A sedução do ensino e o desenvolvimento musical eram obje-

tos constantes, diários, permanentes, de seus estudos, de suas análises e observações.

A música para ela era paixão. Paixão que continuou até a morte.

Aos seus alunos falava com a experiência adquirida ao longo de várias décadas de atividades, onde sua contribuição foi apreciável e marcada pelo fluxo fecundo de realizações, notadamente no ensino de fundação da Escola de Música Antenor Navarro e Sociedade dos Amigos da Música.

Temos pela inesquecível educadora uma comovida lembrança. Horas antes do seu desenlace mantemos uma cordial palestra, onde foram abordados temas atuais de música e por fim, talvez sentindo o inesperado, leu trechos do Evangelho através de um livro que se encontrava em suas mãos.

Ao baixar á sepultura, ante o profundo silêncio de seus amigos que ainda estavam perplexos pelo infausto acontecimento, andorinhas fagueiras povoavam o ambiente com seus cantos tristes, sendo a única música ouvida nessa tarde quente de dezembro, ante a desolação das lágrimas e o fervor das preces.

O NORTE – João Pessoa, 23 de Dezembro de 1978

O LEITOR E SUA OPINIÃO

Postumária

No ensejo do Sétimo aniversário de falecimento dessa figura de escol que deu tudo de si para o bem da sociedade paraibana, lembramos o perfil que ele foi: moderação, dignidade, singular espírito associativo, firmeza de atitudes e determinações, amigos dos seus amigos.

José Carlos buscava nas explicações das condutas uma suave e confortadora anuência da nossa sociedade, de cujo seio recebeu as mais inequívocas demonstrações de solidariedade e apoio.

À frente do Esporte Clube Cabo Branco criou asas e se elevou, brilhou logo para mais tarde mergulhar no sono. Morreu no meio do caminho, juntamente com Marié, companheira fiel e dedicada, ante a fúria dos abrolhos fatídicos, para tristeza de todos nós.

No impulso da virtuosidade presentida, deixou uma imperecível lacuna e uma conduta social a ser seguida pelas gerações porvindouras.

A figura que ficou, fiel exemplo de inteireza social e vivos traços de mobilidade agremiadora, buscava novos ângulos para os espetáculos das promoções clubistas, cujos méritos lhe outorgam o título de HOMO LOQUENS.

O itinerário de sua vida tão cedo interrompida na ascensão empolgante de uma trajetória que deixou marcos indeléveis em nosso

meio, esparzindo na convivência comum os anseios de sociabilidade, antecipa-se a uma consagração.

Trazemos, também à superfície do presente o destacado homem de sociedade e consagrado desportista José Américo Filho, juntamente com Miriam, que se foram num só abraço e mergulharam nesse nunca-mais.

No meio dessa romaria de evocações, evidenciamos a imagem de Adalgisa Guedes Cavalcanti, na doçura aquarelada de seus gestos, que também desertou da vida pela ausência irreparável de seu filho, cuja lágrimas choradas não secaram em seus olhos.

Viveu ante o infortúnio, numa interassimilação de dores, ânsias, queixas e decepções que envolviam o seu próprio ser.

Morreu de saudade na procura desse aonde...

José Carlos Cavalcanti, no emigrar do cotidiano, nas consequências dos atos e atitudes, era aberto à compra da comunicação, que muitas vezes trazia aroma e flor ou aspereza de mandacaru.

O seu nome vive, até agora, o rastro de sua presença ainda contínua, porque ele quiz sempre servir à comunidade paraibana, através de corajosas iniciativas que muito sensibilizaram o nosso mundo social.

E quando se calou – ele não dorme propriamente, passa apenas pelo sono – emerge repentinamente nesta homenagem de reconhecimento.

Atenciosamente:

Domingos de Azevedo Ribeiro

O NORTE – João Pessoa, quarta-feira, 10 de janeiro de 1979

UM JUIZ QUE SE FOI

Que todos os homens do mundo se considerassem irmãos — era o modelo de vida de LUIZ DE OLIVEIRA GALVÃO.

Tudo nele foi simplicidade, atitudes sem embaraço, como um rio descendo para o mar. Um homem sem ódios e sem vingança a exercer.

A sua existência foi uma festa espontânea de alegria contagiante que oferecia cotidianamente ao teatro do mundo.

Amava a vida e, também, a todas as mulheres. Dizia que uma mulher sem perfume é uma flor sem alma, como se todos os pássaros cantassem dentro de si e o transformasse no sagrado refúgio de ilusões.

Nele encontramos uma admirável lição de tolerância, de compreensão e de bondade.

Seu modo de viver — uma arremetida de prospecção interior para o achado dessa ansiedade irreprimível de seu ser, encontrou guarida no seio da comunidade paraibana.

Opondo o risco ao pranto, a incompreensão aos páramos da ternura, o rigor das sanções à clemência do afago, caminhava por essa estrada palmilhada de vitórias e decepções.

O exercício da função judicante não constituiu meta prioritária de suas aspirações. Foi Juiz pela graça de Deus.

O Direito, para ele, era a lógica da vida, as peculiaridades so-

ciais aplicadas às circunstâncias das partes litigantes. Um direito prático adquirido nas lides do pretório, em contato direto com o homem, com suas necessidades e vicissitudes.

Utilizava o Direito Trabalhista como meio de conciliar os interesses das partes em função de uma interassimilação de obrigações e deveres.

Como comerciante teve fases áureas e de declínio. Da sua experiência dirigida surgiu uma plêiade de homens de negócios que hoje lidera o nosso mundo comercial.

Lembramos das tertúlias improvisadas, da mansuetude de seus gestos, da prosa muitas vezes irreverente que oferecia aos seus amigos.

Conservou até perto de se calar aquele espírito brincalhão, de infinita alegria, embora sentisse n'alma o prenúncio do fim.

Mesmo no infortúnio parecia que vivia numa esplendorosa aparência de ventura, buscando no ritmo e na emoção da palavra a glória de viver.

A mobilidade fraternizadora de seu espírito emerge nesta crônica de saudade e reflete, por inteiro, o pensamento dos que fazem a Justiça do Trabalho, na Paraíba.

O NORTE – João Pessoa, sábado, 10 de novembro de 1979

CARNAVAL COM TANGO

Não há dança sem música. A dança é, na realidade, o resultado do estímulo sonoro que imprime uma conotação de fatores essenciais e necessários á eclosão dos gestos.

A dança e a música são irmãs e nasceram juntas. Na verdade, o homem não prescinde de dança. Ela acompanha a vertiginosa corrida das transformações dos valores, refletindo, através dos tempos, ás angústias, alegrias, sofrimentos e dores das contingências históricas.

O público... o ditador, quer divertir-se com muito zelo e procura o encontro de seus desejos no meio mais próximo e atraente: a música. Nenhuma música foge ao signo de seu meio contemporâneo.

Portanto, á música de cada época é o reflexo seguro e potente do contexto social, buscando nos motivos e acontecimentos o refúgio de sua expressão.

Para aludir a esse aspecto basta evocar os carnavais do passado, que utilizavam tangos, valsas, maxixes, choros, polcas, “schotisshs”, e outros gêneros musicais, para alegria dos foliões.

No carnaval paraibano também era assim. A banda do Clube Astréia, mais conhecida como “Banda dos Caxeiros”, que nucleava rapazes da nossa melhor sociedade, tocava no tríduo momesmo dos idos de 1902 – valsas e tangos.

Em 1904, a valsa “Au Parides des Dames”, editada na Bahia e composta por Luiza Benardo Boccanera, dominou o carnaval parai-

bano. O compositor Alípio Tiago compôs especialmente para o carnaval de 1921 o tango – CARNAVAL NO ASTRÉA, cujo sucesso se prolongou por vários anos.

José Rodrigues Correia Lima, mais conhecido como “Mestre Zé Grande” fez para o carnaval de 1925 a marchinha – Comigo Ninguém Bole, que teve extraordinária aceitação pelo público.

João Artur, então regente da banda da Força Policial apresentou em 1927 a bela marchinha – Pierrot e Colombina, cujos versos refletiam o espírito romântico daquela época.

Camilo Ribeiro dos Santos “Mestre Camilo” como era chamado, não fugiu à solicitação do seu meio ambiente e compôs em 1928 a marcha – Sonho de Pierrot, de grande beleza melódica, cuja letra é de autoria do consagrado historiador Coriolano de Medeiros.

A música é a mais imaterial das artes e, em consequência, permanece na nossa lembrança por muito tempo, trazendo recordações das mais diversas, porque a vida é rodeada de som e a sonora arte se transfigura dentro de nós através de sentimentos afetivos ou exteriorizações outras.

Música e vida são irmãs nas alegrias e tristezas.

Fez bem o poeta de chamá-la “Divina Arte”.

O NORTE – João Pessoa, sexta-feira, 23 de fevereiro e 1979

MOZART PARA O GOVERNADOR

Houve na história humana – há muito tempo, longas épocas em que a música se encontrava no centro da vida. E eram tempos felizes, promissores...

Assim, a música aparece no curso do tempo como agente interior de emoções, estimulando, portanto, a dinâmica do espírito.

O homem nasce num mundo repleto de sons. Desde o acalanto até a elegia fúnebre a humanidade de alenta de suas sensações.

A sonora arte é irmã da religião e traduz também sabedoria, beleza, bondade e consolo.

A música é uma coisa do coração. Fez bem o maestro Carlos Veiga em homenagear com música o professor Tarcísio Burity no ensejo de sua posse como Governador do Estado. Na missa congratatória os cânticos sacros saíram leves, transparentes, com infinitas cores, refletindo, por inteiro, o tecido mozartiano na sua expressão de elegância, graça e leveza.

A personalidade cintilante do professor Tarcísio Burity alia-se ao interesse pelas coisas do espírito, qualidade aliás inata e irrefreável, que não distua a imagem do homem de ação e voltado nesta fase inaugural de governo ao estudo do problema psico-social do momento histórico.

À frente da Secretaria da Educação e Cultura já se credenciará

como autêntico reativador da cultura paraibana, através de processos equilibrados de modernidade.

Será, decerto, no Governo do Estado “condition vitale de toute oeuvre d’art” para usar as expressões de Boudelaire. O que há anos era indecisão, arremedo tímido de iniciante, tornou-se agora plena revelação de condutor de homens, buscando sob o ângulo do humano e do real as diretrizes básicas de seu programa de governo.

Política e arte estão juntas pelo seu objetivo de entrelaçamento.

Quando se deparar com ardentes emoções, com o realismo das cenas ou situações inerentes ao exercício de cargo, com a incompreensão de muitos como tributo natural de sobrevivência partidária, encontrará na música o sagrado refúgio para as suas inquietações — porque ela proporciona intensidade de reflexão, estabelecendo correspondência de interiorização do espírito.

O NORTE – João Pessoa, domingo, 25 de março de 1979

O LÍDER OPERÁRIO ALBERTO DE BRITO

Ele trazia em si os germes reivindicatórios das massas obreiras, embora os contingentes operários aqui instalados fossem em parte pacíficos, rotineiramente indiferentes as conquistas sociais do momento histórico. ALBERTO CARNEIRO DE BRITO tinha a coragem de dizer francamente, lealmente, corajosamente, fazendo de seus pronunciamentos uma verdade viva, orgânica; a verdade sensível e material, procurando fluir a vibração de sua vontade em prol da causa comum, que abraçara com tanto ardor e firmeza de determinação.

Bem moço ainda veio residir em João Pessoa, e, pouco depois, causou-se com Ana de Brito, de cujo consórcio houve filhos.

Nasceu em Recife, na antiga rua do Peres, a 9 de fevereiro de 1852, filho de pais humildes, embora pelo lado paterno descendente de linha portuguesa.

Esteve no Pará em busca de melhoria do tirocínio e, de volta, transferiu-se para Guarabira, e logo mais fixou-se na Capital da Paraíba, hoje João Pessoa.

Como músico, compôs a marcha religiosa Santíssima Trindade que era executada nos tempos católicos da Capital paraibana e o dobrado Branca Dias, freqüentemente tocado pelas bandas militares e merecendo calorosos elogios e chegando até a tomar posição de destaque entre as demais do gênero, na época.

Fervoroso propagandista dos ideais republicanos, participou ativamente do movimento onde procurou agremiar os humildes em torno da causa por ele abraçada com ardor e desprendimento.

Escreveu, ainda, importantes trabalhos doutrinários e na defesa das classes trabalhadoras.

No meio operário, é sem dúvida, o precessor da doutrina Social na Paraíba.

Como jornalista era forte na defesa obreira; na permanente reivindicação dos seus direitos; na conjugação de esforços no sentido de sensibilizar a estrutura governamental de dotar o país de leis sociais que viessem amparar e proteger, de forma efetiva e racional, a classe laboral, ante o advento da revolução industrial em marcha, que reclamava medidas dessa natureza.

Ao lado de alguns companheiros fundou a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais a 11 de setembro de 1881; a 5 de março de 1893, o Centro Artístico Paraibano onde pontilharam figuras ardentes de jovens sensíveis as mais variadas formas de manifestações artísticas, em 1905, a Cooperativa de Trabalho e Beneficente, e, ainda, a Beneficência Mútua; a 14 de janeiro de 1912, o Partido Operário em cujas hostes militou e imprimiu orientação de luta em prol da melhoria da condição de vida do trabalhador, através de uma legislação social que viesse atender às necessidades da época. Foi fundador da Sociedade União Operária Beneficente. Fato ocorrido a 12 de outubro de 1919; era sócio benemérito, honorário e correspondente de inúmeras associações operárias do país. Como poeta, escreveu sonetos que foram publicados, salientando-se “14 de julho e Aos Moços” e outros ainda inéditos. É autor dos versos do Hino ao Trabalho composto em 1907, com música de Camilo Ribeiro, cantado no decorrer das festas operárias e nas solenidades de 1º de maio.

Desde a fundação da Escola de Aprendizes Artífices (hoje Escola Industrial) que ocupava, ali, o cargo de professor da Seção de marcenaria, era o primeiro a chegar e o último a sair. Alberto de Brito era simples, alma aberta mais vigorosa, meticoloso, consciente do papel que desempenhava na comunidade; foi deliberadamente

CENTENÁRIO DE AMÉRICO FALCÃO

“Eu creio na Tristeza e na Saudade...
Suas lindas imagens que bendigo,
Como creio no Amor na Verdade,
Que eternamente hão de viver comigo,
Meu Credo-Poema 15-11-1921.

É comum dizer-se que a Paraíba é fértil de valores intelectuais. O escritor e polígrafo Osias Gomes assim afirma cotidianamente, com aquela visão harmoniosa de seu espírito, a refletir nuances interpretativas do nosso passado cultural e enriquecê-las de novas emoções.

Na poesia, em particular, a singularidade criadora de Américo Falcão resiste às mutações sociais e devesa ser apreciada pelos homens do nosso tempo e gerações porvindouras.

Para ele o mundo era todo aurora, embora fosse um romeiro que chorasse embriagado pelas cantilenas doridas dos amores incompreendidos. Sua poesia não veio de fora – é o reflexo da correspondência de interiorização.

Cultor da fantasia estética, procurou também a vida, através da associação humana. Um coração que chorava em versos, uma alma torturada pelo fogo das paixões, onde se aflora e abriga os peitos angustiados.

Seus versos estão cheios de luar, de amor, de silêncio, de cores, de estrelas, de alma, de Deus. Talvez encontrou no ensinamento de Goethe a suprema ventura “se tua dor te aflige, faz dela um poema”.

Passava dias e noites, manhãs e madrugadas a contemplar a formosura da Praia de Lucena, por que a insônia foi sua companheira inseparável.

Na sensibilidade particular, que registra todas as variações imaginativas e simbólicas de que nutre a verdadeira poesia, reflexo da sua visão íntima de realidade, encontrou expressão imensa na vasta produção poética.

Sua obra é um misto de alegria e tristeza, que espelha o poeta que ele foi, falando de si e dos seus.

O escrever nele era um instinto e não um ato consciente de inteligência, um instinto que revelava a verdadeira vocação da vida, desejoso de esclarecer sofrida significação oculta.

A quadra que compôs e que todo o Brasil canta, tem um profundo sentimento e projeta o autor à consagração nacional.

“Não há tristeza no mundo
Que se compare à tristeza
Dos olhos de um moribondo
Fitando uma vela acesa”.

Um poeta que simboliza mensagem íntima, amor e sonho, sem perder a visão telúrica que o circundava.

Uma poesia bastante sensível às nuances musicais da frase, rica nos efeitos, com suas imagens e comparações. Um homem de Deus, apegado às raízes do misticismo, na beleza e serenidade do julgamento. O ritmo da palavra encadeada com espontaneidade e encanto, valoriza seus versos, através dos efeitos psicológicos que ele bem soube extrair.

Seu filho Leomax Falcão, guarda na lembrança passagens inéditas da vida do poeta, que muitas vezes nas suas quadras emprega a sátira, que adverte e corrige, arrasa e constrói.

Américo Augusto de Souza Falcão, nasceu na Praia de Lucena, Pb, a 11 de fevereiro de 1880.

Descendia de Mariano de Souza Falcão e Deolinda Zeferina de Carvalho Falcão. Nas suas peregrinações à terra de José de Alencar, faz publicar o seu primeiro livro-Auras Paraibanas, prefaciado por Alvaro Martins e Fernando Heyne. Regressando à gleba, ingressou, mais tarde, na Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou. De volta a Paraíba, exerceu indiscutível influência nos nossos meios intelectuais. Ainda, publicou; Rosas de Alençon e Soluções de Realejos. Colaborou em vários jornais e revistas que se editavam nessa capital, inclusive na Era Nova. Foi Diretor da Biblioteca Pública do Estado, onde conseguiu com o brilho de sua inteligência uma fase áurea à nossa casa de consulta. Poeta por vocação e índole, faleceu em João Pessoa a 19 de abril de 1942.

Que todos os poetas do mundo se abracem num elo unitivo, formando uma roda sem barreiras de climas contrários, sem distâncias opostas, porque a poesia não desintegra, mas une, anima a força do espírito, e todos assim confraternizados, se considerem irmãos.

O NORTE – João Pessoa, sexta-feira, 01 de fevereiro de 1980

ETERNIDADE DE AREIA

Achamos que o espírito histórico deve presidir as mudanças operadas, para que o fio de sua evolução não se perca nas origens desconhecidas e, através dela, possa a cultura se caracterizar com realidade inteiriça.

Procura-se hoje uma realidade independente do homem e da vida, em que elemento imaginativo, necessário à função criadora, entre na proporção que anima a análise intelectual e artística de seu passado.

Um problema histórico é sempre uma questão levantada pelo presente em relação ao passado, nascendo daí as críticas históricas em razão dos elementos ideológicos determinantes como assinala o historiador José Honório Rodrigues.

Na hora presente é comum a invocação ou a analogia com as ações que a história conservou.

Sabemos que a inteligência tem as alturas dos vãos dos condores e por isso, a tradicional cidade de Areia alcançou auditório para os seus gorjeios.

A cultura é obra do espírito e não morrerá jamais.

É luz que não se apaga.

Mas a Areia do presente é um sonho emotivo do passado.

Fez bem a poetisa em dizer que “subiu tão alto como a própria

serra que se serve de trono eternamente” referindo-se à cultura areiense.

Aquele dístico – “Amicus Plato sed magis amica.”.

Veritas “como meta primeira do jornal VERDADE editado naquela cidade no século passado, bem traduz a arte de pensar da comunidade.

É preciso que as gerações moças retomem a bandeira caída e levem avante o símbolo de seu passado. É preciso que não se deixe calar a voz.

É preciso que se acenda de novo a luz. É preciso criar asas para a consciência dos primeiros tempos. É necessário soprar a sensibilidade areiense, procurando beijar-lhe a face e apertar ardentemente o seu peito.

Os homens de Areia são como as aves que emigram – afastam-se da gleba querida mas voltam sempre à terra para sentir o seu passado.

São homens que iluminam.

Nas lutas fratricidas em que a cidade esteve envolvida postulou sempre o aperfeiçoamento das correntes políticas, de cujas consequências advieram sangrias que a colocaram, no começo do século, na adversidade.

No entanto, a cultura de Areia ainda permanece.

As críticas históricas nos ensinam que tronos poderosos são derrubados, nações inteiras desaparecem, sistemas políticos ficam desatualizados, mas a cultura de seu povo vive ainda hoje.

Não se mata a cultura como não se apaga o passado cultural de Areia. Ele é eterno.

Areia, 18 de maio de 1980 – Jornal O AREIENSE

CANTA O MADRIGAL

A música artística brasileira, principalmente na fase colonial, teve índole preferentemente religiosa, e encontrou na figura do padre mulato José Maurício Nunes Garcia, cujo sesquicentenário se comemora este ano, a sua maior expressão. No programa elaborado para o concerto de sábado último, na capela da Igreja de São Francisco, foi apresentado o moteto Judas Mercator Pessimus, que bem reflete o conteúdo da imensa obra do ilustre músico, composto especialmente para as cerimônias da semana santa.

Queremos evidenciar o magnífico desempenho do Madrigal Paraíba e aplaudir os seus componentes pelo espetáculo artístico que proporcionou à platéia paraibana, fruto do trabalho perseverante e cuidadoso do maestro Pedro Santos.

O canto coral é uma tradição na Paraíba, e hoje podemos destacar três figuras de reconhecido pioneirismo neste campo de expressão musical: Gazzi de Sá, Luzia Simões Bartolini e Augusto Simões. Gazzi de Sá, como dissemos anteriormente, preparou o terreno, mobilizando a opinião pública, ensejando pronunciamento e sensibilizando vocações e valores. E foi isto que aconteceu aqui. Fez o caminho no sentido da fixação, esta fixação, porém, não só de finalidade estética, mas uma etapa necessária para o desenvolvimento no futuro.

A música é uma linguagem de espécie particular que serve, ora para formular um pensamento, ora para exprimir um sentimento, ora para sugerir imagens, buscando um fio condutor para retratar uma pequena história no curso do concerto.

O segundo número da apresentação do Madrigal Paraíba: Quatro Tractus para o Sábado Santo, do compositor Lobo de Mesquita (José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita) que foi excelente organista e compositor do chamado período barroco da música mineira. Recentemente, o emérito musicólogo e homem de letras padre Jaime Diniz, fez editar em plaquete um estudo sobre a sua obra, cujo lançamento é uma valiosa contribuição à música brasileira, merecendo, portanto, destaque especial. O autor traz a seguinte indicação sobre a música “Tractus, por definição, é uma peça cantada do princípio ao fim, não admitindo alternativa de texto, com caráter de estribilho. Integra-se no Proprium Missae da liturgia romana. Sua função é substituir o Aleluia, quando este não é requerido pela Liturgia”. Na interpretação, o coro se conduziu muito bem e recebeu aplausos prolongados do numeroso público ali presente.

Como terceira música do programa, fez bem o maestro Pedro Santos em incluir a Novena de Nossa Senhora do Pilar, de Francisco Gomes da Rocha, com coro e orquestra. Devemos ressaltar o excelente nível em que se encontra a Orquestra de Câmara do Estado da Paraíba, face o egresso de bons instrumentista para o seu corpo orquestral.

Na verdade, o ponto alto do concerto foi, sem dúvida, a Novena de Gomes da Rocha, composta em 1789, de exuberante tom festivo, acentuada beleza melódica e dotada de infinitas cores. A obra é constituída de 7 parte e foi encontrada nas sacristias e arquivos das igrejas de Minas Gerais.

A cultura musical brasileira deve ser preservada a todo custo e é preciso uma luta tenaz para manter à memória nacional. É necessário trazer à luz das gerações presentes o potentoso manancial do barroquismo mineiro, vivido no apogeu do Ciclo de Ouro. E isto o Madrigal vem fazendo. Aqui só nos resta o agradecimento.

O NORTE – João Pessoa, quarta-feira, 9 de julho de 1980

CANTO CORAL NA PARAÍBA

Nas nossas incursões pelo terreno da música do passado, na Paraíba, encontramos na figura de Manuel de Cristo Grangeiro e Melo, o precursor da utilização e prática do canto coral entre nós. Seu coro tinha vida permanente, porquanto participava das festas da “Padroeira” de inúmeras cidades do nosso Estado e do Rio Grande do Norte e, ainda, excursionava a Recife para fazer com sua orquestra e coro, a Festa do Carmo. Foi uma atividade musical que projetou sobremaneira, à cidade de Areia no cenário musical do Nordeste na segunda metade do século passado e fez, como nenhuma outra, incentivar à prática de conjuntos corais fundamentados na experiência e formulação de programas alusivos não só no campo sacro, como também calcados na expressão da música erudita.

Depois dele só tivemos notícias do coral de Elias Pompillio, integrante do Club Symphonica da Parahyba, fundado aqui em 1902. No começo de 1915, Camilo Ribeiro dos Santos organiza o coral da Sociedade Musical, cuja atividade permanente foi até 1921.

A partir daí, o maestro José Rodrigues Correia Lima funda o coral da Igreja do Carmo que fez, durante vários anos, centenas de apresentações em colégios e igrejas desta capital. O Colégio de Nossa Senhora das Neves também possuía o seu coral, sob a regência de religiosas. O Colégio Pio X, por sua vez, adotou um coral com o nome de Pio X.

Ao lado de orfeão Carlos Gomes, dirigido pela prof^a Santinha Sá, Gazzi de Sá fundou em abril de 1937 o coral Villa Lobos, considerado pela crítica especializada de excelente nível artístico. De Gazzi de Sá podemos dizer que, através do seu trabalho, abriu o caminho, preparou o terreno, mobilizando a opinião pública, ensejando pronunciamentos e sensibilizando vocações e valores para a prática de canto coral.

Ainda tivemos o Coral Guarany, dirigido pela prof^a Marilda Eduardo e Coral da Orquestra Sinfônica da Paraíba, sob a direção do padre José Vannerock, e do Lyceu Paraibano, coordenado pelo prof^o. Augusto Simões.

Atualmente, a Paraíba conta com excelentes corais, entre eles o da Sociedade Paraibana de Canto Coral, fundado e dirigido pela prof^a Rosinete Ferrer Arruda. A iniciativa representa um incomum esforço da ilustre educadora, através de um trabalho sério e significativo para a cultura musical da nossa terra. O seu espírito de luta em prol do conjunto que dirige, já tomou corpo junto aos meios artísticos nordestinos e evidencia o quanto pode o esforço bem orientado unido à vontade de fazer.

Jornal da Sociedade Paraibana de Canto Coral
João Pessoa, outubro de 1980

SANTA ROSA

Tomás Santa Rosa Júnior foi, por excelência, o mais verdadeiro e espontâneo dos intérpretes figurativos do segundo período do Movimento Modernista de 1922. Cenógrafo, ilustrador, professor, animador do teatro novo e crítico de arte; seus desenhos têm o selo da própria individualidade irrequieta e ocupa, agora, um lugar de destaque na história das artes brasileiras do atual século.

Nascido em João Pessoa em 1909, começou a desenhar com apenas 12 anos. Pintava estandartes para as Festas das Neves e do Carmo, cartazes dos cinemas Pathé e Rio Branco, cenários de teatro, ilustrações de livros e propagandas comerciais. Concluídos seus estudos secundários no Lyceu Paraibano, deslocou-se em 1932 para o sul do país, e, ali, conheceu Portinari, que o incentivou a prosseguir em cima da obra que iniciara com tanta convicção e entusiasmo.

Santa Rosa, como professor de desenho e artes gráficas, era um nativista nas manifestações pinturescas e a emoção do simples e do horizontal se evidencia em seus quadros, como a *Serenata* e *Enterro*. Fixou, também, valores folclóricos, através de obras que visualizam danças carnavalescas e motivos outros. Suas gravuras e aquarelas são acentos e objetivos da revolução modernista, buscando na pintura atualizar a inteligência dos nossos dias e estabelecer diretrizes e avaliações para uma consciência nacional.

Deve-lhe o teatro brasileiro uma extraordinária contribuição no terreno de sua renovação, em consonância com os valores modernistas que modificaram os critérios do teatro tradicional, enxertando-lhe novas idéias e opções. Fundou em 1937, em companhia de amigos, 'Os Comediantes, grupo teatral destinado a incentivar e disseminar nos autores e atores jovens da carreira, formas capazes de transmitir e alcançar emoções diferentes. A partir de 1939, fez exposições de seus quadros em inúmeros salões de âmbito nacional e internacional, além da mostra na Associação Brasileira de Imprensa, 1942, e no Instituto do Arquiteto do Brasil, em 1945. Seus desenhos foram ainda revelados em exposições nos Estados Unidos, principalmente no Museu de Arte contemporânea em Nova York e ainda executou decorações em Pampulha e na Quintandinha.

Exerceu o magistério na Fundação Getúlio Vargas, no Conservatório nacional do Teatro e na Escola de Belas Artes. Suas primorosas gravuras nas capas do Ciclo de Açúcar e nos romances de Graça Aranha e Jorge de Lima, são representações visuais e plásticas que atestam o talento do autor.

Sugerimos que o Governo do Estado adquira para o acervo do Espaço Cultural algumas das suas obras e promova em futuro próximo uma homenagem ao insigne pintor paraibano tão esquecido em nosso meio, escolhendo o seu nome como patrono do Festival de Arte de Areia.

Faleceu Tomás Santa Rosa de morte súbita, na Índia, quando representava o Brasil no Congresso da Unesco em 1956, deixando uma lacuna imperecível para as artes em geral em nosso país.

O NORTE – João Pessoa, quinta-feira, 25 de dezembro de 1980

BRASIL, TEMPO DE CULTURA

Fez bem o Governo do Estado em editar, através da Diretoria Geral de Cultura, as exposições e debates condensados por ocasião da realização do III Seminário Paraibano de Cultura Brasileira. O livro enfoca os segmentos da história nos seus mais variados campos: História e Pesquisa Histórica no Brasil, História e Direito, História e Política, História e Economia, História Presente e Realidade Social Paraibana, História e Sociologia, A Tradição, A Memória e a História, cujos temas foram questionados no âmbito do comportamentismo e estruturalismo da realidade mundial e, em particular, da brasileira. A presença, no conclave, dos historiadores e cientistas sociais José Honório, Octaviano Nogueira, Paulo Bonavides, Odilon Nogueira, José Octávio, Hélio Jaguaribe e Vamireh Chacon, trouxe à moderna corrente da historiografia brasileira visões novas para o estudo e reflexão da análise prospectiva das situações abordadas, comparações esclarecedoras entre atuação de seus integrantes em todos os padrões da história e da cultura, em seus níveis mundial, nacional, regional e paraibano.

A obra reflete, em seu conteúdo, a linha dominante do pensamento historiográfico do presente e levanta, através de substancial repertório documental, análises críticas e avaliações que colocam velhos conceitos superados por formas renovadas de cultura histórica. No entanto, o tecnicismo em história e demasiados impulsos em

alguns de seus postulados, cria uma autolimitação histórica, que é uma zona sectária do pensamento humano.

Evidentemente, o nosso tempo se caracteriza por profundas e rápidas transformações, onde predominam as exigências formalísticas, as tendências analíticas e problemáticas e, em certos países, por uma rígida instrumentalização ideológica, frutos, aliás, de um período de transição que passa a humanidade.

O apelo à história e, no momento, uma necessidade imprescindível. O ilustre historiador José Honório Rodrigues traz em Brasil, Tempo e Cultura uma larga definição para os estudiosos da história, quando enfatiza: "O passado não deve ser estudado como um objeto morto, como uma ruína, nem como uma autoridade, mas como uma experiência. Uma experiência aprendida e consolidada. Por mais arrogante que seja o presente, nele se inserem forças do passado, sem cujo conhecimento, a compreensão do presente é incompleta". Daí, a importância da história para os nossos dias. Para conhecer o presente é necessário, também, conhecer o passado.

O jurista da Escola Histórica, Paulo Bonavides, questiona, no livro, a problemática do instrumento histórico, que entra como subsídio fundamental à concepção da temática das teorias jurídicas, tecendo considerações, identificações e posições entre o Direito e História, focando incursões avaliadoras dos ensinamentos colhidos pelas teorias jurídicas tendo por base a lição da história e das intuições historicistas consideradas antecipadoras para a formação das estruturas jurídicas do presente. O historiador José Octávio, por sua vez, enfoca as causas que influenciaram decisivamente na balança das decisões, as diretrizes emanadas dos representantes das oligarquias paraibanas, cujo conseqüências de comportamento geraram inquietações de ordem política, social e econômica. Aludindo o tema: História Presente e Realidade Paraibana, o expositor se fundamenta em criteriosa pesquisa, onde aborda as oscilações, avaliações e tendências dos nossos segmentos no processo histórico que entra política, economia e o social. Pela qualidade e sistemática apresentada, riqueza de informações e reflexões, ele nos mostra uma visão globalizante da realidade paraibana.

Portanto, Brasil, Tempo e Cultura constitui valioso manancial para o estudo de história e se recomenda pela excelente feição gráfica. É uma obra palpitante que, em boa hora, é editada pela Secretaria da Educação e Cultura, permitindo, pelo confronto dos textos, que se reconstitua em roupagem nova, os acontecimentos denunciadores da involvência de grupos humanos que, nas suas áreas de existência, viveram e atuaram.

O NORTE – João Pessoa, 31 de dezembro de 1980

MUSEU: A LUTA PARA DERRUBAR PRECONCEITOS

É comum dizer-se que o Museu é uma instituição desvinculada do presente, sem perspectiva, funcionando, apenas, como entidade morta; como jornal de ontem, conforme a afirmativa. Quando se quer dizer que uma pessoa ou coisa se encontra ultrapassada pela incursão de novos valores na sociedade contemporânea, logo é classificado de peça de museu, consenso aliás cristalizado na mentalidade do nosso homem comum. No entanto, essas assertivas não encontram respaldo nos diversos segmentos da cultura histórica e científica, bem como no âmbito dos educadores, tendo em vista o alto valor que ele desempenha como instituição geradora de cultura, mostrando às nossas gerações o que foi o passado e, daí, tirando-se conclusões avaliadoras para o cortejo e análise dos vários campos do conhecimento, que o passado entregou ao presente e nós, agora, em formas renovadas, queremos continuar no futuro.

Historicamente, os museus do Brasil, tiveram forte influência européia, passando assim por muito tempo. Hoje, essas instituições, são dirigidas por museólogos, estruturadas dentro dos padrões de museologia e museografia. O que se deve fazer é estabelecer uma política esclarecedora junto às escolas, visando sensibilizar e desenvolver o gosto do jovem pelos acervos, apresentando o museu como organização viva e atuante para o estudo e valorização da nossa história.

Os chamados museus de arte moderna funcionam não como entidade estática e, sim, como escola dinâmica, na qual o visitante não é apenas levado a conhecer as peças expostas, aprendendo também em ateliers livres, uma arte ou um ofício, sem qualquer preocupação de ordem acadêmica.

Entendemos que meio mais indicado para alcançar a efetiva participação do educando nessa área de formação cultural e educacional, deve ser a escola, passando o estudante a ver o museu como algo importante, criando o hábito de visita, não só como deleite, mas observando as peças do acervo em outras dimensões; que o objeto não pareça, somente, o que é, mas o que representou para a sua época.

O museu expõe, em linhas gerais, a variação do gosto artístico, os documentos e objetos que foram produzidos no perpassar de várias etapas da história. É, evidentemente, casa de cultura do mais alto nível e, portanto, deve ser preservado e prestigiado pelos homens do presente. Museu é história e, sem o conhecimento da história, a cultura é incompleta, porque o passado está engajado no mundo do presente como experiência atuante e consolidada.

É preciso que o tipo de trabalho a ser desenvolvido nas escolas do 1º e 2º graus, seja dirigido no sentido de conscientizar o jovem da necessidade da história, plasmando uma permanente política de participação e identificação dos nossos acervos, porquanto museu é um valioso instrumento de aprendizagem histórica.

Existem, entre nós, inúmeros museus, onde se destaca o Museu Sacro da Igreja de São Francisco, ora em fase de restauração, e outros que vêm contribuindo de maneira significativa para guardar e conservar valiosos documentos históricos, artísticos e científicos do povo paraibano.

Esperamos, pois, que no futuro próximo, o consenso negativo arraigando em nossa gente como referência aos museus, seja substituído por uma clarividente integração e valorização do nosso passado histórico.

O NORTE – João Pessoa, quarta-feira, 7 de janeiro de 1981

PADRE JOSÉ COUTINHO

A morte não é o acabamento final de tudo. Além da vida, no mundo, o homem continua a viver através das suas idéias e ações. A existência do padre José Coutinho foi, cotidianamente, um misto de renúncias e ambições pela felicidade dos humildes. Crítica para corrigir, destruía para construir. Teve a bravura de apontar o ridículo, de profiligar vícios e mazelas da sociedade contemporânea, cujo posicionamento lhe valeu um rosário de disabores.

Dotado de uma prodigiosa memória, era de ver como discorria, abundantemente em respostas às indagações que se lhe faziam. Um padre que não esquecia, jamais, as necessidades dos outros, encontrando no servir, sua alegria interior. Para ele, coisas foram importantes; o homem foi mais. Não amava, somente, com palavras, mas se integrava ao sofrimento alheio. O bem estar dos probres, era o seu bem estar. Caridade, ele gravou esse lema no frontispício da sua mente e continuou nessa caminhada povoada de ingentes esforços, até a morte.

Colaborou na imprensa falada e escrita, da Paraíba. No escrever e em seus pronunciamentos refletiram o seu modo particular de vida, as normas de ações postas em prática no curso da sua atormentada existência. Tomou, é certo, posições políticas frente aos acontecimentos, embora a política entendida como disciplina e a prática das relações sociais. Sugeriu a Bandeira do Nego nos con-

turbados dias que antecederam à Revolução de 30 e participou do movimento revolucionário.

José Coutinho entendia que a religião não era só palavras, quimera, estrato apenas de misticismo: era ação, compreensão e amor para com os nossos semelhantes. A fé sem as obras de caridade, é morta.

Sua caridade era exercida sem burocracia, despedida de instrumentalização prévia, operacionalizada face à necessidade do momento. Sua ânsia era aplacar os sofrimentos dos necessitados, que se agasalhavam à sua sombra. Utilizou a caridade como instrumento de amor e falava, ao mesmo tempo, dos planos de Deus e dos homens. Dava tudo de si e não queria nada de compensação material. Vi-o, certa vez, consolando os humildes: aqui alguém de face macerada exteriorizava suas verdades torturantes, que ele procurava transformá-las, em verdades redentoras; ali, um escondia suas chagas; acolá, desprezados pelo mundo, famintos e seminus, pediam a sua ajuda; mais adiante, outros que vinham de terras tostadas, de um céu adusto, vertendo lágrimas de incontidas amarguras, estiveram os braços. “Prezado, Deus vai dar um jeito”, exclamava. Na verdade o seu idealismo se entrelaçava no feixe de intencionalidade cristã, que é um símbolo de igualdade.

Foi músico e poeta. Musicou inúmeros poemas religiosos de autores paraibanos e, ainda, pede fé, saúde e prosperidade para a Paraíba, na sua tão decantada composição poética-Senhora das Neves. Muitas vezes, ferido pelo mundo, incompreendido, até, nunca deixou de prosseguir na sua realidade. A sua realidade era, porém, a nossa realidade. O seu trabalho assistencial o fez com tanta força e tanta sinceridade que ainda hoje é lembrado pelas gerações presentes. Muitos não souberam perdoar as suas fraquezas, que são contingências da nossa natureza e símbolos do nosso nada.

No fim da vida, ele se cansou de tudo, exceto de amar os seus pobres. Sentiu o homem no inteiro domínio das suas necessidades, na gênese espontânea de seus processos de vida. Nele, houve uma interassimilação de todas as dores, ânsias, queixas e decepções, envolvendo o seu mundo íntimo e o exterior, através de uma perma-

nente interação de ações. Bem haja aquele que procurou encontrar um lenitivo para os homens “entre a terra angustiada e o céu bendito”. E isso basta.

O NORTE – João Pessoa, terça-feira, 17 de novembro de 1981

REVENDO GAZZI DE SÁ

Faz, hoje, um ano, que desapareceu do nosso convívio o professor Gazzi de Sá. A figura que ficou, fiel exemplo de inteireza de mestre e vivos traços de mobilidade agremiadora, buscou novos ângulos para o ensino e a prática musical, entre nós. Ao longo de sua atuação, abriu caminhos, preparou o terreno, mobilizando a opinião pública, ensinando pronunciamentos e sensibilizando vocações e valores.

O trabalho honesto e consciente foi a nota alta de sua conduta, do seu feitio, do seu espírito de luta, do seu idealismo em prol de uma Paraíba artística à altura de sua tradições culturais.

Privamos da sua amizade por longos anos, onde se via professor dedicado e amigo, indiferente aos frutos materiais que lhes proporcionassem compensações pelo langâmico esforço sem prêmio e tantas vezes de ignoradas renúncias. A ele devemos os primeiros estímulos, o nosso encorajamento à iniciação musical. Simples, culto, de atitudes moderadas, embora de determinações irreversíveis quando isso ou aquilo não estava em consonância com as suas convicções.

Na década de 20, inaugurou na Paraíba, auxiliado por Antenor Navarro e outros, a renovação e a prática da música então em crescente penetração, que tinha como paladino a fulgurante figura de

Villa Lobos, cuja música, em parte, à densidade estética cede lugar à densidade social, através do aproveitamento de temas folclóricos.

Gazzi de Sá, no feixe de intencionalidade que entrelaçava na elaboração dos programas dedicado ao público, deixou transparecer a imagem do didata, na consciente preocupação de plasmar junto à comunidade paraibana uma mentalidade artística fundamentada na música erudita que, para isso, contou com o apoio e a colaboração dos valores locais.

Ele não foi um músico bitolado. Adotava convicção em busca do estético. Cantava à sua maneira, exteriorizava à sua maneira. Daí, o seu valor. No seu tempo a música brasileira experimentava uma inquietação à procura de soluções adequadas, de revelações de revisão e de novidades. Na forma e na elaboração assistimos o advento de contornos novos, em contraposição àquela arte serena e refletida da música tradicional. A arte pretérita ainda dominava o nosso aca-nhado meio musical e ele trouxe à Paraíba a experiência e a prática da escola nova, porque era, na verdade, um explorador de caminhos. O grande capítulo da cultura humana tem sido escrito à custa de audácia e do pioneirismo de alguns. Viveu e atuou em função das tendências musicais em perspectiva, e, em consequência da arte resultante da configuração de uma sociedade sacudida por toda a sorte de problemas morais, religiosos, econômicos e políticos. A arte, portanto, passa assim a caracterizar uma época com manifestação, conotação da presença do homem, porque ele é causuístico fundamental de todas as transformações da humanidade e da cultura.

Para trazer à presença da atual geração a lembrança da sua obra educacional, a Secretaria da Educação e Cultura, através da Diretoria Geral de Cultura promoveu e executou, sob a esclarecida coordenação do professor Gerardo Parente, o “Projeto Gazzi”, cujos frutos de comunicação e processo de difusão musical calcado no movimento empreendido pelo saudoso mestre na década de 40, merece especial registro. Aqui deixamos o apelo para a repetição do evento e, ao mesmo tempo, a nossa solicitação no sentido da Uni-

CENTENÁRIO DE MATIAS FREIRE

A Paraíba, através da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, prepara-se para comemorar, condignamente, o Centenário de nascimento do Cônego Matias da Silva Freire, nascido em Ponta de Campinas, então município de Mamanguape, a 21 de agosto de 1882. Sacerdote, professor de atentado mérito, parlamentar dos mais atuantes, poeta e jornalista de postura polêmica, atuou na Imprensa local, notadamente no Correio da Manhã, na Imprensa, na União e no Diário do Estado.

A espiritualidade permaneceu face a face diante da sua vida. Estudar, analisá-lo, perquirir os vários aspectos de sua personalidade, não cabe nesta crônica. Queremos, apenas, lembrar. Evocá-lo, homenagear a figura que a ele foi: fiel a si mesmo, a convicção do que falava, e expunha em termos de fé e de posicionamento político. Lembramos dos seus gestos fortes, de sua firmeza de atitudes e determinações, onde não procurava criar o medroso, mas, o corajoso, o movimentado, o homem útil.

Aos seus alunos falava com a experiência de uma vida pública agitada, de coração aberto; ardendo de sinceridade. A figura carismática de João Pessoa o fez homem de armas, embora antes, fosse um homem de idéias. Participou, ativamente, da Revolução de 30, não só no sigilo e nas ligações com as áreas conspiratórias, mas ain-

da, na articulação, na trama e na urdidura para o desfecho da luta armada, tornando-se um revolucionário radical.

Lembramos bem da inflamada exortação do padre Matias Freire junto ao “Altar da Pátria”, em Mamanguape, onde conclamava o povo às fileiras revolucionárias. Todos de joelho cantaram o Hino a João Pessoa que era, no momento, uma espécie de bendito cívico. Em resposta, a multidão gritava: “Queremos armas para vingar João Pessoa.” No exercício do cargo de Diretor do Lyceu Paraibano, fomos designados para acompanhar o mestre Mário de Andrade em suas andanças por João Pessoa. Talvez, se não fosse designado, o autor desta crônica não teria se inclinado para o campo da musicologia histórica.

Mário de Andrade afirmara na conclusão de seu trabalho de pesquisa em João Pessoa: “Domingos, você continue a pesquisar a nossa música. Músicos ha muitos, pesquisadores, pouquíssimos”.

Como poeta, Matias Freire foi autor de inúmeros sonetos, entre os quais: Angelus, Filósofo, Alma de Minha Mãe, Velho Soneto e Mamanguape. Nos seus versos e espaço telúrico se transforma em marco de acontecimentos e se funde de atividade com um passado ressuscitado pelo poder imaginativo do poeta, onde os seres e as imagens vão surgir impregnados por um calor de intimidade. Os seres em sua postura poemática tomam as dimensões de harmonia sonora e tudo se condensa em benefício da estrutura lírica.

Como Diretor da Escola Normal do Lyceu Paraibano, Presidente da Assembléia Legislativa, deputado federal na legislatura de 1935-1937, membro da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico, surge como personalidade das mais atuante da vida literária e política, na Paraíba, no decorrer das décadas de 20, 30 e 40. Faleceu o Cônego Matias Freire, em João Pessoa a 30 de março de 1947

O NORTE – João Pessoa, 11 de dezembro de 1982

HORÁCIO DE ALMEIDA

Em Horácio de Almeida, o traço de humor e o pessimismo irônico permaneceram por toda a sua vida. Ele tinha, sempre, o improviso do epigrama, à hilaridade do epitáfio, à facilidade da sátira. Índole independente e polemista, se comprazia em lançar, escamotear e logo renovar, para fazer desaparecer idéias contrárias as suas, caricaturando os contestadores em tom jacosco, no obstinado aceramento da verrina. Preferia destruir do que construir ídolos. Muitas vezes parecia uma maré de fogo, avançando sobre os seus adversários. Memorialista dos mais argutos, salientando o papel da reminiscências com nota pessoal e íntima, retragando, a fisionomia educacional do seu tempo, onde o localismo, a reportagem social, o documentário e a vulgaridade dos termos surgiam copiosamente.

Em seu discurso de posse das Academias de Letras do Brasil, em sessão de 24 de outubro de 1959, se debruça nas primeiras impressões. “Ao redor de mim mesmo” é uma confissão tendente a explicar o complexo de influências que atuaram na orientação e composição de suas obras. No fundo, o autor de “Brejo de Areia” é um provinciano nostálgico, e o seu discurso de posse é o eco da sua vida com todo o cortejo de rebeldia que o caracteriza e se reflete no curso da sua existência.

Jamais se libertou das evocações da infância (tudo aquilo que mais tarde seria o traço fundamental do seu caráter que já se deli-

neava, nitidamente, falando de si e dos seus). Não foi, decerto, um intelectual para o qual o ato de pegar na pena significava forjar uma segunda natureza, desligada dos seus traços afetivos, das suas mais caras vivências. Durante o itinerário da vida não extirpou do seu espírito a condição nativa, as raízes com a terra paraibana, e, dentro dela, por um afeto todo especial a Areia. O seu sentimento religioso não teve cheiro de sacristia e ele, por vezes, foi irreverente para com os postulados cristãos. Achava que era mais útil às letras históricas questionar temas objetivos, e manipular enfoques novos, do que aceitar os louvaminheiros, os planfetários de heróis. Soube, de certo modo, fixar na forma narrativa os reflexos individuais da decadência da sociedade patriarcal, erguida sobre a manocultura da cana-de-açúcar. Parte da sua produção literária é o relato físico e espiritual da região, refletindo os acidentes da vida, as paixões primeiras, o lirismo rude, a expressão dramática, a plasticidade engajada na corrente episódica.

No seu livro “História da Paraíba”, quer focalizando os fundamentos econômicos, políticos-militares, étnicos, religiosos e culturais, enseja uma reorientação sob o ângulo crítico, procurando, à medida do possível, evitar o factualismo das cenas, o convencional das achegas narrativistas, imprimindo uma reavitalização à sua obra, através do processo de interpretação e reflexão dos segmentos enfocados, onde emerge como um dos historiadores paraibanos mais abalizados. A conduta do autor, pelo que oferece de adequação com sua produção, serve, decerto, a esse busca: sua história literária tem o mesmo sentido e obedece à mesma evolução e desdobramento no campo histórico.

E traçando-lhe o perfil magro, estatura mediana, olhos penetrantes, cabelos longos e esvoaçados, encontramos em Horácio de Almeida, a fisionomia de um homem inquieto e sedento de realidade.

Forte, enérgico e combativo, renovador e polêmico, obedecia às próprias convicções, agindo em conformidade com elas, se tornando, às vezes, até impiedoso, cáustico e insolente.

O HINO NACIONAL BRASILEIRO

A conferência do historiador e cientista social Odilon Nogueira Matos sobre o Hino Nacional Brasileiro, pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e transcrito na Revista “Notícia Bibliográfica e Histórica”, editada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, reveste-se de um significado todos especial. Os enfoques novos levantados pelo ilustre conferencista, quer no seu aspecto histórico, quer no músico lógico, apontam as marchas e contra marchas verificadas na balança das decisões governamentais com relação ao nosso símbolo nacional. No trato da Ciência Histórica, o autor buscou nas fontes documentárias os elementos essenciais e indispensáveis à formulação historiográfica, cuja evidência informacional reconstituída ao longo do tempo, traz as posições assumidas pelos legisladores com referência à letra do Hino Nacional, nas quais o instrumento histórico entra paralelo com os conceitos musicológicos, estabelecendo, assim, no eixo dessas temáticas, incursões avaliadoras.

A letra de Osório Duque Estrada, na sua adequação literária de acentuada linguagem figurada, não estratifica a alma nacional e não corresponde à beleza melódica e estrutural da partitura composta por Francisco Manuel da Silva. Inúmeras tentativas já foram feitas no sentido de se modificar os versos do Hino Nacional, ensejando suprimir o cacófato “heróico o brado” e as palavras “deitado eterna-

mente em berço esplêndido”. No entanto, quando se fala em alterar ou substituir a letra de Duque Estrada, toda a nação se manifesta contra. Elevada a categoria de símbolo e cultuado através de sucessivas gerações, os versos do nosso “Hino maior” estão ligados à nossa continuidade história e sua modificação seria violentar uma tradição que amamos, mesmo com os apontados defeitos que a poesia encerra. É mais prudente deixar o Hino como está. Aceitamo-lo, reverente, como um potentoso monumento nacional. Modificar a letra do Hino Nacional, hoje identificado e consolidado pelo povo brasileiro seria um retrocesso à Pátria. Não importa as suas figurações literárias. É história e História não se melhora.

João Pessoa, quarta-feira, 6 de fevereiro de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER

José Siqueira pertence à galeria dos nossos mais autênticos compositores e é um exemplo patente de músico voltado para os temas vinculados à alma nacional. Seus estudos no campo da contribuição indo-afro-luso à nossa música, e no âmbito das pesquisas científicas em busca das suas raízes, são objetos de reflexões demonstradas, até nas esferas internacionais. Compositor e regente; musicólogo e professor universitário, sempre se posiciona na defesa do caráter nacional, postulando uma música fundamentada nos valores da terra, com manifesta conotação universal, através das novas condições estilísticas da música contemporânea.

Como compositor, sua obra dramática e sinfônica é vastíssima e compreende: óperas, sinfonias, baladas, oratórios, cantatas e concerto para diversos instrumentos e orquestra. Na música de câmara — duos, trios, quartetos, trípticos e divertimentos para conjuntos de sopros. Paraibano de Conceição, é o ilustre músico, regente e compositor dos mais conhecidos no país e exterior. A música de José Siqueira é presa à sugestão do folclore e subordina grande parte das suas criações, ao que se denomina de “Sistema Trimodal” — três escalas que, segundo sua tese funcionam com base da música nordestina e que dariam características inequívocas às obras dos nossos compositores.

O autor das *Brasilianas* fundou em 1940, a Orquestra Sinfônica Brasileira, em cuja direção permaneceu até 1948. Como regente, atuou nos Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Alemanha e União Soviética. É membro fundador da Academia Brasileira de Música e Academia Brasileira de Artes. Deve-se a ele: A Orquestra Sinfônica Brasileira, Orquestra Sinfônica do Rio de Janeiro e Orquestra Sinfônica Nacional, além da Orquestra de Câmara do Brasil, União dos Músicos do Brasil, Sociedade Artística Internacional, Clube dos Discos e Ordem dos Músicos do Brasil. Contestador e polêmico, coexiste nele, o artista e o líder. Autor de numerosas obras didáticas, entre as quais: *Música para a Juventude*, em quatro volumes, e as publicações – *Sistema Modal da Música Folclórica do Brasil*, *Modulação Passageira*, *Sistema Pentatônico Brasileiro* e *Canto dado em XIV Lições*, editadas pela Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba.

Em 1981, ministrou o Curso de Educação Musical em João Pessoa e relacionado com temas da música nacional e universal. Quando então se preparava para compor o Oratório *Vidal de Negreiros*, para o IV Centenário da Paraíba é acometido de mal súbito em sua residência no Rio de Janeiro. Apesar dos seus 78 anos de idade, ainda vislumbrava continuar trabalhando em prol da música, embora a sua obra composicional atinja seiscentas produções.

José Siqueira foi, evidentemente, o mais erudito e consagrado compositor paraibano. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 22 de abril do corrente ano.

O NORTE – João Pessoa, 25 de abril de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (II)

A História da Música é uma história de contínua transformação. Na verdade, não existe um só grande compositor que deixasse a música exatamente como a encontrou. Esse entendimento consubstanciado no conceitualismo e na técnica musical de cada época, foi absolvida por José Siqueira, notadamente no terceiro período de suas atividades artísticas, no qual imprimiu às suas produções um ideal mais universal, tendente a ser objetivo e impessoal, uma vez que, os valores dos tempos modernos pedem uma música que seja acentuadamente positiva, mais concisa e, especialmente, menos ostensivamente emocional. O autor do Oratório Candomblé foi uma retratista da música folclórica nordestina, e suas lutas e preocupações andavam presas aos movimentos de vanguarda.

Na fase anterior, sua música tinha, em parte, a naturalidade de um abraço de mãe, com toda a sutileza e variedade da canção popular, através de um salutar escopo emocional inserido no significado estrutural diferenciado, cujos valores foram objetivizados de modo a serem expressos no emprego da harmonia, da tessitura contrapontual, do timbre orquestral e linha melódica, em termos tradicionais vestidos, depois, pelo autor nas novas diretrizes da música contemporânea.

A música na década de 30, deu ênfase especial ao declínio da fase experimental do período contemporâneo e, em consequência, a

música passara por uma série de crises revolucionárias, em função das quais todas as “regras” de harmonia, frase rítmica e construção melódica haviam sido rompidas. A partir daí, os compositores iniciaram um trabalho no sentido de consolidar as conquistas feitas através de tantos anos de experiência musical e estabeleceram que a “NOVA MÚSIA”, fosse qual fosse o seu estilo, teria de ser objetiva em sua atitude, concebida com clareza e moderada na expressão emocional, cujo engajamento pelo compositor paraibano aos novos modelos musicais, teve seu ápice nas décadas de 40 e 50.

Espírito irrequieto e inovador, nas suas andanças pelos Estados Unidos regeu, em 1944, as Orquestras Sinfônica de Filadélfia, Rochester, Detroit, da Julliard School of Music e a Filarmônica de New York, além da Orquestra Sinfônica de Montreal, do Canadá. Na Europa, estreitou regendo a Orchestre Radio Symphonique de Paris, permanecendo dois anos na capital francesa, onde concluiu o Curso de musicologia, na Sorbone e, no Conservatório de Música de Paris, aperfeiçou-se em composição e regência. Na Itália, em 1954, esteve à frente da Orquestra Sinfônica de Florença e orquestra Sinfônica de Roma e, em Portugal, dirigiu as Orquestras Sinfônica de Lisboa e a de Porto, cujos repertórios clássicos e românticos regia sem partitura. Em 1974, regeu a Orquestra Sinfônica Estadual de Moscou, com a qual gravou uma das suas maiores obras. O Oratório Candomblé.

José Siqueira iniciou sua vida artística no ensolarado sertão paraibano, na sua nunca esquecida Conceição do Piancó, cheia de misticismo e de sol, para terminar no limiar da consagração nacional.

O NORTE – João Pessoa, 1 de maio de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (III)

A Banda de música é, evidentemente, como instituição, a mais densa e legítima representação musical da nossa nacionalidade. Através de seus “Mestres”, que então conduziram e ora orientam suas próprias estruturas, polariza uma gama de representatividades muito nítida: o teor da espontaneidade, a ausência de técnica acadêmica e o poder de intuição aliado à pureza de expressão e da sensibilidade. E foi nessa conjuntura de marcante significação cultural, onde as valsas e dobrados buliam com a alma simples das cidades sertanejas, que nasceu José de Lima Siqueira, a 24 de junho de 1907, em Conceição, neste Estado, filho do respeitável “Mestre de Música” João Baptista de Siqueira Cavalcanti e Maria Siqueira Lima. O seu pai, como dirigente da Banda do Cordão Encarnado, desenvolveu, em sua cidade, um trabalho de apreciável valorização musical, quer promovendo retretas em praças públicas e participando da organização de coros sacros, quer como professor do seu próprio filho, de cujo corpo orquestral fez parte, como trompetista, de 1916 a 1918.

Em 1921, José Siqueira, ainda bem jovem, funda, em Bonito de Santa Fé, uma Banda de Música, onde foi seu “Mestre” e professor de teoria e solfejo e prática instrumental. De 1922-1924, ingressa nas Bandas de Cajazeiras e Patos e, no decorrer dos anos de 1925-1926, serve ao Exército, como músico, no 22º Batalhão de

Caçadores, sediado nesta cidade. Em 1927, chega ao Rio de Janeiro e, por concurso, participa, como trompetista, da Banda de Música da Escola Militar de Realengo, onde passa a estudar no Instituto Nacional de Música, Harmonia como o professor Paulo Silva, iniciando, assim uma nova fase da sua atividade artística.

A obra de José Siqueira incorpora-se à sua vida trepidante, principalmente no primeiro período revelado na gênese dos seus trabalhos como compositor. No 3º período, ele é audaz, pela multiplicidade e emaranhado dos temas, como bruscos contrastes e, também, nas violências das oposições, através de uma linguagem musical veemente, que marca a grande tendência do autor, rumo às diretrizes da música contemporânea, com todas as nuances e complicações da técnica e dos valores da época.

No primeiro período, José Siqueira obedece a um esquema da música tradicional, não só pela substância sonora, como pelo emprego dos seus elementos estruturais. Na música do consagrado compositor paraibano, as fontes étnicas ou folclóricas entram no contexto das suas produções, notadamente as manifestações sonoras do povo nordestino. E isso basta.

O NORTE – João Pessoa, 18 de maio de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (IV)

Em José Siqueira os traços da sua marcante personalidade se entrelaçam e se fundem no feixe de intencionalidade empreendida no decorrer da sua tumultuada vida, cuja marca de cinzelador de idéias e conceitos, o consagra como um dos mais atuantes músicos do Brasil. Em 1981, quando tivemos oportunidade de assessorá-lo no Curso de Cultura Musical, em João Pessoa, encontramos no autor do poema sinfônico “O Canto do Tabajara”, dedicado ao Estado da Paraíba e lançado em primeira audição mundial em 1952, no Rio de Janeiro, o homem que nunca se libertou da paisagem sertaneja, da sua filosofia de vida e costumes, das primeiras impressões, Arguto, inovador e polêmico, não podia cruzar os braços. Amava a luta; a sedução ao trabalho continuado e configurava na unidade íntima, um ser movimentado, ativo e dinâmico, com acentuadas posições progressistas, embora tivesse hábitos conservadores, fiel, talvez, as suas origens. Homem das paixões: a paixão da convicção e das idéias; a paixão de compor e transmitir aos outros seus conhecimentos; a paixão de construir e de sugerir novos caminhos.

A vida e a obra do distinguido compositor paraibano se caracterizam pela firmeza de atitudes assumidas e pela extraordinária contribuição em prol da música brasileira e, especialmente, como idealizador e criador de instituições destinadas ao cultivo e preservação da música nacional, cuja tarefa de aglutinação, apesar da

afirmação de individualidade insubmissa, lhe valeu continuadas decepções.

No elenco das suas principais realizações, afora aquelas enumeradas em crônicas anteriores, podemos destacar: Concertos para a Juventude, através da OSB: Concertos Dominicais no Cine – Rex do Rio de Janeiro (chamados pelo povo de “Missa Sinfônica”), concursos de composições e concursos para jovens solistas. As grandes apresentações – Concertos “Coty” pela Rádio Globo, Cursos de Cultura Musical, realizados em várias instituições culturais do Rio; Cursos de Cultura Musical, realizados em várias instituições culturais do Rio; Cursos de Estética Musical para pianistas; concertos em clubes sociais, entre eles: Fluminense, Botafogo e Ginástico Português; concertos educativos para as escolas públicas e concertos para presidiários, além da criação da Caixa Auxiliadora do Pessoal da OSB. E os grandes concertos “Toddy”. Em combinação com a Rádio Globo, foi o idealizador da Sociedade Brasileira de Música Contemporânea, da qual foi o seu primeiro Presidente.

No campo da pesquisa musical, como produto de uma consideração da historicidade inerente à musicologia como ciência, onde o objeto musical é compreendido como um elemento da realidade vivenciada de cada época. José Siqueira o seu mais entusista cultor, não só pela tendência ensaística, como pela colocação dada a musicologia brasileira na sua expressão literária e científica.

Na verdade, o compositor da ópera “A Compadecida”, com texto de Ariano Suassuna, estreitada em 1961, identificava no objeto musicológico não só a música considerada como fato em si mesmo, porém o homem, na proporção em que se exprime musicalmente. Tem razão o ilustre Mestre pela abalizada lição de humanismo, conceito adquirido através da sondagem da alma desconforme e multiforme dos nossos primórdios, posição que permeia, propostas e perspectivas da musicologia nacional e projeto, em consequência dos seus estudos além fronteira.

O NORTE – João Pessoa, 22 de maio de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (V)

José Siqueira pertence à galeria da terceira geração nacionalista dos compositores brasileiros de música erudita e é, por excelência, um compositor marcadamente orquestral. As demais produções do autor perdem em importância com relação aos seus trabalhos de conteúdo sinfônico, com exceção das duas coletâneas de canções sobre poemas de Manuel Bandeira, entre as quais: Debussy, Boca de Forno e Madrigal, gravadas por Alice Ribeiro e o pianista George Geszti. Do paraibano Raul Machado, ele musicou o poema “Indiscrição”, com cores vivas e claras da musicalidade nordestina, enriquecendo, portanto, o acervo da canção de câmara da nossa música.

O discutido compositor paraibano se revelou um criador programático, cuja produção é dividida em três períodos: o primeiro, universalista, até 1943; o segundo nacionalista, até 1950 e o terceiro nordestino essencial, pela aplicação do sistema a que deu o nome de tri – modal, e que consiste no aproveitamento sistemático de seus ritmos, harmônicos, melodias e até rítmica da palavra, para cujo entendimento buscou, obviamente, as vozes íntimas do calcinado nordeste brasileiro, riquíssimo em sugestões musicais; os conceitos de ativismo e imperativos ambientais da região, a opulenta policromia rítmica e generosa fertilidade dos seus elementos sonoros.

No que diz respeito ao primeiro período, José Siqueira nos declarou que apenas estava na etapa inicial de seu trabalho composi-

cional, não logrando apresentar obras de alto nível técnico. Para enfatizar o anunciado, comenta: “repudiei minha Sinfonia em ré-menor”. A partir da fase nacionalista, compôs: Currupira, Uereném, Acauã, Jaci, Uaruá, Cenas do Nordeste Brasileiro, seis Danças Brasileiras (com coros). Bailado das Graças, Uma Festa da Roça, com coreografia de Varlay Velstck e outras obras. Convém salientar que o autor não conseguira sensibilizar os diversos segmentos críticos da música brasileira em torno dos dois primeiros períodos, sendo severamente julgado como compositor de mediana desenvoltura, embora reconhecido o estágio de transição da música erudita brasileira. Após passar dois anos estudando na Sorbonne e frequentando cursos de aperfeiçoamento no Conservatório de Paris, com os professores Eugen Bigot; regência e composição com Tony Aubban e contraponto e fuga com Charles Chailler, regressa ao Brasil e se firma junto ao cenário musical brasileiro, e passa a compor obras de elevado padrão artístico, em decorrência da fase que se denomina nacionalismo tri-modal, onde se salientam um Chorinho, as Danças Frenéticas e Heróicas, as Cantigas de Cego nºs 2 e 3, e três Valsas, todas gravadas pelo grande pianista Vladimir Rudzinsky, além de dez Sonatas (1964), cuja obra total, lhe assegura lugar de merecido destaque na história da música erudita, no Brasil.

O NORTE – João Pessoa, 31 de maio de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (VI)

A arte tem relação essencial com a natureza humana. Dai, a necessidade de o homem procurar a arte em busca de sua realização. A mensagem artística induz e transcende, às vezes, a própria linguagem do autor, viabilizando interpretar a realidade do mundo.

Na música, para tocar o tema em estudo, as correntes contemporâneas sempre se chocam no complexo dos juízos e das avaliações, através duma clarificação e distinção entre concepções diferenciadas. O primeiro e segundo período da obra de José Siqueira são, na verdade, um ponto de estudo e de reflexão para o exercício técnico do terceiro período. O discurso composicional do Mestre paraibano, notadamente nas duas primeiras fases, é para ser executado como forma de contribuição à música erudita-brasileira, e não analisado dentro dos padrões e rigores técnicos de programação, em termo internacional. No ciclo de suas idéias musicais, principalmente de destinação orquestral. Vê-se aflorar o sentimento de brasilidade, com o aproveitamento de sugestões indígenas, negras ou folclóricas. No período tri-modal, com as nuances e diversidades dos temas empregados, a intencionalidade anti-tradicional aparece como marca deliberada e agressiva do inovador, através duma gama de motivos melódicos de inspiração aborígine negra ou folclórica, transparecendo fulgurações ordenadas e estimuladoras da expressão pátria.

“Ressalte-se, entretanto...” para uma melhor compreensão e

avaliação da criação musical de José Siqueira, que não foi somente o discutido compositor paraibano que registrou fases de comportamento técnico diferentes. O genial Villa-Lobos, por exemplo, teve quatro períodos de esquematização e direcionamento com relação à sua obra, como o primeiro, de 1899/1912, cuja marca de conteúdo artesanal e estrutural resultante do aprendizado inicial, é por demais conhecida.

José Siqueira era casado com a soprano Alice Ribeiro Siqueira, nascida no Rio de Janeiro a 22 de janeiro de 1917. A consagrada cantora começou a estudar teoria musical e piano com o seu futuro marido aos 14 anos de idade, e canto com os professores Murilo de Carvalho e Stella Guerra Duval, Alice Ribeiro permaneceu longo tempo na Europa, onde freqüentou o Conservatório de Paris, no qual fez cursos de interpretação da música francesa e alemã, tendo como professor o barítono Pierre Bernac.

No Brasil, em 1936, ganhou o prêmio do Concurso Carlos Gomes e, em seguida, realizou tournées por todo o território brasileiro. Em 1946/1947, apresentou-se nos Estados Unidos, exibindo-se no Town Hall, de New York. Em 1949, fez novas apresentações pelo Brasil, e de 1953 a 1957, concertos em várias capitais européias. De regresso ao Brasil, em 1958, atuou em gravações, recitais e como solistas com orquestras. Em 1960, foi eleita a Melhor Cantora do Ano pela Associação Brasileira de Críticos Teatrais, para, em seguida, receber o título de professora Honoris-Causa do Conservatório de Música de Niterói. Em 1974, fez vários recitais, na União Soviética, além de gravar naquele país músicas de José Siqueira. Em 1975, esteve em João Pessoa e Natal. Merece destaque todo especial o entrosamento entre a cantora-esposa e o marido-compositor, pois ambos deram tudo de si em prol do soerguimento da música erudita brasileira.

O NORTE – João Pessoa, 1 de junho de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (VII)

A música do presente procura novas formas de linguagem anunciadora de espaços sonoros e, por sua vez, induz uma organização de primordialidade, de evolução e característica. A introspecção analítica das obras dos compositores tradicionais serve, por vezes, de suporte para as investidas, embora formas estéticas de arte consideradas como novas, não só no campo da pintura, escultura e da música, nada mais são que formas distanciadas pelo tempo, de civilizações recuadas, trazidas e aproximada por fatores circunstanciais, históricos ou sociais à superfície do presente. Na verdade, fatores históricos e sociais influenciam diretamente no contexto das mudanças e nos estilos da problemática artística, a ponto de cada transformação social corresponder a uma transformação estrutural no campo das artes.

Em José Siqueira a imagem inovadora representada pela escola tri-modal, que atua sobre o sentido da audição sem se preocupar com as repercussões que despertam no ouvinte quanto à natureza técnico-estética inserida na criação orgânica da obra, condensa e identifica a matéria musical em termos regionais, que a despeito da complexidade de timbres amalgamados em combinações novas de linguagem polifônico-harmônico-rítmica, através do encadeamento, formulações e componentes sonoros, vem cada vez mais aglutinando adeptos na sociedade musical brasileira.

A obra do renomado Autor paraibano que alcançou maior repercussão internacional é, fundamentalmente, o Oratório Fetichista Candomblé. Oratório é uma composição musical para solistas, coro e orquestra, com texto tirado da Bíblia, sem que isso, contudo, possa ser considerado critério absoluto. Tem grande afinidade com a ópera, mas na sua forma atual não tem ação nem costume e, tampouco, cenário. O Oratório Fetichista Candomblé, foi apresentado e gravado em Moscou, em 1975, regido pelo Autor e com a participação da Orquestra Sinfônica da Rádio e Televisão Central da URSS; com seus solistas, Coro de Câmara Moscou e Coro Infantil do Instituto de Educação Estética da Criança. Tem 13 partes, distribuídas com grande Orquestra, seis solistas, dois coros mistos e seis vozes, Coro Infantil e Orquestra de Percussão. Tomaram parte como solistas: Alice Ribeiro, soprano, Ludmia Simonova, mezzo soprano, Nina Poskavnicheva, contralto, Wladir Nojof, tenor, Wladimir Ermakov, barítono e Gevnadi Proitaky, baixo. No contexto da composição ouvem-se cânticos para Babalorixá, Exu, Ogum, Oxossi, Alujá de Xangô, Iansã e Abaluiê. O espetáculo é grandioso e exige, por sua vez, cantores e instrumentistas de alto padrão técnico para o seu desempenho.

O NORTE – João Pessoa, 18 de junho de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (VIII)

Os conceitos e diretrizes da ciência musicológica no âmbito do estruturalismo e comportamentismo de suas matrizes, não excluem o homem no que tange ao seu modo de se exprimir por meio de música. A problemática inerente às letras históricas, acrescida da problemática musicológica, vem ganhando espaço no Brasil, e procura a reconsideração globalizante do desenvolvimento histórico à História da Música, notadamente no que enfoca uma perspectiva brasileira. A musicologia histórica, atualmente em expansão, visa, sobretudo, o levantamento, catalogação, publicação e estudos das fontes coletadas. Partindo dessa assertiva, José Siqueira pôde desenvolver um trabalho de abordagem junto a comunidade negra da Bahia, do qual resultou o sistema trimodal de composição, cujo processo identifica elementos expressivos das manifestações musicais do negro e de outros contingentes raciais aqui instalados, através de suas ligações com os traços culturais diferenciados, utilizando suas escalas no discurso composicional. Esse conceito estético trouxe continuadas críticas, embora hoje se reconheça a validade do sistema.

O Maestro José Siqueira, nas suas tournées pela Europa, divulgou sua teoria relacionada com o sistema tri-modal e teve oportunidade de reger, na URSS, a Orquestra Sinfônica do Estado, a Orquestra Filarmônica de Moscou, Orquestra Sinfônica de Riga, Orquestra Sinfônica de Baku, Orquestra Sinfônica de Odessa, Orques-

tra Sinfônica de Karkoff, Orquestra Sinfônica de Vilno, Orquestra Sinfônica de Irkutski, Orquestra Sinfônica de Novosirbsch, Orquestra Sinfônica de Ullanov e Orquestra Sinfônica de Yalta. Em Portugal, rege a Orquestra Sinfônica da Emissora Oficial e grava com a mesma Orquestra e o Coro da Universidade de Lisboa, a sua Cantata Portugal. Na Holanda, em Haia, Amsterdam e Roterdam, rege a sua Cantata Xangô, com o coro da Brasileira, tendo como solista Alice Ribeiro. Em Paris, lança a sua Cantata Xangô, com a participação da Orquestra Sinfônica de Paris e Coro da Brasileira. Na Alemanha, rege a Orquestra Sinfônica de Yena e a Orquestra Sinfônica de Leipzig, na gravação do seu baliado. O Carnaval do Recife e Toada para Cordas.

José Siqueira, durante o transcurso de sua vida artística e particular, foi um homem atormentado pela paixão da música e das idéias. Viveu para criar. Aqui na Paraíba, quando esteve pela última vez em 1981, demonstrou sua preocupação pelo movimento musical da capital paraibana. Era um ser agitado, polêmico e combativo. Não podia cruzar os braços.

Eis o perfil do valoroso músico paraibano.

O NORTE – João Pessoa, 19 de junho de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER (IX)

A natureza não é apenas objeto da ciência e da pesquisa: é também uma oferta ao espírito de criação do homem. O homem é de tal modo envolvido pela conjuntura do real, que se torna instrumento do espírito. A música tem relação essencial com a própria natureza humana e o homem é, evidentemente, um ser músico que se alenta de suas emoções. Há uma idéia muito arraigada, dentro da música no sentido da continuação do processo histórico relacionado com suas matrizes tradicionais e existem compositores que se posicionam e procuram uma nova ordenação no material sonoro no sentido de levar à frente e preservar a tradição musical européia, corporificada nas obras de Bach, Beethoven, Brahms e Mahler. Uma outra corrente que bem ilustra essa idéia de permanência dos valores musicais, é representada pelos “neo-classicistas” franceses. Assim, a música é fator de continuada transformação e ocupa lugar de destaque entre as demais manifestações artísticas.

Por outro lado, no campo da discografia, o Mestro José Siqueira tem, aproximadamente gravadas 72 músicas de sua autoria, como o Oratório Fetichista Candomblé, suites, concertos para diversos instrumentos e orquestras, canção de câmara, duos, trios, quartetos, quintetos, e outros gêneros musicais, com a participação das sopranos Alice Ribeiro, Silvia Baumgart, Vera Maria, Lia Salgado e Lúcia Godói, tenor Zacarias Marques, baixos Vasco Mariz e Alfredo Melo;

pianistas George Geszti, Homero Magalhães, Roberto Scholoefer, Francisco Mignone, Ilara Gomes, Alceu Bocchino, Murilo Santos, Lídia Polrowky, Antônio Rabelo, Piero Brizzi e Fritz Jank; violinistas Oscar Borgeth, Santino Parpineli e Natan Schwartzman; celista Iberê Grosso, fagotista Noel Devos e Airton Barbosa, oboístas Paulo Nardi e Cleber Veiga; clarinetista José Botelho e flautista Carlos Seabra, além da Orquestra Sinfônica Estadual de Moscou, Orquestra Sinfônica de Leipzig, Orquestra Sinfônica de Paris, Orquestra Sinfônica Nacional, Orquestra Sinfônica do Recife, Orquestra de Câmara do Brasil, Quarteto da Escola Nacional de Música, Quarteto da Rádio MEC, Quinteto de São Paulo, Quinteto de Cordas de São Paulo, Quinteto Villa-Lobos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Coral Brasileira, Coral Carlos Gomes e Coral Murilo de Carvalho.

O renomado compositor paraibano legou à música erudita brasileira mais de seiscentas obras, e podemos afirmar que a preocupação do ilustre músico era a de apresentar toda a sua produção como uma consequência lógica do caminho percorrido pelos nossos compositores. Apesar das obras de real valor que produziu, além de uma considerável soma de crônicas de arte e livros teóricos sobre estética e técnica musical, não logrou alcançar o verdadeiro merecimento do que seu trabalho encerra.

O NORTE – João Pessoa, 5 de julho de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER

Historicamente, toda a música, quer no seu conteúdo ritualístico, quer como expressão verbal poetizante, ou ainda como agente de iluminação mística e motivo sensibilizador de figurações que representam épocas, exprime, na sua intenção mais íntima, a fisionomia fiel da mentalidade de seu tempo. Sabemos que a história se encontra indissolavelmente ligada à música por suas modalidades de expressão que trazem, organicamente, uma inestimável contribuição à configuração de fatos históricos. A música reflete, por inteiro, o pensamento ideológico de seu tempo e tem a faculdade de modificar nosso habitual modo de ser, removendo as inibições psicofísicas e instaurando uma condição emocional que estimula a imaginação e as associações mentais, a ponto de nos isolar do mundo exterior. A música nos dá a impressão de criar um mundo novo – disse Nietzsche – portanto, também de criar em nós um novo ser e, pelo influxo dos elementos sonoros, polariza a força propulsora da engrenagem social, incentivando os mais diversos acontecimentos da vida e das nações. Através do contágio mental e da sugestibilidade, utiliza-se a música para orientar as idéias e os sentimentos numa única direção, em proveito de um determinado objetivo ou sistema, tornando, assim, possível à coletividade unificar-se em dado momento, dentro de um estado psicológico único e global.

Francisco Manoel e Duque Estrada, Hino Oficial do Estado da Paraíba, de Abdon Milanez e Aurélio de Figueiredo, Paisagem de um Sonho, de João Eduardo, com solo de Marilda Eduardo e violões de Jairo Eduardo e Josildo Eduardo, Canção Tema do IV Centenário, com música de Sivuca e versos de Marcus Vinícius, Marcha do IV Centenário da Paraíba, com letra e música de Domingos de Azevedo Ribeiro e Meu Sublime Torrão, Hino Popular da cidade de João Pessoa, de Genival Macedo.

Tomarão parte da grande concentração, os colégios: Lyceu Paraibano, Olívia Olivina, Tércia Bonavides, Sesquicentenário, Padre Dehon, Luiz Burity, Santa Júlia, N. Senhora de Lourdes (Lourdinhas), Capitulina Sátyro, Monteiro Lobato e o grupo de escoteiros "Bons Guerreiros". Após essas solenidades, será lançado o álbum "História da Paraíba em Quadrinhos" do jornalista Deodato Borges.

A concentração orfeônica de hoje, constituirá, decerto, pelo seu ineditismo nos últimos quarenta anos, um espetáculo de marcante significação dentro das comemorações do IV Centenário da Paraíba.

O NORTE – João Pessoa, 27 de julho de 1985

JOSÉ LIMA SIQUEIRA: O ARTISTA E O LÍDER

Historicamente, toda a música, quer no seu conteúdo ritualístico, quer como expressão verbal poetizante, ou ainda como agente de iluminação mística e motivo sensibilizador de figurações que representam épocas, exprime, na sua intenção mais íntima, a fisionomia fiel da mentalidade de seu tempo. Sabemos que a história se encontra indissolavelmente ligada à música por suas modalidades de expressão que trazem, organicamente, uma inestimável contribuição à configuração de fatos históricos. A música reflete, por inteiro, o pensamento ideológico de seu tempo e tem a faculdade de modificar nosso habitual modo de ser, removendo as inibições psicofísicas e instaurando uma condição emocional que estimula a imaginação e as associações mentais, a ponto de nos isolar do mundo exterior. A música nos dá a impressão de criar um mundo novo – disse Nietzsche – portanto, também de criar em nós um novo ser e, pelo influxo dos elementos sonoros, polariza a força propulsora da engrenagem social, incentivando os mais diversos acontecimentos da vida e das nações. Através do contágio mental e da sugestibilidade, utiliza-se a música para orientar as idéias e os sentimentos numa única direção, em proveito de um determinado objetivo ou sistema, tornando, assim, possível à coletividade unificar-se em dado momento, dentro de um estado psicológico único e global.

Em José Siqueira notamos que a sua preocupação estava em conduzir a música no sentido educacional e que, por vezes, emprega os componentes da sonora arte em função da renovação estética. Quando em 1981 deixou a Paraíba, prometendo voltar brevemente, insinuou a perspectiva de aqui residir, embora de forma alternada com o Rio de Janeiro. Precisaria dar uma melhor contribuição à sua terra em termos musicais. Alentou-se com o trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado e Universidade Federal da Paraíba com relação ao ensino e prática instrumental. Entretanto, o seu último desejo não foi concretizado, em razão do agravamento de sua saúde. No entanto, deu tudo de si em prol da música erudita brasileira, e o seu nome figurará, é certo, como compositor e regente dos mais atuantes, dentro dos quadros da música brasileira.

O NORTE – João Pessoa, 6 de julho de 1985

A CONCENTRAÇÃO ORFEÔNICA DE HOJE

O homem nasceu para cantar. Nasceu cantando. O próprio choro é uma forma de canto. A linguagem também. O canto coletivo tem sido, desde os primórdios da humanidade, utilizado na recreação popular, e como instrumento de educação artística. O canto em conjunto — é empregado, largamente, em todos os países, com a finalidade de exaltar o ardor cívico ou religioso. É reconhecido como elemento de divertimento, constituindo-se recursos de desenvolvimento psicológico e de reforço à coesão social. O canto orfeônico é desenvolvido como meio de educação cívico-artístico-social das massas, escola de disciplina, solidariedade, patriotismo, sociabilidade e cooperação.

Partindo dessas considerações, e tendo em vista levar às comunidades educacionais as músicas relacionadas com o nosso quatrocentos anos de vida histórica. A Comissão do IV Centenário da Paraíba, programou para a tarde de hoje, às 16,00 hors, no Espaço Cultural, uma grande concentração orfeônica, com a participação de alunos de 11 colégios desta capital, totalizando 1200 vozes, além do concurso da Banda de Música da Polícia Militar, sob a regência do Maestro Francisco Cabrinha, que fará o acompanhamento.

A Comissão Executiva do evento é composta deste cronista e dos professores Luiz Carlos Durier e Marilda Eduardo Pereira. No programa a ser executado, constam: Hino Nacional Brasileiro, de

Francisco Manoel e Duque Estrada, Hino Oficial do Estado da Paraíba, de Abdon Milanez e Aurélio de Figueiredo, Paisagem de um Sonho, de João Eduardo, com solo de Marilda Eduardo e violões de Jairo Eduardo e Josildo Eduardo, Canção Tema do IV Centenário, com música de Sivuca e versos de Marcus Vinícius, Marcha do IV Centenário da Paraíba, com letra e música de Domingos de Azevedo Ribeiro e Meu Sublime Torrão, Hino Popular da cidade de João Pessoa, de Genival Macedo.

Tomarão parte da grande concentração, os colégios: Lyceu Paraibano, Olívia Olivina, Tércia Bonavides, Sesquicentenário, Padre Dehon, Luiz Burity, Santa Júlia, N. Senhora de Lourdes (Lourdinas), Capitulina Sátyro, Monteiro Lobato e o grupo de escoteiros "Bons Guerreiros". Após essas solenidades, será lançado o álbum "História da Paraíba em Quadrinhos" do jornalista Deodato Borges.

A concentração orfeônica de hoje, constituirá, decerto, pelo seu ineditismo nos últimos quarenta anos, um espetáculo de marcante significação dentro das comemorações do IV Centenário da Paraíba.

O NORTE – João Pessoa, 27 de julho de 1985

O FREVO: INTERPRETAÇÃO BRASILEIRA DE CARNAVAL

Os brasileiríssimos Frevo e Passo nasceram juntos. O frevo não se dança outra coisa que não seja o passo; e para o passo não se toca senão o frevo, que se caracteriza pelo ritmo rápido e vigoroso, com desenho melódico sincopado e os seus motivos vêm sempre dialogados entre trombones e pistões com clarinetes e saxofone. O passista traz, no sangue, o legado do Capoeiro e, por sua vez, o compositor de frevo, a marca da polca, do dobrado do maxixe ou da quadrilha. O homem de pé no chão pedia para o carnaval uma música que fosse barulhenta, impetuosa, viva e alegre. E ela veio em forma de marcha. O ilustre escritor pernambucano Waldemar de Oliveira diz que: “Foi o Capoeiro do Recife, o ancestral do passo”. Tem razão o destacado musicólogo. Todas as nossas manifestações musicais e coreográficas de conteúdo localista, têm as suas origens em raízes do nosso passado. O bailado solista executado nas ruas e salões, sob o estridor metálico das orquestras de frevo é, obviamente, uma manifestação individual, através das mais variadas formas de coreografia. Dizem que o frevo é uma poderosa invenção dos compositores de música ligeira, feita para o carnaval, enquanto o passo originou-se do convívio do povo com a música, sem regras e sem mestres. O passo se combina com o frevo e, daí, tomou forma de dança coletiva, embora individual em razão do dançarino.

A Palavra frevo veio de ferver e, conseqüentemente, por corruptela, frever, originando frevo. Em 1909, no Recife, o “dito” do ano era; “Olha o frevo”, conforme notícias do jornal Pequeno. O termo, pela sua representação, significa efervescência, agitação, reboliço, movimentação, apertão nas reuniões de grande massa popular, como diz Pereira da Costa. Na verdade, a expressão “frevo” não se ligava à música, mas, à animação das reuniões. Só mais tarde, se estenderia à música que nela interferia e veio expressamente condicioná-la., acrescenta o articulista. Nas variantes do frevo, encontramos: Frevança, Frevolência, Frevolente, etc., muitas vezes entrando os termos como sinônimo de barulho, folia, reboliço e briga doméstica. O frevo, nos seus variados estilos e cadências, como o Frevo-Canção, Frevo de Bloco e Frevo de Rua, constitui, ainda hoje, música predileta do carnaval de rua. Agora, a Rede Globo, com a finalidade de preservar e valorizar os valores do nosso carnaval, promoverá no dia 18 do corrente, em João Pessoa, a 1ª Eliminatória do “Frevança”. O Encontro Nacional do Frevo e do Maracatu, com o apoio da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo da Paraíba.

Ô NORTE – João Pessoa, 16 de outubro de 1985

A INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL DO TRABALHO

“A legislação do trabalho, eminentemente desigual, propõe-se compensar com uma superioridade jurídica a inferioridade econômica do trabalhador”.

GALLARD FOLCH

Instalou-se, solenemente, a 11 do corrente, nesta Capital, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com jurisdição para os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. O evento marca a continuidade ascendente das conquistas alcançadas pelos construtores da Justiça do Trabalho, na Paraíba, desde a instalação da 1ª JCJ, em João Pessoa, em maio de 1941 e, posteriormente, através da Lei nº 3.492, de 18 de dezembro de 1958, criando a Junta de Conciliação e Julgamento de Campina Grande e, ainda, pela Lei nº 5.650, de 12 de dezembro de 1970, a 2ª JCJ, de João Pessoa. No decorrer das etapas sucessivas de implantação de órgãos judicantes em nosso Estado, registra-se o extraordinário esforço dos trabalhadores, através de seus sindicatos e federações, e, bem assim, da classe política, em prol da concretização dos pleitos requeridos.

É bem conhecida a aplicação do Direito do Trabalho como disciplina de equilíbrio social e notório o atrito que, historicamente, se pode observar entre o direito e o fato, isto é, entre as leis em vigor e

os acontecimentos a que elas visam, em face do direito trabalhista ser fundamentalmente dinâmico e postular uma sistemática que atenda às mudanças sociais de cada época, tomando-se imperioso moldar a lei às cambiantes necessidade da vida, corporizando, em forma legislada, reivindicações manifestadas, estipulando normas, fixando limites ou estabelecendo critérios para a sua validade. Portanto, com a instalação do Tribunal, os assalariados a patrões terão os seus processos e recursos sendo julgados com maior brevidade e, por sua vez, o acontecimento vem ao encontro dos anseios da nossa população em termos do mais rápido e eficiente atendimento judiciário.

O NORTE – João Pessoa, 26 de outubro de 1985

ADHEMAR NÓBREGA E VILLA-LOBOS

A produção musical do renomado compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos, notadamente no que concerne aos “Choros” e as “Bachianas Brasileiras”, teve em Adhemar Nóbrega, através de duas excelentes obras publicadas, a mais densa e valorizada abordagem técnica e histórica, o perfil de uma nova colocação analítica do influxo da temática de inspiração aborígene, o repensamento e a ação de toda uma gama de exteriorizações foclóricas; e o enfoque da música popular urbana dentro do contexto da vasta obra do autor.

Os 14 “Choros”, alguns dos quais composições de natureza sinfônica de grandes proporções e que nasceram com a convivência de Villa-Lobos junto aos “chorões” do tipo popular, orquestras de serenateiros, do morro ou da rua, bem como as “Bachianas Brasileira”, onde se pode estabelecer relações entre o instintivo contraponto popular e a exuberante polifonia de Bach, são questionados pelo emérito músico paraibano. Adhemar Alves da Nóbrega, iniciou os seus estudos em João Pessoa com o Professor Gazzi de Sá e, posteriormente, cursou o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, sendo mais tarde Professor de Prosódia Musical da mesma Instituição. A partir daí, passou então a investigar e a conhecer melhor os processos criativos da obra de Villa-Lobos, num continuado e exaustivo exame de substâncias de suas produções.

Juntamente com Cleofe Person de Mattos, foi um dos fundadores da Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro, projetando-se como crítico musical de reconhecida notoriedade, a ponto de ser designado para proferir conferências sobre a música brasileira, em diversos países da Europa. Era membro da Academia Brasileira de Música, ocupando a Cadeira nº 1, que pertencera à Villa-Lobos e 1º Secretário da mesma entidade. Lecionou Canto Orfeônico, Prosódia Musical, História da Educação Musical, Apreciação Musical, Etnografia Musical e Pesquisas Folclóricas, em vários colégios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contribuiu como redator do Serviço de Radiofusão Educativa da Rádio MEC; para melhorar o nível dos programas radiofonizados e participou de comissões examinadoras de concursos públicos na área musical. Além das “As Bachianas Brasileiras” de Villa-Lobos e “Os Choros de Vila-Lobos, publicou: “Presença de Vila-Lobos, dedicado ao Professor Gazzi de Sá. Dele guardamos gratas recordações. Quando da sua última estada, nesta Capital, em 1978, tivemos o prazer de receber do consagrado músico “Os Choros de Villa-Lobos, com a seguinte dedicatória: “Para Domingos, lembrando os nossos velhos tempos do Coral Villa-Lobos. Adhemar Nóbrega - João Pessoa, 9-5-78”.

A sua morte, por atropelamento, ocorrido no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1979, deixou uma imperecível lacuna no seio de seus companheiros de lutas artísticas, e marcou o fim de uma jornada de brilhante cometimento em prol da música nacional.

O NORTE – João Pessoa, 31 de outubro de 1985

FLORESCIMENTO DE ACADEMIAS NA PARAÍBA

O título de acadêmico é, quase sempre, um passaporte para Cargos literários e artísticos, ou de natureza científica. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o movimento academista, no Brasil, alcançara grande receptividade, e, a partir daí, os tipos de academias de caráter misto, literários e científicos, ou de estrutura moralista, religiosa e econômica, algum dos quais com programas delineados de trabalho disseminaram-se rapidamente por força das idéias preconizadas pelos exaltados patronos desses núcleos de cultura.

Academia, reunião de homens de letras, de artes ou de ciências, com fins meramente estético ou científico, polariza uma corporação para o estudo da língua e do fomento à literatura, manifestações artísticas, produções científicas, cultura popular e outras formas de exteriorização coletiva, vem, no curso dos tempos, ganhando espaço na Paraíba.

Na verdade, muitas das academias brasileiras, perderam, como o correr dos anos, a postura da academicidade, para enveredar por novos caminhos. O rigor acadêmico cedeu às novas investidas dos programas traçados em consonância com o momento histórico, tornando-as abertas, democráticas e atuantes, uma vez que cada época exige sua própria visão do mundo, procurando adaptar o passado às perspectivas do presente. Dentro dessa linha de pensamento, encontra-se a Academia Paraibana de Letras, tão bem dirigida pelo Escri-

tor e Poeta Luiz Augusto Crispim, que ora ensaja a participação de intelectuais, alheios aos seus quadros no elenco das suas programações.

A Paraíba conta, atualmente, com a Academia Paraibana de Letras, Academia de Letras de Campina Grande, Academia Paraibana de Medicina, Academia de Ciências e Tecnologia da Paraíba, Academia de Letras Municipais do Brasil, Seccional da Paraíba, Academia Paraibana de Poesia, Academia Feminina de Cultura e Academia Paraibana de Odontologia, dirigidas, respectivamente pelos escritores Luiz Augusto Crispim, Amaury Vasconcelos, Asdrubal de Oliveira, Lauro Xavier Filho, Oliveiros Fernandes de Oliveira, Paulo Miranda, Ilka Lucena e José Diniz.

Muitas das “nossas” academias dirigem suas metas de ação no sentido do repensamento das manifestações globais dos escritores conterrâneos e na avaliação das suas produções, notadamente sob o ângulo crítico. O feixe de intencionalidades da “nova academia”, traz o estigma da contemporaneidade, desprezando, por vezes, a rutilância do discurso tradicional, a casta correção do escrever, a ambição da imagem, para engajar-se na corrente modernista imposta pela visão sociológica da hora presente.

O NORTE – João Pessoa, 6 de novembro de 1985.

MARLOS NOBRE E A UNESCO

O Compositor brasileiro Marlos Nobre de Almeida, em face da sua marcante atuação junto aos mais diferenciados órgãos internacionais de música, acaba de ser eleito, por aclamação, Presidente do Conselho Internacional de Musica da UNESCO, o mais importante organismo do gênero em todo o mundo. A eleição verificou-se por ocasião da 21ª Assembléia Geral da entidade, realizada em Drésden, na Alemanha Oriental, cujo evento reuniu representantes de 75 países da Europa, América, Ásia e África, além dos presidentes de 18 sociedades internacionais de música. Durante o conclave, o renomado Compositor pernambucano apresentou uma proposição no sentido da oficialização do ano de 1987, que aliás coincide com o Centenário de nascimento de Villa-Lobos, como o Ano Internacional de Villa-Lobos, iniciativa por sua vez aprovada por unanimidade. Também obteve do Conselho a aprovação para que o dia 1º de outubro de 1987, Dia Internacional da Música, todos os países incluam obras de Villa-Lobos em sua programações musicais. Após ser eleito Presidente, o grande músico brasileiro seguiu para Amsterdã, onde participou do World Music Days-1985, da Sociedade Internacional de Música Contemporânea, sendo apresentado com repercussão junto ao público e a crítica especializada sua obra *Somancias III*, para dois planos e dois percussionistas, executada pelos pianistas René Eckhard e Niel de Vente, e os percussionistas Renée Jonker, Wim Vos.

O Maestro Marlos Nobre é por demais conhecido na Paraíba, pois participou dos Festivais de Arte de Areia, do Curso Internacional de Violoncelo realizado nesta Capital e de vários concertos da Orquestra Sinfônica da Paraíba. Orquestra de Câmara do Estado e da UFPb. É com imensa satisfação que registramos a carta por ele endereçada ao autor desta crônica, datada de 17 de junho de 1978, e relacionada com o livro “João Pessoa e a Música” do qual extraímos o trecho: “Considero sua idéia de relacionar a composição musical com as personalidades que, embora estranhas à música, influenciaram o meio local em que viveram, no caso a figura singular de João Pessoa, muito boa e perfeitamente válida, proporcionando um tipo de pesquisa muito pouco explorada.

Cordialmente.

Marlos Nobrega – Diretor do Instituto Nacional de Música – Funarte.

Como se vê, o Compositor Marlos Nobre é bastante identificado com o nosso meio musical e a notícia de sua ascensão à presidência do Conselho Internacional de Música da Unesco, repercutiu intensamente em todo o Brasil.

O NORTE – João Pessoa, 14 de novembro de 1985

O LIVRO DE PADRE EURIVALDO

O cristianismo tem um papel preponderante a desempenhar no processo de encontro entre povos e culturas, cujas formulações exercem grande influência na balança das decisões políticas internacionais. Na Paraíba, em particular, essa gama de procedimentos encontrara guarida durante a fase colonial e nas demais, subsequentes. Trazido por esse desiderato de significação histórico-religiosa, o Padre Eurivaldo Caldas Tavares, com o seu magnífico ensaio-itinerário da Paraíba Católica, editada pelo Governo do Estado, através da Comissão do IV Centenário, deu-nos valiosos subsídios para o estudo da História Eclesiástica da Paraíba.

O Autor, sacerdote de intensa vida interior, tem numerosos estudos divulgados em livros e em revistas especializadas, nos quais ele transparece, mergulhado na solidez da fé, na sobriedade dos conceitos e na convivência do forte caráter, sua inclinação e seu enlevo pelo objeto: História da Igreja Católica na Paraíba.

O apanhado cronológico, as digressões históricas e os temas enfocados, se juntam e se completam, através da fidelidade narrativa compilada numa configuração ajustada entre a História e a Religião Católica, credenciando a obra como um repositório de abundantes subsídios bibliográficos. O livro Itinerário da Paraíba Católica aparece no momento preciso e flagra uma imagem histórica da religiosidade do passado, onde os seus monges cultivaram o serviço

de catequese, ligando-o, porém, ao trabalho material, até o advento de instalação do primeiro trono episcopal, materializado na fulgurante personalidade de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques.

O poder de síntese que a obra encerra não exclui a validade da pesquisa, e o ensaísta religioso se afigura admitir o desdobramento dos temas em pauta para posterior complementação e ampliação, face aos limitados elementos históricos trazidos à superfície do presente pelos nossos historiadores. O excelente trabalho do Padre Eurivaldo Caldas Tavares servirá de reorientação a outros que hão de vir e induz o Autor a novas propostas no campo da historiografia paraibana.

O NORTE – João Pessoa, 29 de novembro de 1985

UM LIVRO SOBRE A API

A pesquisa é um trabalho intelectual relevante e tem o condão de descobrir e possibilitar aos outros o que estava aparentemente desfigurado ou perdido pelo tempo.

Foi no campo dessa atividade de marcante significação cultural que a escritora e poetisa Fátima Araújo se prendeu ao remontar à **História da API**, ensaio editado pelo Governo do Estado, através da Comissão do IV Centenário da Paraíba.

A autora valeu-se de copiosa documentação e dados oriundos de fontes diversas, em linguagem vazada, em estilo aberto e atraente. Revolveu, é certo, arquivos, fontes particulares, jornais, revistas e livros, para fazer o perfil evolutivo dos enfoques levantados. Assim, sua obra significa o “introito” para outras que haverão de vir, em face de ser a escritora uma apaixonada dos temas históricos.

No itinerário do livro **História da API** Fátima Araújo procura evidenciar os contributos inspiratórios e visões motivadoras à eclosão dos movimentos antecipadores que geram e modelaram o viver e a prática da entidade classista, onde os segmentos inerentes e identificadores da iniciativa encontraram corpo e criaram ponto de encontro das vontades convergentes.

O que se avulta na sua publicação é o afã da pesquisa criteriosa e abrangente e que traz à historiografia paraibana uma contribui-

ção expressiva e marcadamente inédita. O ensaio é, na verdade, um roteiro para novas investigações, e um marco inicial para a conquista de melhor juízo, onde não se observa o tom acadêmico e mecanicista dos achados compilados, apresentando as temáticas dos textos com tintas claras e precisas que, aliás, se entrelaçam e se completam nas ocorrências dos fatos.

No decorrer da leitura da obra de Fátima Araújo, ela situa os personagens e os fatos na sua moldura localista, através de uma tematização colorida de reminiscência, onde se destaca a preocupação da autora em oferecer à perspectiva do leitor uma visão globalizante do conteúdo, numa linguagem deliciosa e simples de se entender.

Aqui, deixamos a sugestão para a leitura do livro que pode ser enquadrado como uma das valiosas contribuições à historiografia da imprensa paraibana da contemporaneidade.

O NORTE – João Pessoa, 3 de dezembro de 1985.

O MARAVILHOSO MUNDO DAS TROVAS

O discurso poético trovado ainda continua em pleno florescimento. A história nos ensina que os cânticos trovadescos dos séculos XI e XVI, e os que foram incorporados às musas dos tempos, trazem o estigma do sentimentalismo e da religiosidade. A trova é feita de pedacinhos de amor, e, muitas vezes, vestida de conteúdo filosófico. O homem das coisas simples a candura das impressões primeiras, os fatos cotidianos, a monumentalidade das frases que fala, as sensações conflitantes da vida, no mesmo paradoxal, são representatividades inseridas no contexto trovadesco e que dão ao homem uma forte impressão de eternidade.

A atividade da musa setissílaba é povoada de numerosos expoentes da intelectualidade brasileira, entre os quais Guimarães Barreto, paraibano de João Pessoa e considerado pela crítica sulista o “Decano dos Trovadores Brasileiros”. Para ilustrar o anunciado, transcrevemos algumas trovas de autores nacionais, onde o perfil do trovismo condensa e exalta as mais autênticas e valorizadas manifestações culturais da nossa gente.

BEIJO

Os lábios dos namorados
unidos pelo desejo
são quatro versos rimados,
formando a trova do beijo

Guimarães Barreto. Paraibano, escritor e poeta.

PAPAI NOEL

Papai Noel, não entendo,
o seu serviço postal,
tantas cartas se perdendo...
Tantos pobres sem Natal.

Sara Mariany – Nasceu em Porto Alegre.
Poetisa e jornalista

FELICIDADE

É um pensamento profundo
da consciência que não mente;
só é feliz neste mundo
quem faz feliz muita gente.

Rosalina Rosa. Paulista.
Escritora e autora de vários livros.

SECA

Para a seca exterminar
No meu Nordeste escaldante,
Bastaria represar
O pranto do retirante

Aparício Fernandes. Reside no Rio.
Poeta e jornalista

COMPUTADOR

No futuro, podes crer,
não haverá professor,
aos alunos vão dizer;
pergunte ao computador.

Roberto Fernandes – Fluminense.
Poeta e trovador.

SAUDADE

Se em cada esquina da vida,
se plantasse uma amizade
de cada planta crescida,
brotaria uma saudade.

Carlos Ezequiel
Pernambuco, jornalista e dramaturgo.

O NORTE – João Pessoa, 04 de dezembro de 1985

UM LIVRO SOBRE O MESTRE JUAREZ

A produção literária de um autor, acrescida da sua personalidade interior, sempre se une e se abraça numa gama de representatividades de marcante significação. E, à guisa dessas considerações, encontramos no ensaio da escritora Mariana Soares “Juarez da Gama Batista (Sua vida, seus mistérios, sua obra)” “um retrato que traz à superfície do presente o perfil intelectual do escritor paraibano, cuja abordagem é valorizada pelos achados revelados, numa clareza de matizes e exuberantes conceitos.

Juarez da Gama Batista sempre fora moço, valoroso, de aguçada percepção e nítido raciocínio. Conheci-o, de perto, nas nossas tertúlias de estudantes, e nos acalorados debates, nos Grêmios Literários “Augusto dos Anjos e Pereira da Silva”, onde pontificara como figura de destacada atuação, através do brilho de sua inteligência, da musicalidade das frases e do verniz da capacidade idetiva, juntos, fundamos a Sociedade de Cultura Musical, nos idos de 1943.

Parece-nos que grande parte da obra do ilustre paraibano relete um grito de dor, um inexorável sentimento de angústia, sem sombras de alegria e sem sorriso, embora, por vezes, exteriorize o ritmo e a alegria de viver, aparecendo aqui e ali, cantos de grandeza espiritual. A escritora Mariana Soares quando enfoca o círculo de sua produção, julga o autor de “Gabriela, seu Cravo e sua Canela”

não por mera emoção, mas sob a égide da crítica criteriosa e abrangente. E a faz com elegância e deliberada justeza. Com Juarez da Gama Batista teria ela as afinidades da língua portuguesa, em que ambos se expressam com facilidade, correção, senso estético, delicadeza e flexibilidade. Presume-se que um certo período da juventude do escritor, passara mergulhado numa tristeza continuada, talvez sugerindo sofrida identificação sentimental. Nele, achamos a elegância da palavra, o beletismo do literata, a primorosa figura de cultor da filosofia, o prosador remorialista, o jurista convicto, o professor consciente, o polígrafo e jornalista de alentados méritos.

Juarez da Gama Batista fizera de sua existência uma épica e interminável procura, um livre e não preconcebido itinerário, uma peregrinação pensante e agencial, onde, uma corrida necessária ao pleno movimento de evolução do espírito encontrara guarida e justificação. É bem provável que o notável publicista adotara a postura de Mário de Andrade: "Não prego a guerra nem a paz, eu quero amor".

O trabalho de Mariana Soares significa um documento fonte sobre a vida do estudado que, além da análise, vem a investigação factual, que se completam e se ajustam aos achados compilados. O livro é repositório de acontecimentos e, quiza muito maior, como expressão da escritora, através de seu temperamento aberto a todos os segmentos das artes. Nele, as imagens possuem valores plásticos e se fundem impregnados pelo calor da intimidade.

O mundo circundante do intelectual enfocado é por ela transformado numa plataforma de referências, com todo o corteio do fluir exterior e interior do consagrado Mestre. O ensaio de Mariana Soares recomenda-se pela análise corpóreo-espiritual do Mestre Juarez, avultando-se-lhe a alma vibrátil e intensamente emotiva, reaproximada ao presente, pela jovem e talentosa escritora, cuja adjetivação convencional, subrepuja-se em energias expressivas, que a marca característica desses dois ilustres intelectuais conterrâneos.

O NORTE – João Pessoa, 18 de dezembro de 1985

TEMPOS DE VERSOS

A poesia é a flor da emotividade, o sagrado refúgio daqueles que sentem a vida e a transformam em cantos de alegria ou tristeza. O que importa é a vida, as fundas marcas que ela deixa no tronco da árvore do tempo.

Tempos de Versos, de Humberto Maul, traduz a lenta e fecunda elaboração do seu espírito folgazão e intensamente emotivo, onde a alma telúrica, o adoçado registro de seus entes queridos e das coisas circundantes, transparecem na lembrança do poeta. Os seus versos, vão por aí esvoaçantes ligeiros como uma borboleta, tagarela e boêmia como uma cigarra, gentil e volúvel como um beija-flor. A um ele revela um segredo, a todos sempre risonho e breve narra o que ocorrera no círculo íntimo de sua amizade, fazendo a crítica ligeira, no melhor sentido da vibratilidade nordestina, o lisonjar à mulher, na serenidade de sua graça. E entre um sorriso e uma ironia, o torvelinho da vida frívola, uma alfinetada inofensiva, um ar brejeiro que, no afã bisbilhoteiro, vai ferroando a pele espessa dos amigos.

O poeta repentista traz no seu livro o canto poético improvisado e memorizado ao longo do tempo, sem desfigurar a feição nativa do cordel, fita as coisas simples, identifica a frase da gíria, o traço satírico, o regalo zombeteiro, a policromia dos personagens, a fantasia solta de um baile de máscara. Na investida agreste do psiqué po-

pular, configura nos hábitos e a marca dos homens simples, a doce melodia interior de seu cantos e preocupações. Nos motes e grosas, a matéria folclórica se enriquece nas tonalidades pessoais com que o poeta, apoderando-se do tema, faz transparecer, num verdadeiro ritmo poemático, o significado e a cromatização variada das imagens. Delicia-nos ali uma liberdade de imaginação, um jogo diversificado do imprevisto de reminiscências, tirado dos fragmentos da vida, do pó do caminho, do pensamento mudo. E quando aborda um episódio com a aparente sutilidade do versejar, aí imprime na marca de sua sensibilidade, um ponto de humor ou de ironia.

Bem haja a lembrança dos consagrados cronistas Múcio Wanderley e João Albuquerque, caricaturando o poeta repentista Humberto Maul na moldura exata de sua dimensão e no calor da sua versatilidade. Fez bem o escritor Itapuan Botto Targino em patrocinar Tempos de Versos, cuja contribuição à nossa produção poemática, é de marcante significação cultural.

O NORTE – João Pessoa, Domingo 19 de janeiro de 1986

VIDA E VIDA

Perguntaram a um sábio qual era a melhor dádiva da natureza e ele respondeu sem hesitar: a vida. E é na vida que a escritora Mariana Soares debruça-se na plataforma de seu mundo interior. O fluxo intelectual que dá aos seus pendores inatos transborda-se em revelações indagadoras, onde há uma entonação lírica, uma transparência personalizadora, uma longanimidade de acentos poéticos. A autora busca em “Vida e Vida” a confissão de seus projetos individuais, talvez recolhendo a lição de Maritain, quando fala do alto preço para a conquista da personalidade. Na instrumentalização cultural e maturidade psíquica, já antevistas no itinerário de suas produções, traz ela a imagem iluminada sobre um espelho partido em mil pedaços, refletindo as vicissitudes da vida. O livro retrata cicatrizes cultivadas na solidão inconformadas, na carência do aconchego vivencial, no aninho das fantasias afetivas. E ela saíria, às vezes, de seu mundo para dedicar-se aos outros, como enfatiza Chardin, proclamando que não podemos penetrar até ao fim de nós mesmos, sem sair de nós, unindo-nos aos outros. O fim último da vida, segundo o seu modelo, é o fluir espiritual no seu engajamento com o mundo exterior, como uma flor que desabrocha sem ninguém tocá-la.

A jovem escritora faz do realismo do cotidiano um símbolo de participação e de experiência, através da candura dos sentimentos elementares do espírito, cuja obra apresenta sensações conflitantes

juntas num mesmo sopro paradoxal, pois sugere pedacinhos de amor ou repulsa, fraternidade e discórdia; lucidez e inconsciência; coragem e renúncia, religiosidade e superstição, abandono e fatalidade. O perfil descoberto da publicista, do seu universo denso, fechado, é um diálogo entre a vida e a morte, que nos dá uma forte impressão da procura desse... aonda. No porte emocional do seu discurso intelectualístico, transparece uma ordem de vivência íntima impregnada de sutilezas e abordagens sociológicas e psicológicas, notadamente quando configura, poetisa e pensa. A temática de “Vida e Vida” enfoca a vida e a morte, onde o tonus espiritual penetra para iluminar os mistérios do inconsciente, a barreira do silêncio, a angústia crescente principalmente quando a fantasia e a realidade se misturam, para fazer o cerne de sua produção literária.

Na fuga para o subjetivo, na sua corrida ao estado de idealidade, passa a colloquiar com os temas eternos: Deus, amor, fraternidade, justiça, e ela, ainda, desvenda sua alma, interpellando segredos psicológicos, com certo ar de melancolia, de traços fugidios, de ângulos imprevistos, de mirada introspectiva emergida do mundo escondido. A voz do sensual, na sua forma e cor, transparece, quase a dizer o seu nome, que não grita, mas apenas murmura. A imagem da vida com a morte, na esteira de “Vida e Vida”, é uma constante, “um devaneador incêndio em marcha”, para usar as expressões de Michelet. O homem e a arte andam de braços dados, como a vida e a morte, e, talvez, por esse desiderado de profunda integração espiritual, as mutações da existência encontrariam o sagrado refúgio para suas meditações, anseios, esperanças e auscultação interior, propiciando à jovem e talentosa escritora viver com um permanente sorriso de compreensão, entre a terra angustiada e o céu bendito.

O NORTE – João Pessoa, 16 de abril de 1986

VIOLÊNCIA E REPRESSÃO NO NORDESTE

A historiografia paraibana acaba de ser enriquecida com mais um livro – Violência e Repressão no Nordeste, do cientista social José Octávio de Arruda Melo. O autor circunscreve as questões da violência e repressão dentro do ângulo criticista, enfoca e aponta o diagnóstico real das causas e efeitos desses aspectos, na convivência nordestina, refere-se, igualmente, a difícil tarefa de apagar as divergências e harmonizar as vontades dos aglomerados humanos aqui instalados ao longo dos tempos, face aos intrincados problemas de ordem econômica, política e social da região, encrustados no arcabouço da sociedade.

O estudo do destacado historiador conterrâneo é centrado em torno do tecido social nordestino, onde as tendências mais diferenciadas da violência são matizadas no processo de transição do regime da Colônia para o regime da Independência, numa gama de exteriorização e análises dos temas em perspectivas, com manifesta conotação do fenômeno da patologia social das tensões. O acirramento das posições antagônicas sempre preside os acontecimentos, cuja constatação, é evidenciada, através do desajustamento das estruturas da sociedade, desde as cambiantes condições político-culturais da lusitanidade, até os nossos dias. Para legitimar, essa assertiva, extraímos o trecho: “Ao contrário do que procuraram fazer crer os

ideólogos da cordialidade e da conciliação, a violência tem constituído verdadeira constante na História do Brasil”.

O autor da “A Revolução Estatizada” torna o seu estudo um itinerário de reflexão em busca dos processos explicativos do acontecer político-social, resultante da relação entre o homem e as circunstâncias, e entre o homem e a época, direcionando o problema nas exatas proporções e oferecendo um painel das principais causas que afligem os setores psicossocial e político da região, fundamento na evidência informacional dos fatos.

Na linha de pensamento e na esteira das atividades intelectuais, o historiador José Octávio dir-se-ia movimentado, reformista, irreverente, contestador e polêmico, notadamente quando disserta e faz a apologia da clarividência honoriária, através do suporte e argumentações deliberadamente fiéis às suas lições e diretrizes, cujo antagonista destila em conceitos impiedosos, caricaturando-o com mordacidade seus princípios e idéias, num continuado convívio de pregação oral ou de formulações jornalísticas, e livrescas. A tematização e a retrospectiva histórica inseridas na obra, nos permite situar o valioso trabalho do Mestre José Octávio na galeria das mais destacadas edições patrocinadas pela Comissão do IV Centenário da Paraíba. E isso basta.

O NORTE – João Pessoa, 08 de Janeiro de 1986

A DANÇA DO TEMPO

Não sei se deva chamar as crônicas de Carlos Romero enfeitadas em “A Dança do Tempo”, uma festa de sensibilidade fraternal ou um instante de saudade. As duas faces da verdade que o preocupam lá estão: uma, a solidão, o solilóquio diante da ausência da bem amada; a outra, o diálogo com a vida. O cronista é, pelo temperamento e pela fé, unido ao espírito dos versículos dos Profetas, e fala, ao mesmo versículos dos Profetas, e fala, ao mesmo tempo, dos planos de Deus e da vida dos homens. Diante do espelho que ele reflete há a lâmpada que constrói, dignifica, sublima e eleva. Dir-se-ia que, sua peregrinação pelas lidas jornalísticas é uma intérmina comunicação pela emancipação e triunfo dos valores supremos do espírito, que têm permitido ao homem desvendar, pela ciência, os segredos do Universo e conduzir, cada vez mais, lúcido e conscientemente, o seu próprio destino. Quase todas as frases, em sua obras, são suaves e meigas como o perfume dos sentimentos elevados; uma expressão íntima, uma incessante corrida aos valores e conceitos da eternidade do homem.

Com a morte de Carmen abriu-se o ciclo da saudade de suas atividades intelectuais, cujo nome está perpetuamente ligado ao seu, como unidos estavam os seus caminhos. Nos nossos verdes anos, Carlos Romero já preludiava o amor à Carmen, esta jovem moça que um dia veio encher de vida a sua vida. Ele é, realmente, um poeta de

sentimento, que procura dizer com as palavras, mais do que as palavras queiram dizer. O nosso convívio vem do fundo longínquo da infância, da primavera, da vida, dos tempos de “cascabulhos” do Lyceu Paraibano, dos grêmios literários, das lutas estudantis no Centro Estudantil do Estado da Paraíba das retretas na praça João Pessoa. Juntos, posteriormente, fundamos a Sociedade de Cultura Musical, a Orquestra Sinfônica da Paraíba, o Conservatório Paraibano de música. São ecos do passado que trazemos à superfície do presente, para a história do futuro. Muitas das suas formulações são como a música de Bach: uma oração a Deus, e parece-nos que a sua felicidade, consiste, atualmente, em ter o que escrever. “A Dança do Tempo”, retrata, por inteiro, a firmeza de caráter do autor, cuja vida é toda voltada para a arte e para o belo, e que tem a dimensão assentada na simplicidade, na singela da alegria espontânea, de quem parece ignorar o mal, de tanto se preocupar com o bem. Nele, a paz e a quietude envolvem o seu ser e a alma é toda disposição e brandura para captar as sonoridades sutis que vem do mundo exterior.

O escritor Carlos Romero faz da crônica uma arte de participação e de sentimento, através da serenidade e reflexão dos conceitos que tem, em cada título, uma mensagem que tenta conquistar para o atormentado espírito humano um oásis de recolhimento interior. Em “A Dança do Tempo”, a frase corre solta com o pensamento e se expande em toda a sua força de expressão, cuja matéria sentimental enriquece nas tonalidades pessoais com que o publicista apoderando-se do tema, faz transparecer num pronunciamento lírico, expressividade emocional. O livro dá-nos a impressão de uma obra ~~para~~, pela doçura e cromatização variada das imagens, onde passa a desvender almas interpelando segredos, cuja identidade intelectual do autor enfoca o seu passado e recomenda o seu presente. Romantismo é libertação, espiritualidade, amor. E é romantizando que ele traça o seu perfil.

O NORTE – João Pessoa, 30 de abril de 1986

SESQUICENTENÁRIO DE CARLOS GOMES

O Brasil e o mundo comemoram, este ano, o sesquicentenário do consagrado compositor brasileiro Antônio Carlos Gomes Aplaudido na Europa e no Brasil, Carlos Gomes marca a presença de uma época subordinada ao espírito de uma geração e ao ambiente em que foi idealizada. Nascido em Campinas, São Paulo, a 11 de julho de 1836, filho de pais pobre e modesto, cuja infância transcorrerá numa cidade acanhada do interior paulista, sem a perspectiva de obras de arte e nem o ensinamento de tradições musicais, à moda européia. Fugindo do convívio de seus pais, matriculou-se no Conservatório de música do Rio de Janeiro. Com apenas 25 anos de idade, compôs a ópera “Noite de Castel”. O sucesso foi magnífico. Seguiu-se outra ópera “Joana de Flandres”, recebida, também, com enorme entusiasmo, e que valeu ao jovem maestro o franco apoio de D. Pedro II, que lhe custeou uma viagem de estudos na Itália. Completando os estudos em Milão, Carlos Gomes apresentou no “Scala” então o máximo teatro lírico do mundo, a ópera que extraía do romance de José de Alencar “O Guarany”. O sucesso foi absoluto. Bastaria a data de 19 de março de 1870 para colocar o moço Campineiro em grande evidência.

A vida de Carlos Gomes fora sempre um desfilar de esperança, amargura, triunfos e lutas, cujas alternativas de sofrimentos e glória assumiram caráter de apopéia. Assim, o destino fê-lo compositor

dramático do estilo italiano, enquanto até hoje se defende a vantagem de uma orientação musical alemã que o teria tornado um grandes sinfonistas. As suas principais óperas, além de “O Guarany”, “Fosca”, “Salvador Rosa”, “Maria Tudor”, “O escravo”, “Condor”, são obras magníficas de inspiração gomesiana, escritas e estreadas na Itália, com exceção de “O Escravo” apresentada no Rio de Janeiro. Da análise dessas composições avulta um sentimento de espanto. Quanta beleza melódica, quanta eloquência lírica e dramática.

Na Itália, o grande mestre assimilou o idioma de Dante, não apenas o idioma, também a linguagem musical das óperas peninsulares, em cujos moldes derramou a inspiração, as idéias, a espontaneidade de suas produções. O aspecto propriamente histórico da obra gomesiana, sempre alucidativa e alcandorante mesmo na grandeza do compositor, tem sido bastante apreciada. Carlos Gomes no “O Guarany” projeta uma ópera melodiosa, brilhante e talhada ao gosto do público italiano; na “Fosca”, o impregnar de maior intensidade orquestral, com o fim de destacar o caráter impulsivo e apaixonado da protagonista; no “Salvador Rosa”, que sortiu de motivos fáceis, adequados aos personagens-poetas, pescadores e enamorados; em “Maria Tudor” misto de grandiosidade, paixão amorosa e vingança; no “O Escravo” repleta de evocações nativistas, com o frescor das melodias; a “Alvorada”, cheia de pássaros brasileiros e apoteótica de luz tropical; finalmente, na “Condor”, em que se consagra o compositor maduro, equilibrado e pesquisador. As mais sonoras e pictórica das obras de Carlos Gomes é a “Alvorada” e o interlúdio orquestral do último ato de “O Escravo”. Preferiu o desdobramento da ação cênica, a predominância do canto, seja lírico ou dramático. Possuidor de uma bonita voz tenoril, devia esta qualidade ter sido uma das numerosas razões que o induziram a encontrar na ópera o gosto supremo. Ainda mais, o mestre brasileiro não pode contar com tradições musicais estilísticas e populares do seu próprio país.

O NORTE – João Pessoa, 19 de julho de 1986.

PRIMOROSA APRESENTAÇÃO DA SINFÔNICA

A Orquestra Sinfônica da Paraíba, mais uma vez, apresentou-se ao público na última quinta-feira, executando, inicialmente, a Abertura para Egmont, op. 84, de Beethoven. O gênio de Bonn é uma artista subjetivo; por isso também fala de viva voz para fazer-se ouvir e compreender. Não raramente é retórico, mas de eloquência avassaladora. É indispensável conhecer-lhe a biografia para compreender-lhe a obra, porque a sua música infunde humanidade. Conduziu bem o jovem regente Osman Gioia a OSPb, onde pôe em evidência suas qualidades de diretor de orquestra. Como segundo número vem o Concerto para trombone e orquestra de Lars Erik Carlson, tendo como solista Joelson Raulino, integrante do corpo de instrumentista da Sinfônica. O jovem trombonista prendeu a atenção do público pelo equilíbrio e desenvoltura da execução e elegância no trato da construção arquitetônica da obra. É mais uma vitória daqueles que fazem da produção musical um meio para expandir suas qualidades artísticas. Joelson Raulino merece os nossos aplausos pelo desempenho da difícil condição de solista. Na última parte do programa é apresentada a Sinfonia nº 6, em si menor (Patética), de Tchaikovsky, cuja obra rapsódica e de, acentuada efusão sentimental, é música preferida nos repertórios sinfônicos. Na regência, Osman Gioia demonstrou sensibilidade versátil, associada a capacidade

de realização artística, que nos parece um pouco amadurecida. A Sinfonia Patética ganhou intenso relevo, não só no plano musical, como no expressivo, e que evidencia a conduta disciplinada da Orquestra, consequência natural da boa condição técnica de que presentemente desfruta, e da orientação do jovem regente que fez infundir, dentro dos cânones da estética e do encadeamento da obra, infinitas cores. Na profundidade e luminosidade do primeiro andamento, quer na leveza do pensamento musical do segundo, quer na transparência vivaz dos contornos e densidade do terceiro, quer no fraseado melódico e rítmico do quarto, carregado de tristeza, lamentos e desespero, situa-se Tchaikovsky como homem patológico e veementemente emocional. Notava-se na fisionomia moça e expressiva de Osman Gioia muita segurança no trabalho que fez frente à Orquestra, apresentando um espetáculo de nítido convencimento artístico e que define e exalta, plenamente, o nível alcançado pela OSPb nesta temporada de 1986.

O NORTE – João Pessoa, 15 de outubro de 1986.

CENTENÁRIO DE VILLA-LOBOS

O Brasil e o mundo comemoram, este ano, o Centenário do genial compositor brasileiro – HEITOR VILLA-LOBOS. Desde a Grécia, e através do Cristianismo, é reconhecida essa verdade iniludível de que a música é um fator básico e insubstituível na formação espiritual de um povo. A sua função não se limita só à importância do conteúdo estético, mas assume, conseqüentemente, um caráter eminentemente socializador. Em razão desse conceito predominantemente cultural, Villa-Lobos evidencia para o Brasil um estupendo transbordamento da seiva melhor e mais rica do humos racial que representamos, salientando, por outro lado, graças às suas festas de sonoridades, residuais da alma do nosso povo, exaltando nossa bondade e nosso lirismo enluarado e colocando o Brasil no mundo da Arte como nunca o fora antes.

Entre os sete ou oito anos deram-lhe um violão, e para esse violão, amigo de infância, ele escreveria, muito mais tarde, em Paris, para o grande Segóvia, admiráveis Estudos de Violão, e, depois, para este, o seu Concerto para Violão e Orquestra.

Temperamento a um só tempo violento e cheio de lirismo, impulsivo e arrebatador, exprimiu em sua música, para usar Coeuroy, o “signo do nacional”.

Villa-Lobos não ratava de criar obras moldadas em matrizes

definitivas e procurava exprimir a nebulosa brasileira nas suas incompletações de estilo, com sua aptidão real para viver e afirmar-se. Por isso, seguiu por numerosos caminhos, num simultaneísmo surpreendente, cuja nota sintética sucede à analítica, e até à expositiva ou à descritiva, tudo com idêntica naturalidade. Instantes há, na obra desse grande compositor, que parecem transcender ao panorama, de simples caldeamento etnográfico primário. Villa-Lobos participava das duas áreas de sensibilidade: simplicidade e rudimentalidade fortes, e a da capacidade de elaboração e de transfiguração emocional da elite. Na sua grandiosa obra coexistem o saudoso e insinuante chorinho e o grande painel selvagem do Amazonas, uma valsinha brasileira retrabalhada com trato de ouríveis. Nas suas “ambientações” de melodias populares, até nas mais simples, sente-se o sopro do criador original “fiel e infiel a um só tempo: infiel, porque deforma (no sentido estético da expressão) a obra anônima, fiel, porque, mesmo violentada, não perde, em suas mãos, a flor popular, o seu conteúdo essencial de humanidade, e de humanidade brasileira”, como bem define o consagrado musicólogo Andrade Muricy.

O NORTE – João Pessoa, 28 de janeiro de 1987

CONCERTO PARA O GOVERNADOR

O Concerto da Orquestra Sinfônica da Paraíba que a cidade viu e ouviu no último domingo, constituiu o mais belo espetáculo artísticos das solenidades de posse do Governador Tarcísio Burity. O maestro convidado, Alto Parisot, brindou a platéia com música de Tarcísio Burity, Vivaldo, Saint-Saens e Beethoven. Ao ilustre regente e renomado violoncelista, só louvores á exprimir, cuja direção transparece a elegância, a dignidade estilística, a assimilação orgânica da complexidade das obras e auto domínio na condução da OSP.

Iniciando o programa, ouvimos o Barroco op. 2, de Tarcísio Burity, cuja obra reflete o sentimento de exaltação interior do autor, talvez como uma fuga ao cotidiano, para fixar a sua afetividade na imperecível beleza da criação estética, isolando-se da ação exterior para prolongar e intensificar o espetáculo da vida no plano do espírito. A composição de Tarcísio Burity tem intenso relevo, não só no plano musical, como no expressivo, e evidencia e infunde dentro dos cânones da estética e do encadeamento da obra, infinitas cores. Nos parece que a música, em seu sentido mais amplo, foi sempre o alento vital de sua marcante personalidade.

No concerto de Vivaldi para violoncelo, em sib-Maior, dois solistas se confrontam; de um lado, a experiência e a potentosa execução do consagrado celista Aldo Prisot, de outro, o talento do jovem e destacado violinista Alexander Burity Mandl. O intérprete vi-

denciou desenvoltura quanto à afinação, aos movimentos das acardas, dos cortes e o equilíbrio de interpretação, sendo vivamente aplaudido após a execução do Allegro Molto.

Como terceiro número, é apresentado o Concerto para Violino e Orquestra de Saint-Saens, tendo como solista o jovem músico Alexander Burity. É sempre satisfação assistir sua participação em nossas promoções musicais, carregada de brilho e execução primorosa, e que, muitas vezes, inundou o auditório, quer na beleza das paisagens ou nas variedades da construção sonora.

Por último, em homenagem à posse do Governador Tarcísio Burity, e como homenagem póstuma ao vice-Governador eleito Raimundo Asfora, é executada apenas dois movimentos da Sinfonia nº 3, em mib Maior, de Beethoven, opus 55 “Heróica”, cuja obra sinfônica é plena de vigor e dramaticidade, densa e de irresistível força persuassiva, nascida sob o impacto de idéias extramusicais revolucionárias – A Revolução Francesa. No Allegro com Brio, com aquele potentes acordes, enunciando por toda a orquestra, para finalizar com a retomada em uníssimo do tema principal, transformado em verdadeiro hino de triunfo, e símbolo do heroísmo. A Marcha Fúnebre (Adágio Assai), é uma das páginas mais dramáticas escrita por Beethoven e considerada como uma dolorosa meditação sobre a morte. A frase lamentosa anunciada desde os primeiros compassos, através de um gesto de enorme dramaticidade “dissolve” por assim dizer, os elementos temáticos de base, remetendo-os a um pesado silêncio.

Há somente louvores a fazer ao magnífico concerto da Sinfônica da Paraíba, cujos aplausos atestam o triunfo da sua organicidade.

João Pessoa, 22 de março de 1987

ALCIDES BEZERRA

A vida de Alcides Bezerra caracteriza-se pela ambição do saber. A formação intelectual do autor de “Acheegas à história da Filosofia” centralizada no estudo e na concretização das ciências ou da ciência pura, através da ânsia do desconhecido, do aprender e, conseqüentemente, de aproximar-se da cultura, atingira merecido destaque. Conferencista de alentado mérito, fora nesse mister que alcançara vôos de condores, não só no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, bem como na Argentina e Uruguai, cujas conferências passaram a ser ouvidas e aplaudidas pelas palavras cadentes do filósofo paraibano. Abordara sempre temas contemporâneos, ajustando aos conceitos pretéritos, enfoques novos e deles extraindo as seguranças previsíveis do que será a humanidade nos dias do futuro. Fizera, preferentemente, crítica filosófica ou ahcegas a história da filosofia, uma vez que, não ea filiado, integralmente, em preferência, a nenhum criador de doutrinas filosóficas. Alcides Bezerra dizia-se não acreditar na existência da verdade absoluta e os seus trabalho encerraram conceitos emitidos desde Platão e Aristóteles, até Oswaldo Spengler e Bergson, com passagem para outros conhecimentos filosóficos, que em seu conteúdo doutrinário tentara, pelo exemplo individual, induzir convicções à prática do altruísmo e da mansuetude espiritual. Nas suas conferências, buscava, com clarividência e insi-

nuações, aclarar o estranho e trazer o caminho percorrido pela humanidade, passando, ainda, a revelar nomes que se fizeram por esses postulados no Brasil. Afirmara sempre que o Brasil era, “uma grande terra que se começava a descobrir e por cujo descobrimento todas as vontades eficazes deviam trabalhar”. Portanto, nesse desfilar da história da filosofia, entre brasileiros, mencionara Matias Aires, apreciava a obra de Tobias Barreto, que conseguira, com a expansão filosófica da Escola do Recife, numerosos adeptos. Identificava ainda, Sílvio Romero, como orientador desses conhecimentos, talvez com mais segurança de ação e situando Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant, como os três nobres vultos do positivismo no Brasil. Nas suas andanças pelos caminhos filosóficos, deram-se em estudos de crítica e de louvor, junto ao grande filósofo esteta que fora Vicente Luciano, na floração marcante do belo código da “filosofia como arte”. Eis aí, João Alcides Bezerra Cavalcanti, nascido a 24 de outubro de 1891, em João Pessoa, que pela sua feição esplêndida de revelação intelectual, encantara o público nas suas conferências e deixara, ao longo da vida, uma soma de apreciável produção livresca. O autor de “A Paraíba na confederação do Equador” fora considerado um “spencerista” e dissera que a idéia de Deus é a sombra do homem projetada no infinito e, por sua vez, preferiria a ciência à religião. Proclamara, por vezes, que a ciência e a imaginação se repelem. Na verdade, o pensador paraibano fora um filho legítimo do século 19 e discípulo dos grandes mestres do século de Augusto Conte. Alcides Bezerra procurara, permanentemente, evadir-se com equilíbrio e prudência, do círculo de ferro da ortodoxia. Fora, sem temor de contradita, um escritor cioso de sua autonomia intelectual. E dele as expressões: “Onde não há pensamento autônomo, onde não há equação pessoal, domina a escolástica e pompeia a morte”. E no prefácio das suas últimas obras “Acheias à história da Filosofia”, publicada em 1936, afirmara que a realidade é mais rica do que as nossas categorias mentais e, daí, a necessidade de estarmos sempre alertos em face das teorias exclusivistas e dos sistemas rígidos e fechados. O nome de Alcides Bezerra ressurgiu agora, através do repensamento da sua magnífica produção literária

MAESTRO PLÁCIDO CÉZAR

A História da Música, na Paraíba, oferece revelações surpreendentes, quer no campo composicional, quer na galeria de consagrados intérpretes, bem ainda na existência de afamados regentes. E, entre eles, destacamos a valorosa contribuição prestada à música paraibana pelo maestro Plácido Bezerra de Alcântara Cézar. Regente, compositor e violinista de alentado mérito, nasceu em Barreiros, atual Bayeux, na segunda metade do século XIX, e faleceu na década de 20, em João Pessoa. Era filho do maestro Pedro de Alcântara Cézar, mais conhecido como “Pedro Músico”, e Rosalina Bezerra de Alcântara Cézar. Plácido Cézar era membro de uma família de músicos de talento, sendo igualmente afamados os seus irmãos Vercelêncio e Diomedes Cézar, renomados instrumentistas e regentes de coro. Vercelêncio foi professor de música do Seminário desta Capital e tocava admiravelmente clarinete e oficleide. Diomedes ensinava teoria e solfejo e regia o coro da Igreja do Carmo. Plácido Cézar era considerado o mais consagrado violinista de sua época e tornou-se, por sua vez, procurado para fazer parte de orquestras em toda a região nordestina. Audodidata, aprimorou a técnica violinística com o prof. Ciro Carlino, italiano, formado pelo Conservatório de Bolonha, Itália, e que mantinha, nesta Capital, uma Escola de Música para instrumentos de cordas e prática de canto, desde 1889. Foi, tam-

bém, Spalla do Club Symphonico da Parahyba, a nossa primeira orquestra sinfônica, fundada por Eduardo Fernandes em 1902. Fez parte, ainda, de 1892 a 1907, da orquestra do maestro Florentino Ramalho. Em 1879, já era 1º sargento e Mestre da Banda do Batalhão de Segurança. Sua atuação frente à Banda de Música da Polícia vivia ao sabor do momento político, pois, sendo membro do Partido Liberal, quando o seu opositor, o Partido Conservador ascendia ao poder, o Mestre da banda era Florentino Ramalho. Entretanto, quando o Partido Liberal estava no poder, Plácido Cézar era o regente. Durante toda a década de 1880, o renomado violinista dirigiu a Orquestra Santa Cruz. Eram seus irmãos Vercelêncio, Diomedes, Jônatas e Belarmina. Plácido Cézar foi casado com Agda Bezerra Cézar e tinha uma única filha – Carolina, genitora de Acácio Paiva, violinista da Orquestra Sinfônica Paraíba, na sua fase amadorista e, por sua vez, pai de Maria Luiza Paiva, professora da Escola de Música Antenor Navarro e violinista da OSPB.

Plácido Cézar é autor dos dobrados Cel. Savaget, Lima Filho e Independência, além das valsas Andorinhas de Maio, Lírios e Açucenas, Marieta Cézar, Saudades de Barreiros e as músicas sacras: Ladainha de N. Senhora das Neves, Novena de N. Senhora do Carmo, Hino a Santo Antônio e marchas de Procissão Santíssima Trindade, Jesus Salvador do Mundo e Cristo Crucificado.

O NORTE – João Pessoa, 05 de abril de 1988

A SINFÔNICA JOVEM

É admirável o movimento musical que ora se processa, em nosso Estado. É mais admirável, ainda, o calor e o contagiante entusiasmo dos jovens instrumentista que compõem a Orquestra Sinfônica Jovem da Paraíba, cuja linha de formação e ação é considerada como uma “Sinfônica” da comunidade. Na estruturação e na aglutinação vivencial dos seus objetivos, registramos, com merecido destaque, a dinâmica professora Isabel Burity, através do seu obstinado trabalho de arregimentação, lastreado de ignoradas renúncias. Na verdade, a Paraíba, e, principalmente João Pessoa, que é o centro aglutinador da nossa cultura musical, dispõe, agora, de uma Orquestra Sinfônica Jovem, sob a esclarecida direção do seu regente titular Osman Gioia, forte afirmação de condutor e que, por sua vez, orienta a OSJPb, no sentido de uma melhor eloquência de interpretação do repertório, quer no seu aspecto expressivo, quer no dinâmico. No recente concerto realizado em Campina Grande por ocasião da reinauguração do Teatro Severino Cabral, constatamos o bom relevo dos desenhos contrapontísticos, o desempenho dos arcos, como também, dos metais e madeiras. O maestro Osman Gioia fez sentir juvenil autoridade, que se robustece amplia, como de fato se iria ampliar, pelo fôlego e alcance dos gestos. Na primeira parte do programa ouvimos o primeiro movimento da Sinfonia Inacabada, de Schubert, obra plena de melancolia, rica de sentido trágico, tão ma-

ravilhosamente bem acabada quanto a mais bela obra prima que o artista escreveu para orquestra, cuja execução mereceu destacado aplausos da platéia campinense. Na valsa T. Virgílio (pseudônimo artístico de Tarcísio Burity) que se nutre do elam melódico, cuja linha cantabile se expande e se desdobra com o apoio dos demais naites, nos revela uma delicada associação de idéias sonoras, de bom efeito orquestral, contribuindo para deflagrar o entusiasmo do público, que não poupou ao autor, calorosos aplausos. Na abertura “Canidide” de Leonard Bernstein, foi de incisivo relevância o rendimento de todo o conjunto. Vitalidade, vivacidade, são termos que convém à Sinfônica Jovem da Paraíba. Em junho próximo, a orquestra excursionará às cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Gramado, Nova Hamburgo e Montenegro, atendendo convite do Governo do Rio Grande do Sul. É o som da Paraíba que os gaúchos, decerto, irão ouvir e aplaudir. Num eloqüente atestado do incentivo que o Governo Tarcísio Burity vem imprimindo às artes, na Paraíba. E isso basta.

O autor é escritor, musicólogo e Diretor do Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira, do Espaço Cultural.

O NORTE – João Pessoa, 19 de maio de 1988

CARLOS GOMES: O MAESTRO DA ABOLIÇÃO

Os estudos históricos e, principalmente, no campo da musicologia, nos revelam que a música tem o poder de configurar ambientes além de determinar tendências que visam exteriorizar nacionalidades.

Ela nos traz um rico e potente manancial de costumes e acontecimentos que por si bastam, em parte, para se fazer a história.

Fez bem André Rebouças em cognominar Carlos Gomes, com o “Mastro da Abolição”, como foi a sua Ópera, “O Escravo” chamada pelos abolicionistas de “Ópera da Abolição”.

O drama lírico se inspira num esboço dramático do Visconde de Taumay, transformado em libreto pelo poeta italiano Rodolfo Paravini, com o título de “La Schiavo”. No “O Escravo” o bucólico e o agreste transparecem de maneira sugestiva. Nela se vê o caráter pessoal do Prelúdio, o frescor das melodias de Ilara e Américo, aqueles ritmos estranhos de Iberê e das danças selvagens que seriam suficientes para criar ambiente à ópera. A extraordinária Alvorada do último ato ultrapassa toda e qualquer tentativa até hoje realizada para glorificar a natureza do Brasil. Achamos, por vezes, que o peso da cultura universal obrigava Carlos Gomes a obedecer as convenções artísticas então vigentes, em detrimento às suas tendências nacionalistas, onde o ego recalcado vinha à tona através de conceitos,

exibições e pujança de suas obras, embora a consciência intrinsecamente brasileira não havia atingido o seu climax. A educação estética da época estava condicionada aos cânones dos movimentos do renascimento europeu. No entanto, Carlos Gomes, exterioriza em suas produções e, vez por outra, os estigmas iniludíveis de brasilidade, afastando-se das correntes convenconalistas que ditavam diretrizes e estabeleciam normas. Era o grito da raça, o impulso nativista, a consciência nacional que brotava em sua plenitude para uma afirmação dos valores pátrios. Quanta beleza, quanta eloquência lírica e dramática suas músicas apresentam; quanta abundância de matices onde o astro musical do artista se expande em áreas e romances sem vislumbre inquietante. Carlos Gomes revela ao mundo o potencial artístico das nações americanas.

Afirmção da sensibilidade de um povo, o gênio musical brasileiro é a glória incontestada e perene da nossa nacionalidade.

O NORTE – João Pessoa, 12 de Maio de 1988

HISTÓRIA DA MÚSICA

JOAQUIM PEREIRA, UM DOS FUNDADORES DA SINFÔNICA

O nome de Joaquim Pereira de Oliveira está ligado à história da música na Paraíba pela admirável obra que realizou e vem realizando em diversos setores, através da força instintiva que norteia o seu temperamento sensível às manifestações das artes e da cultura musical paraibana.

Considerado como um dos maiores compositores de dobrados do Brasil, ele é, merecidamente, o nosso mais festejado Mestre de Música. Os temas das suas composições são sempre delicados, calcados na expressão e no encanto do sentimento da terra, e nos costumes da nossa gente. Ele organiza a sua própria maneira de compor. Joaquim Pereira extrai de si mesmo o que compõe.

Utiliza-se da intensidade poética, da serenidade emocional e de um primoroso sombreado de tecidos artesanais. O autor de Os Flagelados deriva sua música mais para intuição do que para a segurança técnica.

Na verdade, muitos dos nossos músicos, embora possuidores de talento, não puderam progredir por falta de exemplos e incentivos locais que lhes proporcionassem elementos suficientes para plasmar uma base competente em outros centros musicais mais adiantados, enraizada no saber profissional da matéria artística cultivada.

O método utilizado pelo autor de Romance Sem Palavras é o da aprendizagem espontânea. Aí está toda a sua grandeza. O esban-

jamento de emoções encontradas nas suas músicas reflete o retrato sonoro do seu temperamento ardente e sonhador. De gestos simples e maneira cortês, delicado com todos que o cercam, de sorriso franco, busca na música os belos efeitos sonoros, desenvolvendo tema singelos e sedutores.

Revelando, desde a idade de 10 anos, forte inclinação para a música, iniciou seus estudos com o prof. José Soares e aprendeu a executar flauta e clarinete com seu pai, velho organista da igreja de Caiçara, passando, desde logo, a acompanhar os cânticos sacros na Matriz.

Descendente de velhos troncos de músicos paraibanos, seu pai, José de Oliveira e Silva, mais conhecido por José Faustino, foi excelente mestre de música e compositor sacro. Seu tio, Minervino de Oliveira, teve atuação brilhante como mestre de música em diversas cidades do brejo, inclusive em Bananeiras, onde compôs o hino da cidade.

Por ocasião da festa da padroeira em Caiçara, abrilhantada pela Banda da Polícia, Joaquim Pereira de Oliveira, foi convidado para ingressar na referida banda pelo seu mestre João Arthur. Assentou praça, na Polícia, em abril de 1925, logo galgando promoções rápidas, até assumir a mestria, em substituição ao mestre Tonheca Dantas.

Nasceu em Caiçara, Paraíba, a 27 de maio de 1910. Contraiu núpcias com Zilda Soares, tendo do consórcio os filhos: Josil, Josilda, Joselin, Josevilma, Joseneide, Joselene, Ana Maria e Joaquim Pereira Filho.

Em 1933, ingressou na 22ª B. C. Seus dobrados, graciosamente construídos, sempre ricos de melodia, e a sua música, ao mesmo tempo, elegante e popular, fluente e bela, têm todas as qualidades para dominar o gosto do público. Ele, sempre, procura ser simples e ter leveza de toque.

Ao lado de outros companheiros, participou, ativamente em prol da criação da Orquestra Sinfônica da Paraíba, cuja data de fundação, 4 de novembro de 1945, marca o início das atividades desse órgão de maior expressão musical do Estado. Ainda, integrou o seu

corpo de instrumentista, na qualidade de primeiro violino e foi, durante muito tempo, o seu regente titular.

A Orquestra Sinfônica da Paraíba foi reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 564, de 5 de dezembro de 1951 e pela Lei Municipal nº 29, de 24 de março de 1954, e registrada no Conselho Nacional, órgão do Ministério da Educação e Cultura, com o qual celebrou convênios, durante muitos anos, para apresentações de Concertos Educativos nos estabelecimentos educacionais nesta Capital.

O maestro Joaquim Pereira é Sócio Benemérito da Orquestra Sinfônica da Paraíba, do Coral do Colégio Pio X, da Sociedade de Cultura Musical da Paraíba e da Orquestra de Câmara de João Pessoa, esta fundada a 15 de novembro de 1959, e reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 430, de 10 de maio de 1962.

Joaquim Pereira, costumava reger, por ocasião das festas das Neves e do Carmo, o coro e a orquestra, apresentando a missa, de Don Lorenzo Perosi, a três vozes, e, também, a missa solene de François Gounod. Dirigiu, por várias vezes, o coral do 22º B. C. e coros orfeônicos desta Capital.

Durante o tempo em que permaneceu no Rio de Janeiro, regeu a Orquestra Sinfônica Brasileira, com dois programas alusivos à data da Independência do Brasil.

AS COMPOSIÇÕES

MÚSICA ERUDITA – (Para orquestra sinfônica) Capricho, em dó maior; Jardim Miramar – poemas sinfônico; Melodia, em ré maior – mais conhecida por Prece sonora; Romance sem Palavras; Ode à Paraíba, com letra de Eudésia Vieira; Minueto, em fá maior; Tarde Tempestuosa. (Fantasia campestre); Sinfonia Triunfal, em três movimentos: Allegro – andante e vivace, plasmados nas claras tonalidades de, respectivamente, ré maior, sol menor e sol maior, bem conduzíveis com a intenção sentimental que ditou a composição. O autor não se prende a nenhum molde estabelecido para desenvolvi-

mento bitemático, e conseqüente exposição, desenvolvimento, reexposição e outras regras adotadas.

No seu trabalho, nota-se a livre e despreocupada invenção musical; a inspiração solta, a expressão emotiva, a intenção descritiva, servem-se, imperativamente, de forma, tornando um veículo amoldável, dócil às suas finalidades. A Sinfonia Triunfal foi composta ao calor dum alegre entusiasmo para consagrar a esplêndida vitória obtida pela Orquestra Sinfônica da Paraíba, por ocasião de seu concerto inaugural. Os temas da sinfonia ligam-se entre si, simplesmente, pela constância de suas afinidades rítmicas, melodias e harmônicas.

PARA ORQUESTRA DE CORDAS – Melodia da Primavera
– Serenata nº 1 – Romance.

DOBRADOS – Os Flagelados – Agenor Sales – Dr. Oldono Pontual – Tenente Passos – Paraíba Moderna – Sub-tenente Urias Alencar – Delmiro de Andrade – Cap. Renato Morais – Tenente Severino Gomes – Tenente Aluísio Guedes Pereira – Comandante Thomé Rodrigues – Cordialidade – Há uma Gratidão – Recordações de Afonso – Dr. Antônio Lines – Dr. Pedro Honorato – Tabajara Esporte Clube – Os orfãos – João Rique Prímola – Coronel Aristóteles Souza Dantas – Os Amantes da Lira – Presidente João Pessoa – Presidente Antônio Carlos – Comandante Barata – Dr. Oscar de Castro – Tenente Mota Silveira – Sargentos do 22º B. C. – Governador Pedro Gondim – Governador João Agripino – Dr. Vanildo Pessoa – Prefeito Damásio Franca – Academia Militar – Dobrados dos Artistas – 3 de Maio – Sonho de Artista – Coronel Euclides Braga – Dr. Edrise Vilar – General Juarez Távora – Adelgício Olinto – Henrique de Oliveira – Ferreira de Melo – Tenente Severino Bemardoi – e, por último – Caiçara.

VALSAS – Leda Venâncio – Ósculo de Mãe – Ada – Cecy – Jamais Amarei – Vanildo e Clarice – Sílvia Lima – Saudades de Vivi – Canta Patativa – Dor Oculta – Perdão – Melodia da Primavera – Canto da Saudade – Altair Soares e Intimo.

Ainda compôs músicas de destinação dançante.

HINOS – Hino a Juarez Távora – Hino às Samaritanas – Hino do Colégio Lins de Vasconcelos, com versos de Clélia Lopes de Mendonça – Hino do Colégio de N. S. das Neves, com poema da Irmã Maria Evelina – Hino à Santa Cecília, com letra do cônego João de Deus – Hino do Centenário da Curica (tradicional Banda de Música de Goiana-Pe.) – Canção do 22º Batalhão de Caçadores – Hino ao Bem-aventurado Marcelino Champagnat.

Dirigiu, com invulgar brilhantismo, as bandas da Academia Militar das Agulhas Negras e do 15º Regimento de Infantaria, reformando-se no posto de capitão do exército.

Foi fundador e regente titular, por vários anos, da Orquestra Sinfônica da Paraíba, e, ainda atuou como primeiro violinista e celista nesse órgão musical.

A música de Joaquim Pereira reflete o ambiente no qual teve sua existência, que liga o compositor e sua obra ao seu próprio meio. Sua música é o reflexo da sua personalidade, da inspiração leve e espontânea, da graça sorridente, onde se verifica a delicadeza das inflexões modulantes. É comum dizer-se que a música corre em suas veias, tanto é a torrente de melodias que transborda nas suas obras.

A música é a arte que mais exterioriza, emoções e é, para ele, a mais fascinante forma de interpretar, sentimentos. A música de Joaquim Pereira tem a fluidez interior aliada à natural abundância de invenção melódica, que nos leva a convicção de que a maioria de sua produção, é uma expressão puramente espiritual que liga o compositor às contingências do seu tempo. A música por seus meios de expressão, é uma arte de primado social e fonte de gracioso índice acerca da história, da sociologia e de outras ciências correlatas.

O maestro Joaquim Pereira, ainda, conserva uma lucidez, intelectual apreciável e poderá, no decorrer, deste ano, trazer à comunidade musical paraibana obras de indiscutível valor artístico. Faleceu a 28 de abril de 1993, em João Pessoa.

O MOMENTO – João Pessoa, Domingo, 19 de março de 1989

A BANDA DE MÚSICA

O estudo e a pesquisa sobre os “Mestres de Música”, na Paraíba, nos leva à convicção de que eles foram plasmados através do método de aprendizagem espontânea e possuidores de significativo teor de intuição. Para legitimar essa assertiva, podemos enumerar o maestro e compositor de renome mundial, José de Lima Siqueira, nascido em Conceição, neste Estado, a 24 de junho de 1907, e que fez parte, como trompetista da Banda de Música de seu pai, João Baptista de Siqueira (Banda Cordão Encarnado), e, mais tarde, funda a Banda de Música de Bonito de Santa Fé-PB, da qual foi o seu primeiro mestre.

Participou, ainda, de outros organismos da mesma natureza, em Cajazeiras, Patos e João Pessoa (Banda do 22º B.C.), e, no Rio de Janeiro, da Banda Militar de Realengo, quando, então, ingressara na Escola Nacional de Música, integrando-se, posteriormente, ao seu corpo de professores. Sem irmão, o consagrado maestro, compositor e escritor João Batista Siqueira, ex-Diretor da Escola Nacional de Música, período 1971/75, regeu as bandas de música de Patos, Cajazeiras e Campina Grande, e, no Rio, fez parte da Banda de Música do 1º Regimento de Infantaria, quando ingressara na Escola Nacional de Música, tornando-se depois, professor de várias disciplinas.

Outro músico que se destacou no cenário nacional foi Abdon Felinto Milanez, que integrou, como instrumentista, ainda adoles-

cente, a “Banda de Música Pheniz”, da cidade de Areia e, mais tarde, chegou a ser Diretor do Instituto Nacional de Música, hoje Escola Nacional de Música, compondo óperas, operetas, aberturas, música de câmara, e hinos patrióticos. Outros compositores de música erudita egressos de banda de música, como: Pedro Marinho, Adelgício Correia, Camilo Ribeiro, Joaquim Pereira, João Eduardo, Gabriel Ribeiro e João Pinto de Moraes Navarro e inúmeros músicos paraibanos de comprovada competência, poderiam ser aqui lembrados, com méritos pela significativa contribuição que prestaram para o soerguimento artístico-cultural do nosso Estado.

CONSERVATÓRIO DE CADA CIDADE (II)

Conforme subsídios fornecidos pelo historiador Wilson Seixas, nos livros antigos da paróquia de Pombal traz o registro do pagamento que se fez, nos fins do século XVIII, a uma Banda de Música que tocou durante os festejos religiosos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

A tradição nos dá notícia, ainda, de uma filarmônica que apareceu naquela cidade sertaneja, por volta de 1891, época em que surgiu outra sob a direção do maestro Nestor Aurélio Arnaud, ignorando-se, todavia, o seu nome. Não se sabe, igualmente, o nome da Banda anterior a esta e que contou com a direção do maestro Francisco de Assis. Era mais conhecida por “Filarmônica dos Assis”.

Segundo o depoimento de pessoas mais informadas sobre o assunto, dizia-se que a Charanga de Nestor Arnaud surgiu, exatamente, em oposição à dos Assis, ainda nos albores do regime republicano, quando marcou ali o domínio dos liberais sob a liderança do coronel João Leite Ferreira Primo.

Depois, com o passar dos anos, fundiram-se em uma só, tendo como regente o maestro Vicente Nazaré, que exercia, igualmente, as funções de Oficial do Registro Civil.

Novamente, foi criada em 1920, uma charanga com a denominação de Ricardo Wagner, sem dúvida, em homenagem ao célebre

compositor de “O Crepúsculo dos Deuses”. Seu diretor, a princípio, foi João Alfredo de Souza, autor dos dobrados – Prof. Hildebrando Leal e Dobrado Presidente Solon de Lucena. Substituiu-o, mais tarde, na direção da Banda, o maestro Francisco Ribeiro.

Em 1934, esse conjunto musical recebeu novo batismo, passando a chamar-se “Filarmônica Santa Terezinha”, nome que ainda hoje se conserva, não obstante, alguns eclipses que tem sofrido no curso de sua história.

Por outro lado, nomes ilustres de compositores, tais como os maestros Francisco Ribeiro e João Pereira Fontes, sendo que o primeiro foi o autor do “Hino Municipal de Pombal”, estão na lista dos grandes benfeitores da “Filarmônica Santa Terezinha”.

Merecem menção honrosa ainda os maestros Eliseu Veríssimo, Manoel Roque Filho, Saturnino Santanna e Manoel de Souza. Esses dois últimos integravam a “Sociedade dos Amigos da Música de Pombal”, fundada sob os auspícios do Dr. Wilson Nóbrega Seixas, que durante o tempo que ali residiu muito fez pelo progresso do nosso conjunto musical. Foi ele que mandou ampliar o quadro de um dos conjuntos mais antigos do município. O quadro lembra a constelação de figuras que emoldurava o ambiente musical de 1906. São figuras ilustres que representavam o passado, não só no sentido de sua expressão musical, mas, também, no sentido de sua formação política e social. É, realmente, um excelente painel onde se vêem o chefe político de então, o padre da freguesia, o escrivão da comarca, não faltando inclusive a Bandeira Nacional, símbolo do progresso e da resistência em torno da qual se uniam todos numa só identidade de pensamentos e de ideal na luta pela defesa dos seus direitos e dos interesses do seu município.

Em 1917, formaram dois blocos carnavalescos em Pombal: O Regador e o Lenhador. O primeiro era dirigido por Rui Carneiro e Teodorico Vidal e, o segundo, por Antônio Fernandes de Medeiros e Antônio Toscano Leite. E logo surgiram as rivalidades, que por pouco não foram às vias de fato, quando o maestro da Banda, descobrindo que elementos seus estavam traindo o Regador, vai à Sousa e traz, então, o velho Nicodemos Gadelha e outros, para comporem

o bloco do povo mais humilde da cidade. Na quarta-feira de cinzas deixava o maestro João Fontes a Filarmônica local, ficando na direção dela Vicente de Souza Nazaré. Integravam ao conjunto musical em 1906, os seguintes elementos: João Pereira Fontes, Vicente de Souza Nazaré, João Ferreira de Queiroga, Antônio Vieira, Manoel Honório, Manoel Severiano, Teodorico Correia Vidal, José Menandro Cruz, João Correia Vieira, Caetano Coelho, Alfredo de Castro, Onofre Benigno Cardoso, Finelon Estêvão de Souza, José Irinéia, Francisco das Chagas Vidal, Elvídio Limeira e Guilhermino José de Santana.

Em 1902, por ocasião da instalação da Irmandade do Coração de Jesus, a Banda de Música de Pombal tinha a denominação de “Filarmônica Pombalense”, e era dirigida pelo maestro Antônio Sérgio Barbosa Cavalcante. Dizia o jornal “A Imprensa” noticiando o fato: “A orquestra foi dirigida pelo maestro Antônio Sérgio Barbosa Cavalcante, tendo como auxiliares os habilíssimos professores Capital Vicente de Souza Nazareth e tenente Nestor Aurélio Arnaud Formiga. Por aí se fica sabendo que antes de Nestor era maestro da Banda de Música de Pombal o cidadão Antônio Sérgio Barbosa Cavalcante. Depois de Nestor vem Nazareth, João Fontes, mestre Ribeiro, João Alfredo e outros.

O MOMENTO – João Pessoa, Sábado, 28 de Outubro de 1989

ISABEL MARIA BURITY MANDL (In memoriam)

Perguntaram a um sábio qual era a maior dádiva da natureza. Ele respondeu sem hesitar: A vida! E é sobre a vida de Isabel Burity, que foi, antes de tudo, um fiel exemplo de intensa mobilidade agremiadora, que discurremos nesta crônica.

Legou-nos, Isabel, uma significativa contribuição. Foi através da sua obstinada persistência, no cultivo da música, indiferente que era aos frutos que proporcionariam esse longânimo esforço, sem prêmio e tantas vezes, de ignoradas renúncias, que ela continuará na lembrança das gerações provindouras.

À frente dos movimentos artístico-musicais da Paraíba, foi, decerto, “Condition vitale de toute oeuvre d’art”, para usar as expressões de Baudelaire.

O seu caminhar visava exclusivamente realçar o potencial humano de que é dotada a terra paraibana nas artes musicais. Isto se constituía no objetivo único, numa tarefa meritória a que se dedicava a consagrada pianista, educadora e amante da música, especialmente a erudita.

É preciso que não se deixe cair a bandeira por ela hasteada. É preciso que não se deixe calar a voz. É preciso que esta luz permaneça acesa. Na música, tinha a fé de um Bach Mozart, Chopin e Villa Lobos. Viveu cantando e sofrendo pelo ideal da arte. A música

se movia em seu ser, impulsionando sentimentos e ações. A arte para ela era um instinto que revelava a verdadeira vocação da vida e era também um ato consciente da inteligência e de vontade.

Muitas de suas idéias foram criticadas pelos cultores da sonora arte. Ela via muito mais além que as pautas musicais. Dizem que sobressair é incomodar. Na verdade, o mérito vive rodeado de contestadores. Lembro, a propósito, as palavras do escritor francês Émile Zola: “É preciso morrer para se ter razão”.

Diante da ausência de Isabel, o que podemos fazer é homenageá-la, exaltar o seu trabalho que engrandeceu a sua vida, vivida sem preconceitos político-partidários ou ideológicos. Conversamos horas antes de sua partida. Tinha a face lívida, o andar alquebrado e a alma carregada de apreensões. A notícia do seu desaparecimento deixou os amigos surpresos e o mundo musical paraibano na orfandade.

No instante derradeiro, a música se fez presente, executada pelos meninos do Projeto Espiral, que implantara aqui; da Orquestra Sinfônica Jovem, nascida do Espiral; da Orquestra de Câmara, que formara; da Orquestra Sinfônica, frutos do seu denodado empenho e da sua incansável busca de elevar o nível cultural da Paraíba.

Esta é a imagem que guardamos de Isabel. Na sua simples maneira de ser, se escondia uma aguçada inteligência e uma batalhadora ferrenha dos seus ideais. Foi uma propulsora da cultura musical do nosso Estado. Está plantada na alma de todos quantos compõem o Projeto Espiral, a Luteria, a Orquestra Sinfônica, a Orquestra de Câmara e Orquestra Jovem, que a todos dirigia, a sua imagem de educadora.

A ninguém é dado o direito de lhe usurpar os louros da vitória! Sim, porque ela foi uma vitoriosa! A ela coube o idealizar, o projetar e o executar, nos três turnos diários de seu dia a dia. A ela nossa homenagem e o nosso reconhecimento.

Da Monografia Esperança e Ressurreição, João Pessoa, 1991

HERÓI OU SANTO?

É sabido que as reações aos sistemas políticos dominantes provocam entre os historiadores intermináveis indagações e polêmicas, cuja análise serve de suporte para novas interpretações e preliminares ao estudo e crítica da atuação das figuras inseridas no contexto histórico.

A historiografia visa reconstruir por dentro a imagem de uma época, seja no seu enfoque psicológico, sociológico ou outro análogo.

Na verdade, julgamos os homens e os fatos de acordo com o lugar em que nos encontramos. Na fase atual, estão em curso grandes transformações: discute-se o valor das tradições, buscam-se expressões novas de cultura, de civilização, religião e de ideologia. Dá-se muitas vezes a preponderância, quando não a prioridade, aos recursos materiais como condição do tempo, ofuscando os valores espirituais.

Vivemos um momento em que o homem chegou ao ponto de concorrer com as próprias máquinas que ele criou, mesmo que os calculadores da cibernética pareçam para Claude Elwood, o grande teórico das informações “sábios estúpidos”.

O historiador contemporâneo tem um novo posicionamento com relação à história: recusa-se a ser um mero contador de fatos, investiga o contexto de todos os seus ângulos e segmentos à luz da crítica histórica, para melhor elucidação dos acontecimentos. O es-

tudo crítico – analítico ganhou corpo na moderna historiografia brasileira, proporcionando, assim, ampla avaliação do nosso passado histórico. A história, procura o passado para conhecer o presente e, em consequência, extrair dele os ensinamentos historiográficos necessários ao estudo do passado utilizável. A história, na verdade, não é simplesmente uma máquina de fornecimento de dados. A análise histórica, por conseguinte, passou a conotar a idéia da relatividade e as categorias fundamentais do pensamento histórico.

Frei Manoel da Piedade, frade franciscano, era de temperamento manso e humilde. Com a ocupação da Paraíba pelos holandeses, tornou-se ativo e sectário em torno da expulsão dos bánavos de nossa terra.

O ilustre frade capuchinho, na atividade conspiratória, escondia a tolerância e, no lugar dela, o apelo às armas.

A insígnia da rebeldia povoou o espírito do bravo sacerdote nos dramáticos dias que feriram à batalha do dia 11 de dezembro de 1631. Na verdade, o clima emocional na Paraíba era intenso naqueles momentos cruciantes da vida brasileira; ascendendo, cada vez mais, a chama que impulsionava os embates e preparava o caráter para a luta.

Frei Manoel da Piedade era natural de Olinda, onde nasceu em 1572, sendo seus pais o Capitão-Mor João Tavares e D. Constância Dias, sua mulher. Conforme relata o historiador paraibano Irineu Pinto, o ilustre clérigo, tomou o hábito de São Francisco e foi-lhe então destinado o convento de sua ordem nesta cidade para a sua residência.

Quando os holandeses feriram à batalha de 11 de dezembro, Frei Manoel da Piedade, tornou-se um verdadeiro herói, animando no meio do fogo os combatentes, inculcando-lhes coragem com Cristo Crucificado na mão.

Ferido na ocasião em que exortava os seus irmãos à luta e serenado o combate, foi transportado para o seu convento, onde veio a falecer a 18 de dezembro de 1631. Seus restos mortais estão guardados no convento de São Francisco, desta capital, em lugar ignorado. Aquela alma piedosa, cheia de virtudes e patriotismo que por tantas

obras de piedade, benefício do próximo e virtudes cristãs é merecedora da nossa admiração e profundo respeito.

O insigne varão era Mestre-de-Capela, da igreja de São Francisco, dirigindo o coro e a orquestra. Possuía uma excelente voz de barítono e solava os cânticos sacros nas festividades religiosas do referido templo. Ensinava os índios a cantar nas suas aldeias, trazendo à comunidade religiosa de sua jurisdição os selvícolas convertidos à religião católica.

A Paraíba, por suas instituições culturais e religiosas, deve reverenciar a memória daquele que sacrificou a própria vida em prol da unidade pátria.

O NORTE – Domingo, 19 de Julho de 1992.

**ACERVO
ICONOGRÁFICO
RELACIONADO
COM O AUTOR
DA PRESENTE OBRA**

CRÔNICA E HISTÓRIA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

CURSO GINASIAL

O portador deste sr. Domingos

Azevêdo Ribeiro

cuja fotografia se vê ao lado, é alu-

no do Curso Ginasial da Sa.

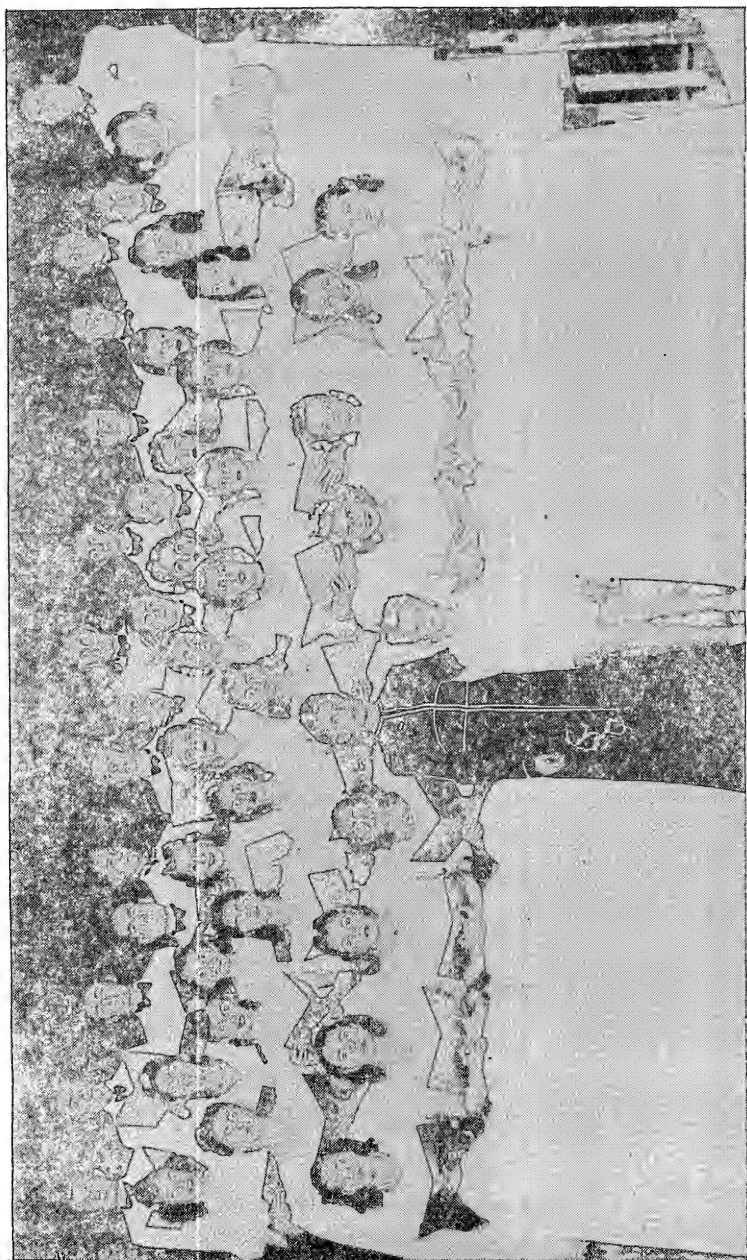
rie matriculado sob o n. 316

10 Junho 1939

Conego MATIAS ARAÚJO -- Diretor

O presente cartão só é valido durante o ano 1939

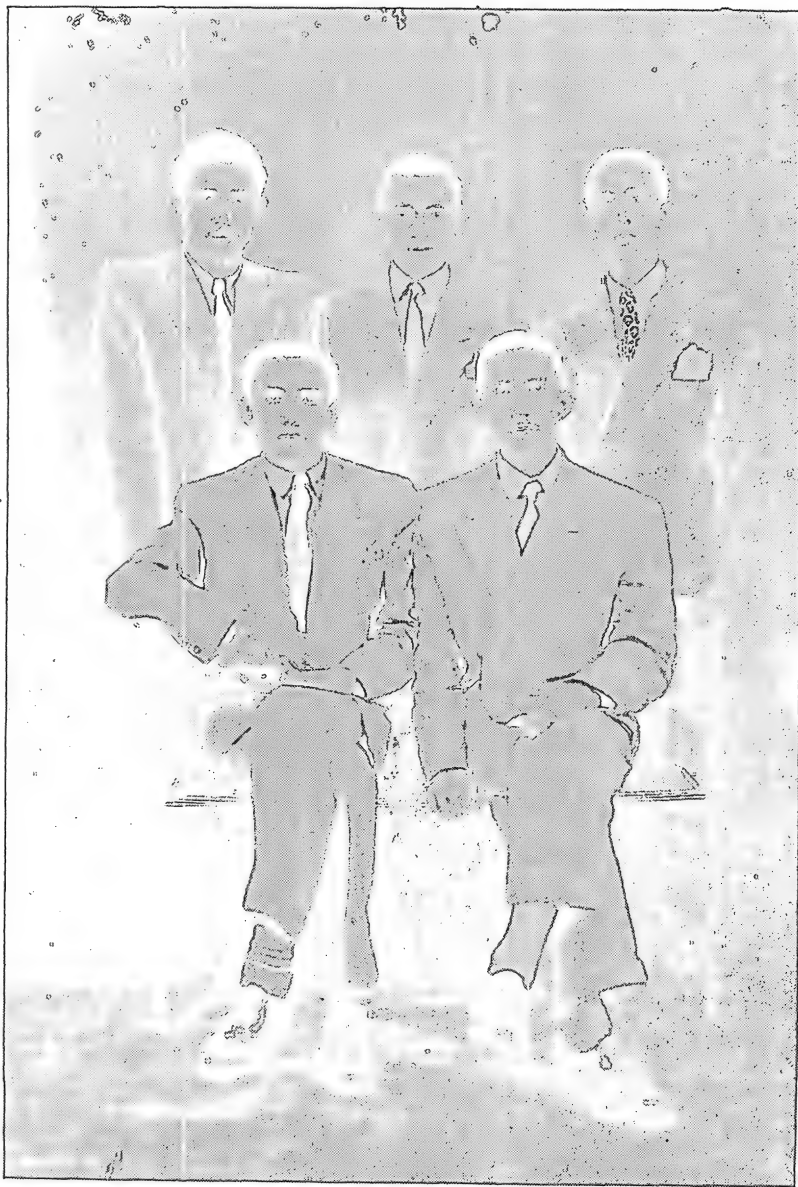
1939 - O autor como aluno do Instituto de Educação, hoje Lyceu Paralbano.



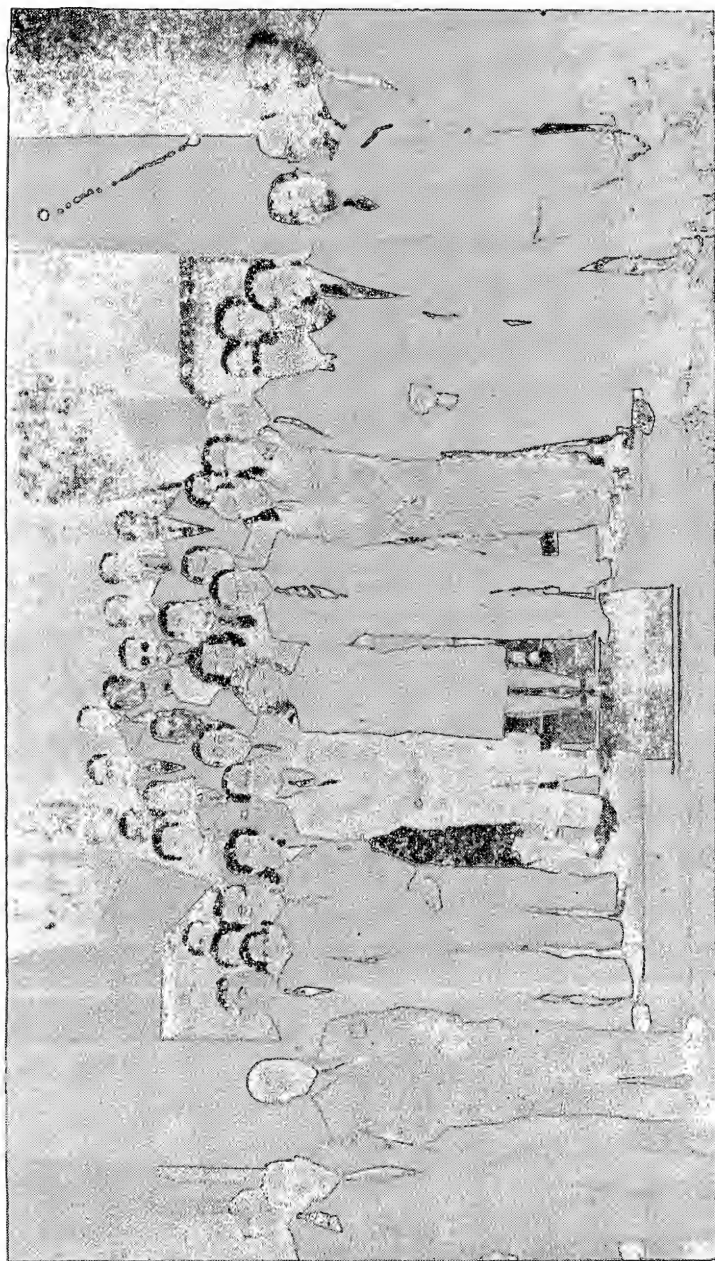
1939 – O autor, o terceiro à direita da fila de cima como componente do Coral Vila Lobos, dirigido pela professora Santinha Sá.



1943 – O autor como cabo do 15º Regimento de Infantaria, durante a Segunda Guerra Mundial.



1945 – Diretoria da Sociedade de Cultura Musical da Paraíba. Da esquerda para a direita: Olavo Parente, Domingos Azevedo e Carlos Romero. Sentados: Afonso Pereira e Hamilton Pequeno.



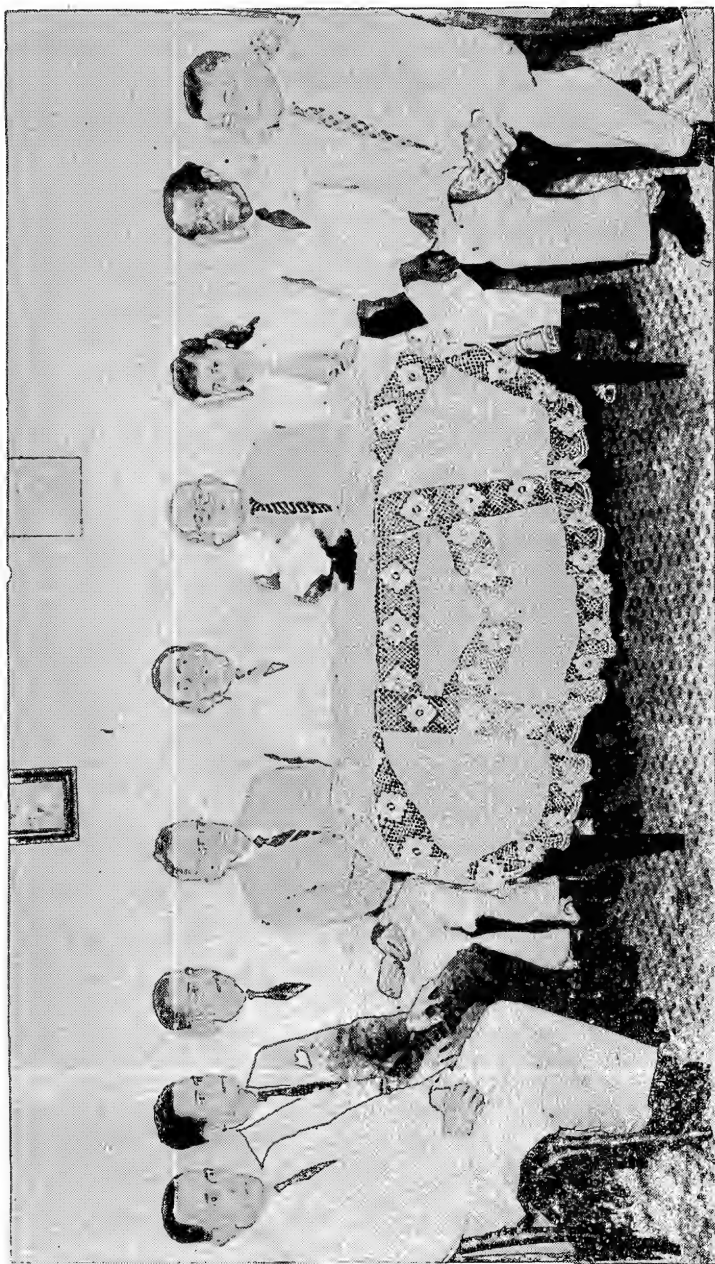
1945 – Flagrante da chegada dos componentes, da Orquestra Sinfônica do Recife ao Palácio da Redenção, destacando-se o Interventor Ruy Carneiro, Maestro Vicente Fittipaldi, professor Augusto Simões, violinista Nair Rottman e Domingos Azevedo, o 4º de pé à esquerda.



1949 – Flagrante da mesa diretora do 1º Congresso de Música do Nordeste, vendo-se o ex-governador Osvaldo Trigueiro e demais componentes. Da direita para à esquerda, o autor que aparece na primeira fila e que, por sua vez, foi Secretário Geral do Conclave.



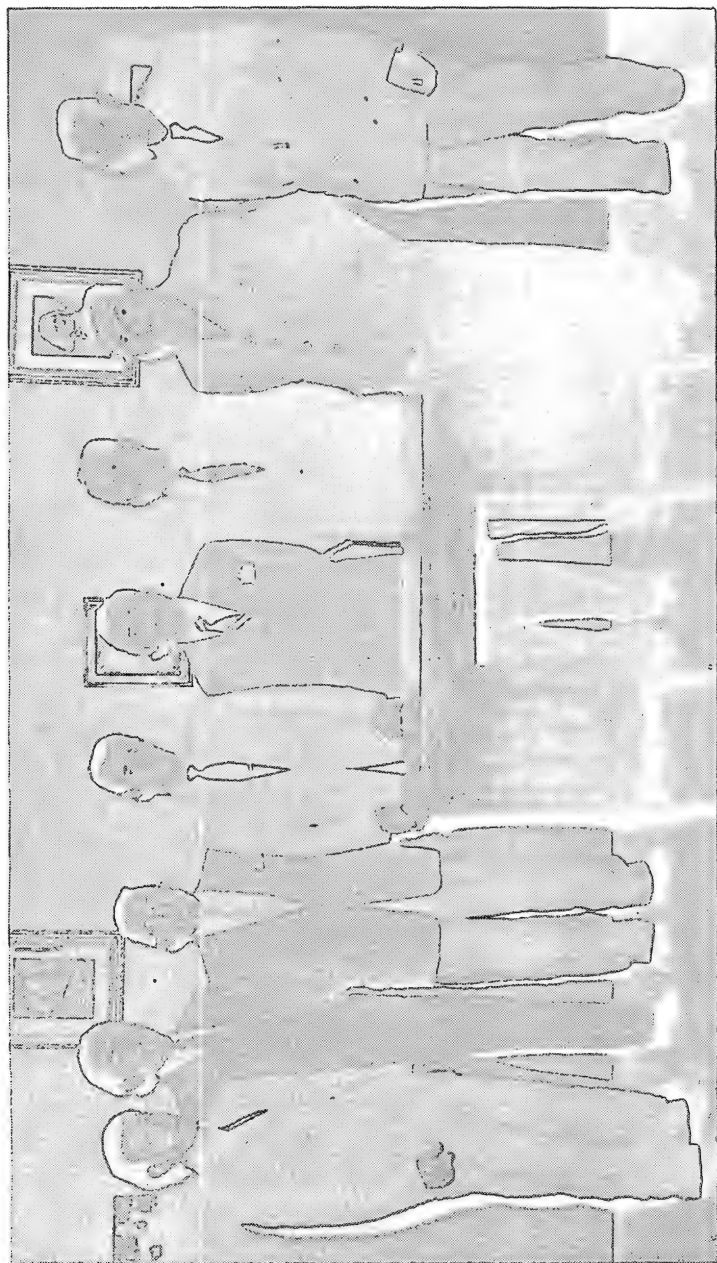
1955 – O autor como presidente da OSP discursando durante as solenidades comemorativas do 10º aniversário de fundação da Orquestra Sinfônica da Paraíba. Da esquerda para à direita: Antonio Sorrentino, maestro Pedro Neves, e desembargador Paulo Bezerril, também ex-presidente.



1958 - A Diretoria da Orquestra Sinfônica da Paraíba. Da esquerda para à direita: Pedro Navarro, Elmano Farias, José Metri, João da Veiga Cabral, Domingos Azevedo, Presidente da Sinfônica, maestro Francisco Picado, Regente Titular, Leozita Cristo, maestros Camilo Ribeiro e João Eduardo.



1960 – Da esquerda para à direita; jornalista João da Veiga Cabral, Domingos Azevedo, presidente da Orquestra Sinfônica, maestro Rino Visani, Regente Titular e Dr. Hermano Gouveia, vice-presidente.



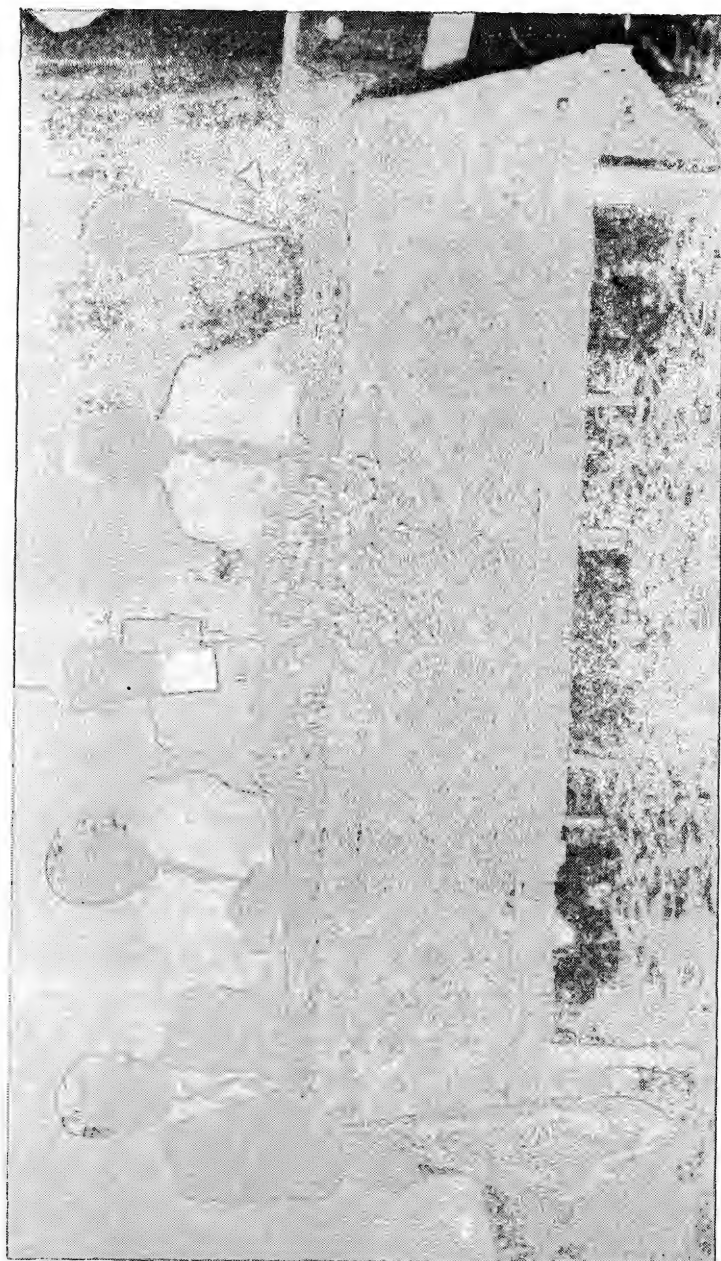
1962 – Diretoria da Orquestra Sinfônica da Paraíba. Da esquerda para a direita: Genildo Medeiros, maestro Pedro Neves, Antonio Sorrentino, Domingos Azevedo, Presidente da Sinfônica, dr. Hermano Gouveia, Vice Presidente, João Emídio e Lucena e José Metri.



1963 – O Maestro José Siqueira em companhia do musicólogo Domingos de Azevedo, à época Presidente da Orquestra Sinfônica da Paraíba, em visita ao governador Pedro Gondim no Palácio da Redenção.



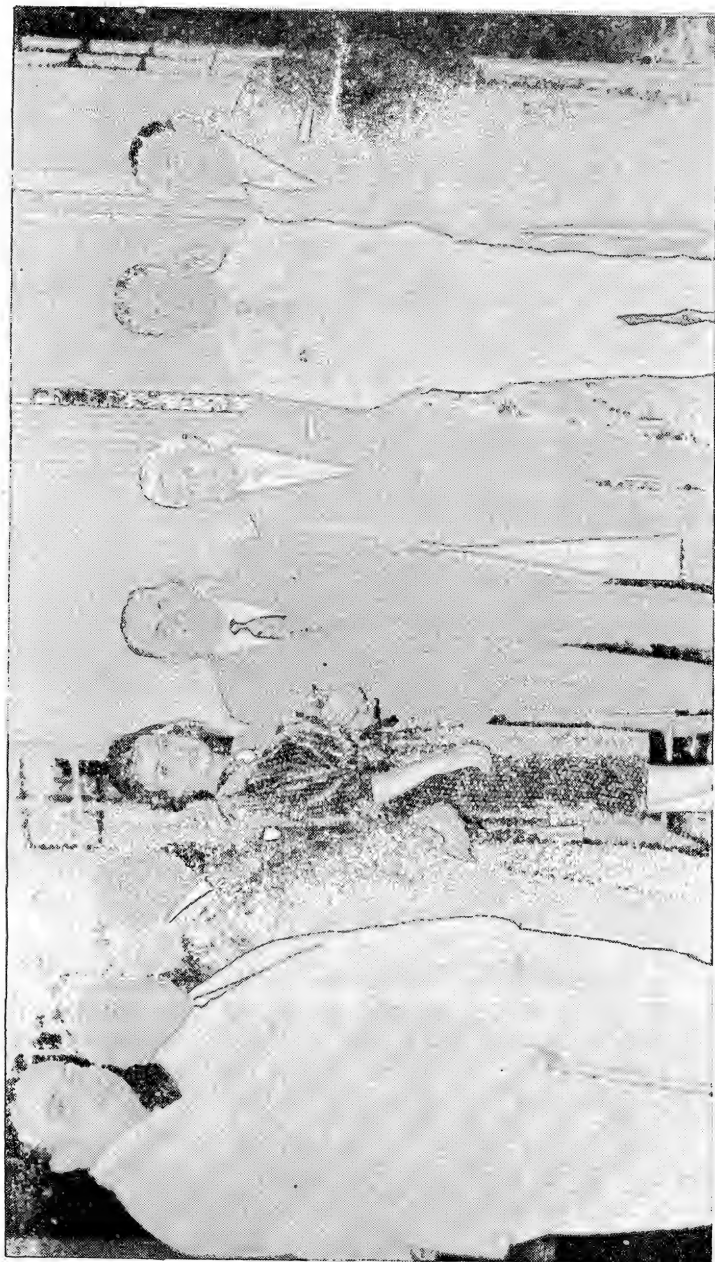
1965 – Flagrante da apresentação da Orquestra de Câmara de João Pessoa no Colégio das Neves vendo-se o autor, o terceiro à esquerda. Ainda, a irmã superiora do Colégio das Neves, o escritor Oscar de Castro e o Ministro José Américo de Almeida.



1967 - Mesa diretora que presidiu os trabalhos de classificação dos corais estudantis de João Pessoa. Da esquerda para a direita Dr. Péricles Serafim, Comendador Renato Ribeiro, o irmão marista Diretor do Colégio Pio X, Dr. José Mário Porto e o autor.



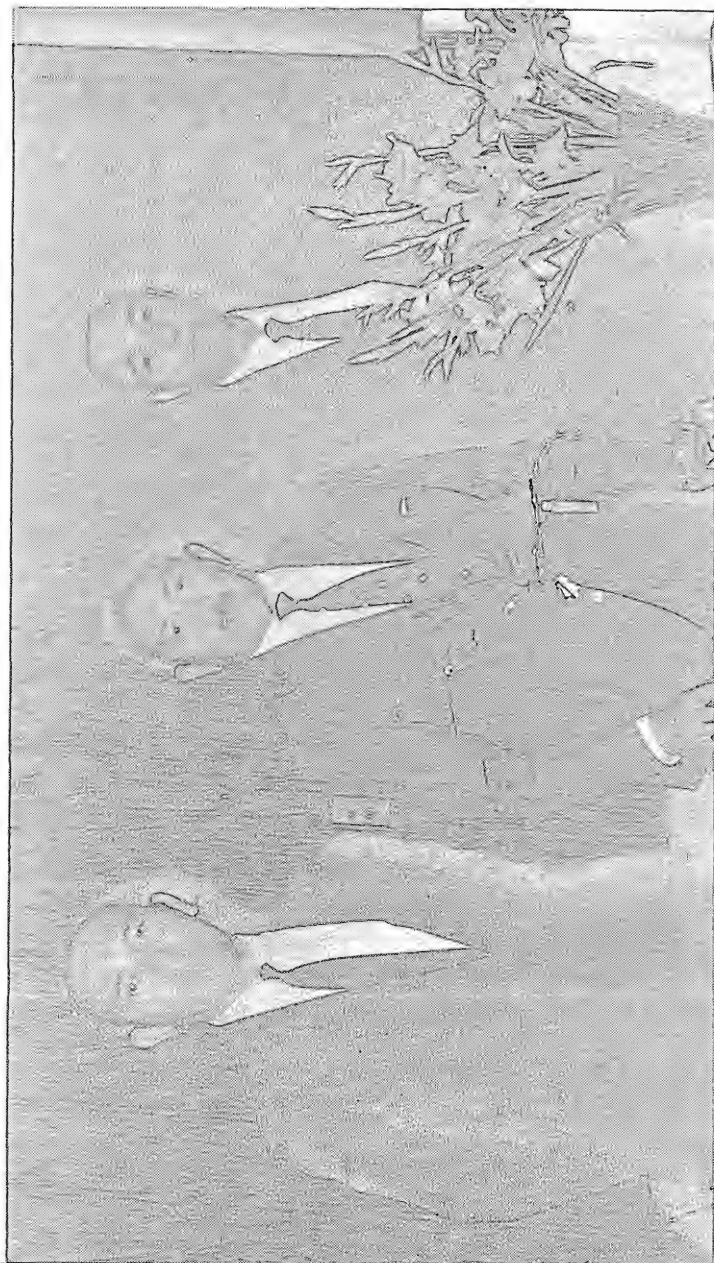
1968 – O autor como secretário do Conselho Deliberativo do Clube Astréa, lendo o relatório anual.



1969 - Diretoria do Clube Astréa, vendo-se da esquerda para à direita: Artur Moura, Abdon Costa, Samuel Norat, Stela Stukert, Clóvis Lima. Presidente, José Barbosa, Evandro Ribeiro e o autor que era, na época Diretor de Arte e Cultura do sodalício.



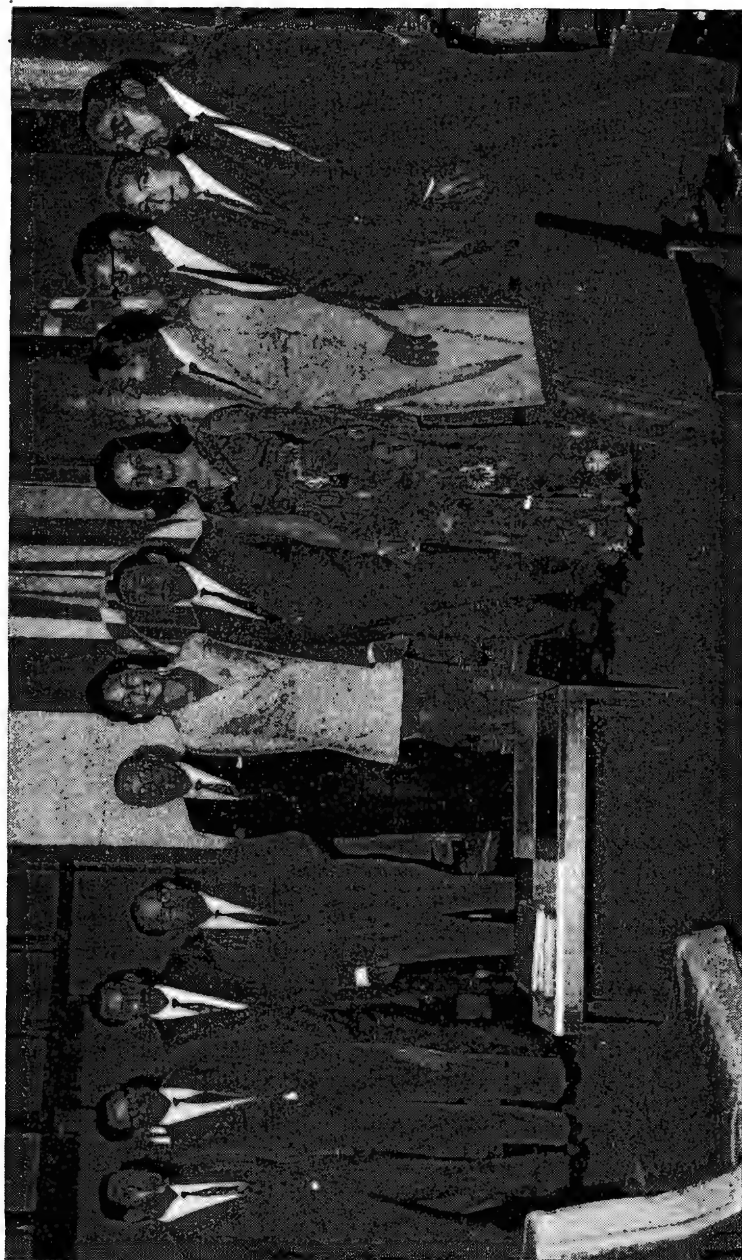
1972 – O autor à direita, como componente da representação de Areia, por ocasião da Reinauguração da Biblioteca Central do I.P.B. Vendo-se ainda o Monsenhor Ruy Vieira, escritor José Américo de Almeida, Professor Paulo Pires e outros.



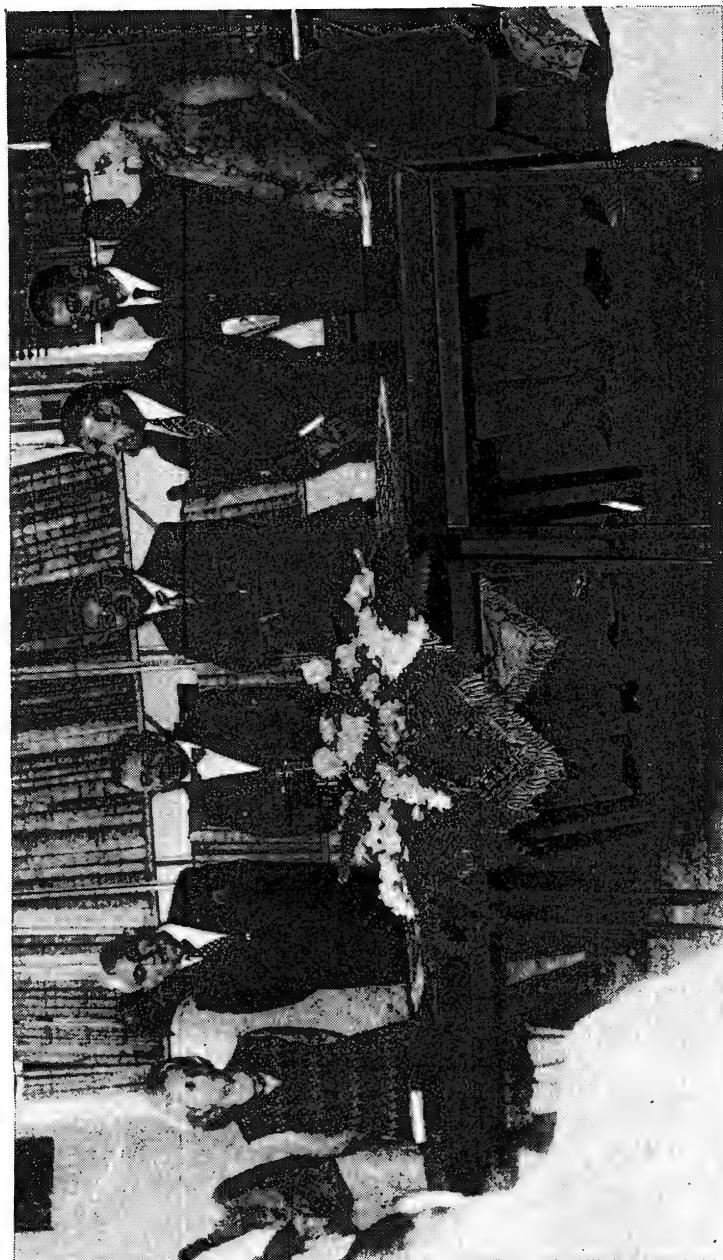
1972 – Componentes da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa (Justiça do Trabalho). Da esquerda para à direita o autor como Juiz Classista representante dos empregados; Juiz Luiz de Oliveira Galvão presidente da Junta e Juiz Classista Djalma Vilar de Gusmão representante dos empregadores.



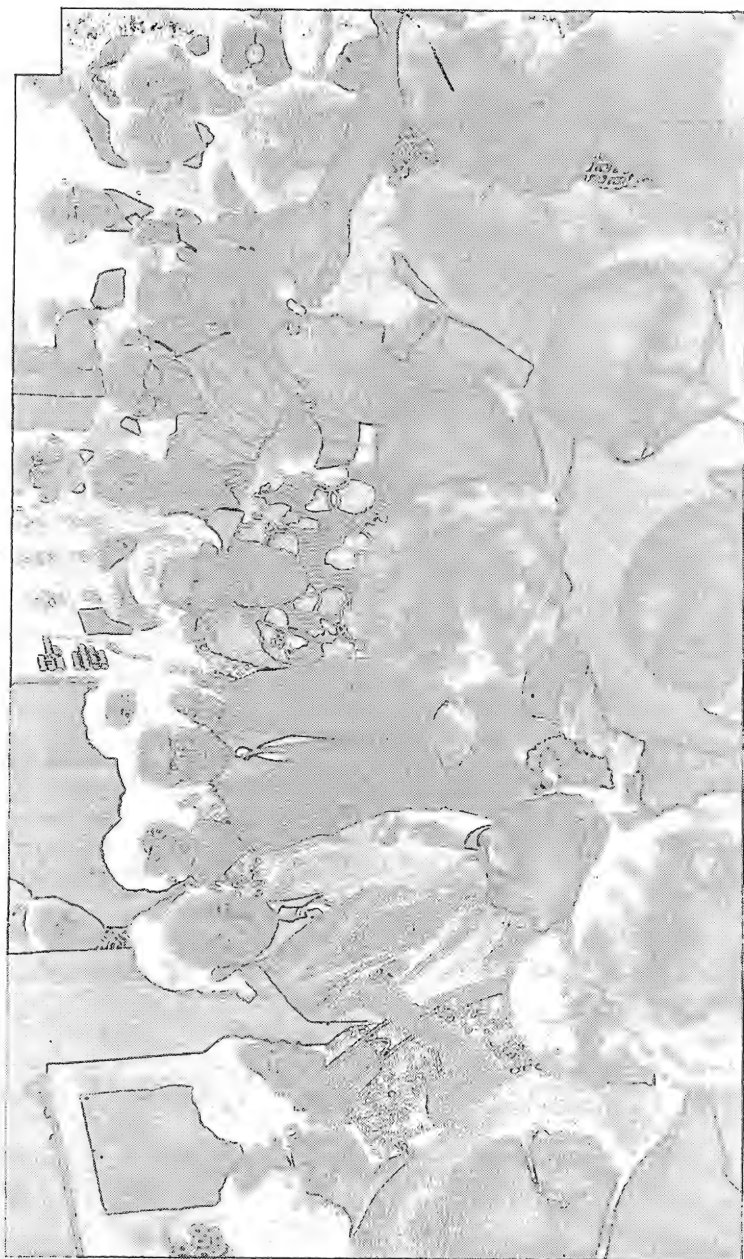
1974 – Posse do autor como Juiz Classista da Junta do Trabalho, vendo-se o Juiz Geraldo Teixeira de Carvalho, Presidente da Junta e o Bacharel Roberto Lima secretário da mesma.



1974 - O autor como membro da Diretoria do Esporte Clube Cabo Branco, tendo como Presidente Damásio Fran-
ca. Da direita para à esquerda, o 2º de pé.



1976 – Posse da Diretoria do Instituto Paralbano de Genealogia e Heráldica, vendo-se da esquerda para à direita a escritora Rosilda Cartaxo, desembargador Sinval Fernandes, escritor Sabiniano Maia, o autor, escritor Inocêncio Nóbrega e escritora Waldice Porto.



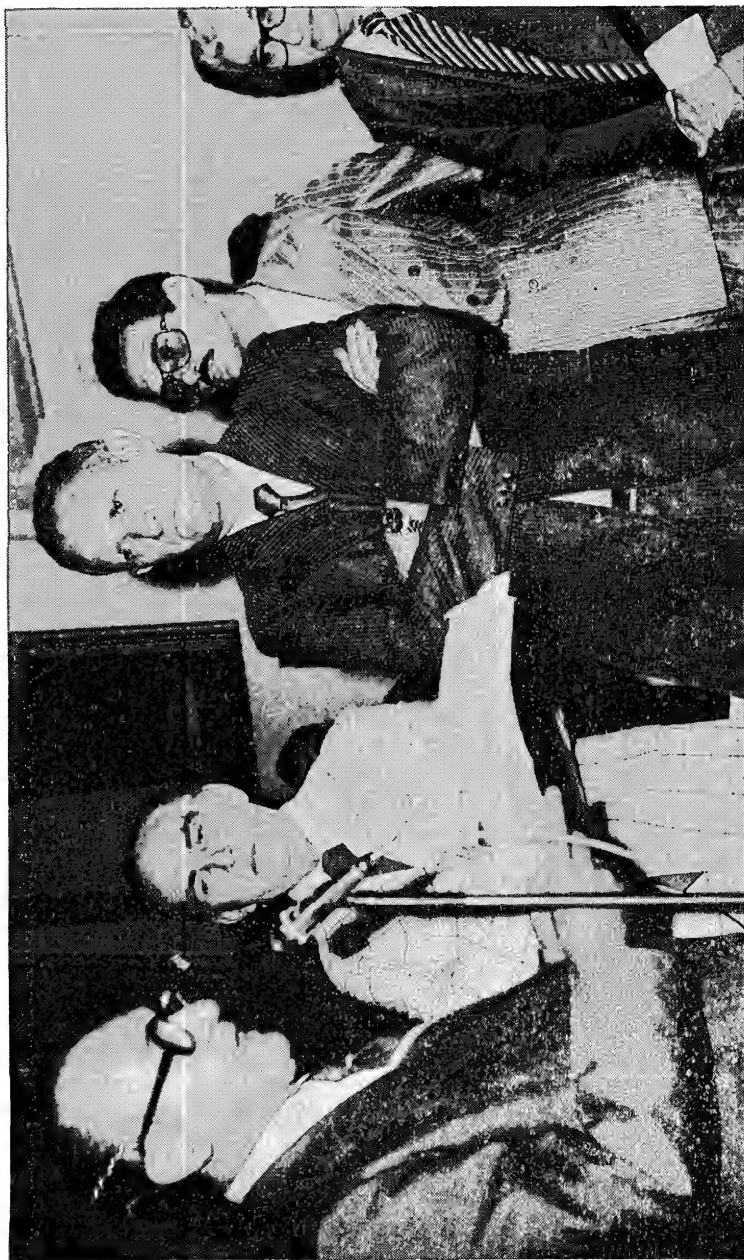
1977 – Aspecto do lançamento do livro “Gazzi de Sáf”, vendo-se o autor da obra entre os que compareceram ao evento.



1977 – O autor, à esquerda, em companhia do violoncelista Aldo Parizot de renome internacional e professor Juarez Johnson e familiares.



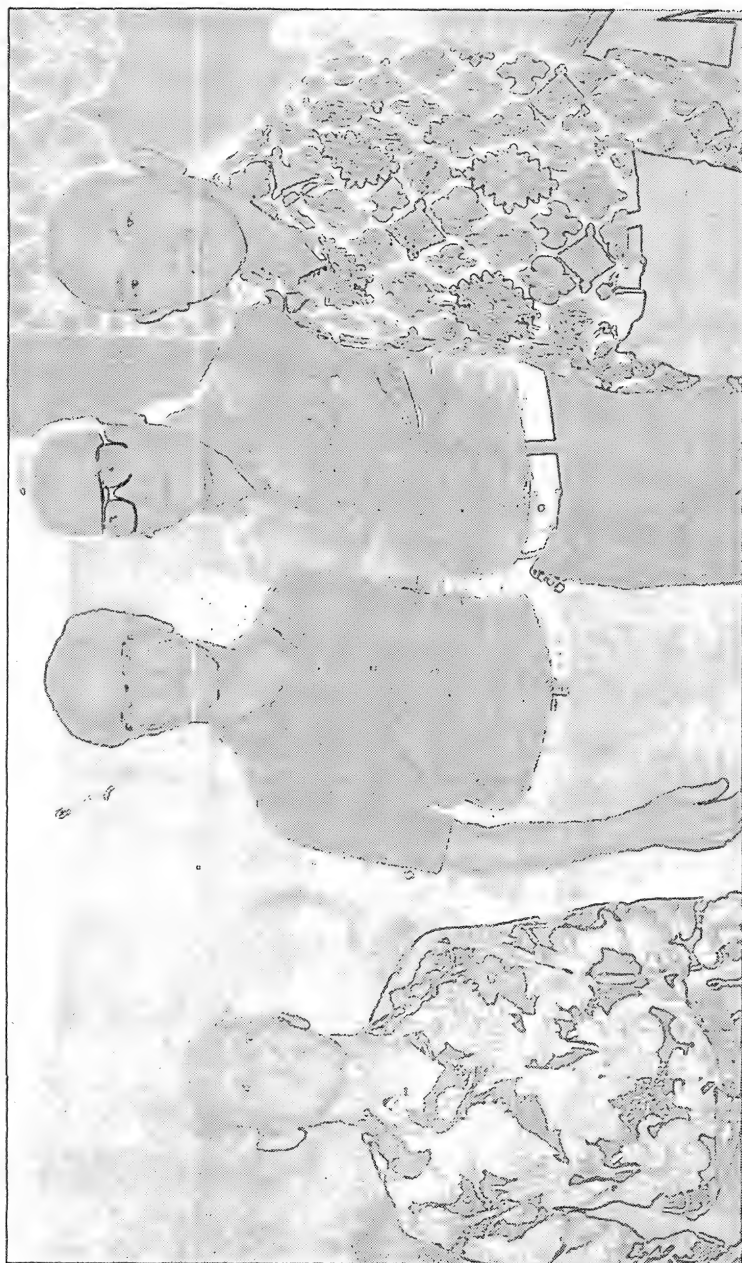
1977 – O autor entrevistando o maestro suíço de fama internacional, Pierre Waldm quando da sua estadia em João Pessoa.



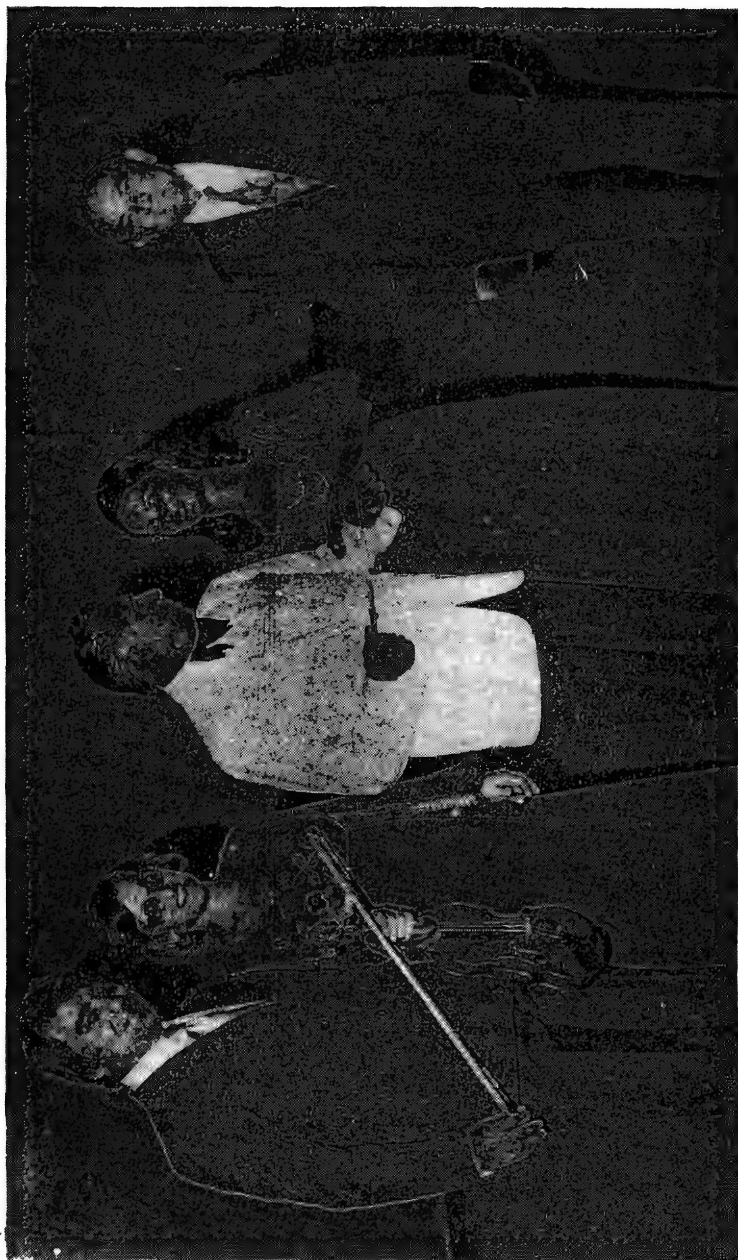
1978 – Flagrante do livro (João Pessoa e Música) notando-se entre outros, o ex-governador Dorgival Tercelro Neto o deputado Nominando Diniz, Juízes Carlos Montenegro e Aureo Correia Lima



1978 – Aspecto da solenidade de inauguração do Forum Maximiano de Figueiredo, vendo-se da direita para à esquerda, o juiz classista Domingos Azevedo, juiz Paulo Cabral de Melo, à época Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta-Região e Juiz Classista Djalma Gusmão.



1978 – Componentes da Diretoria do Esporte Clube Cabo Branco; Da esquerda para à direita: Agmar Pinto, Eugênio de Carvalho, Ivônaldo Corrêa e Domingos Azevedo.



1978 – O autor com o maestro Eliazar de Carvalho e esposa, o violinista Rafael Garcia e a pianista Ana Altino, após o concerto da O.S.P.



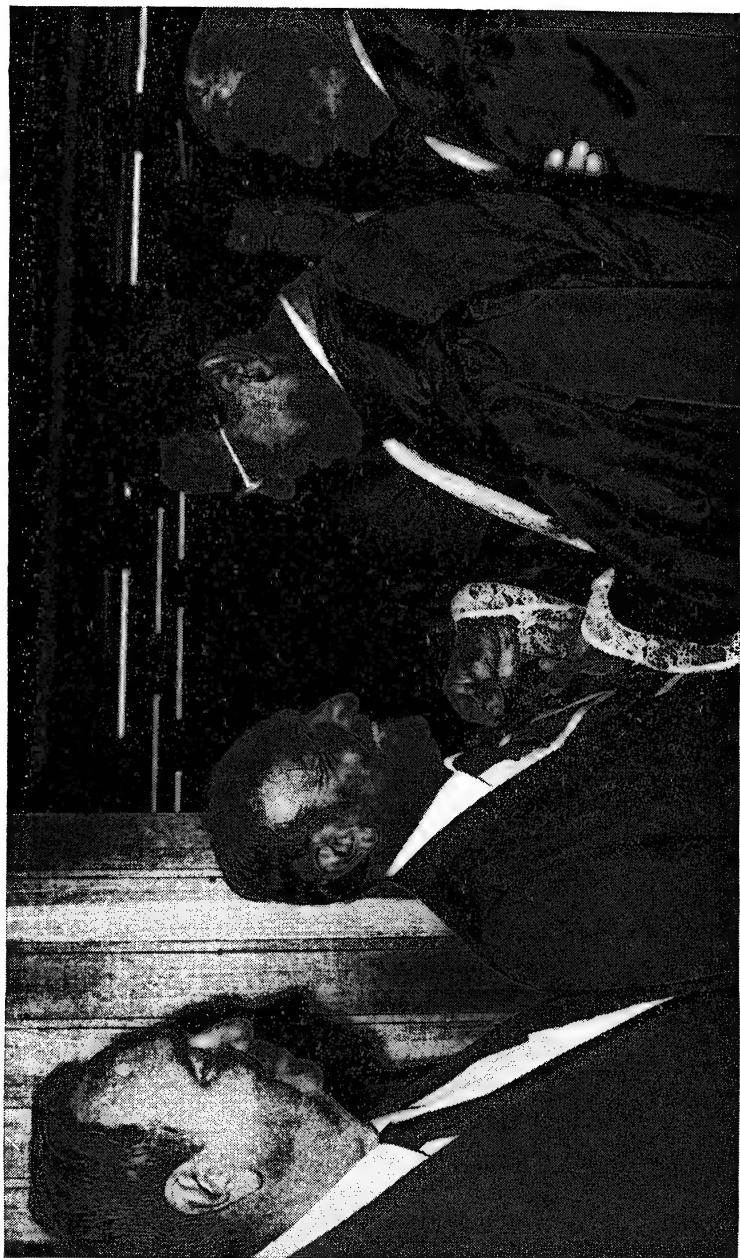
1978 – Visita do Presidente do Tribunal do Trabalho da 6ª Região, Juiz Clóvis dos Santos Lima, à Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa. De pé da esquerda para a direita, Juiz Classista João Melo, Juiz Classista Domingos Azevedo, Juiz Clóvis Lima, Presidente do T.R.T., Juiz Classista Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho, Juizes Classistas José Dionísio, Djalma Gusmão e outros.



1979 - O autor recebendo das mãos de sua esposa, Célia Cunha Ribeiro, o diploma de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.



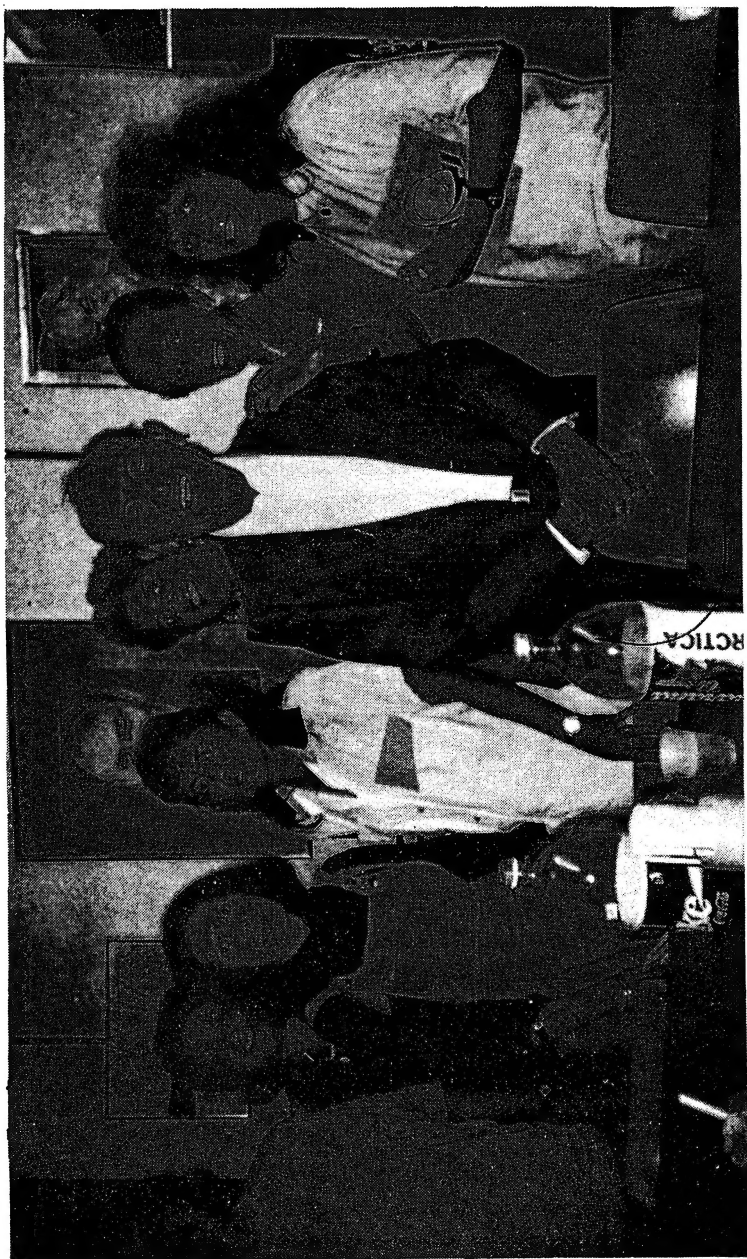
1982 – O autor e o Maestro José Siqueira e a cantora Alice Ribeiro, por ocasião do término do Curso de Cultura Musical de João Pessoa, do qual foi coordenador.



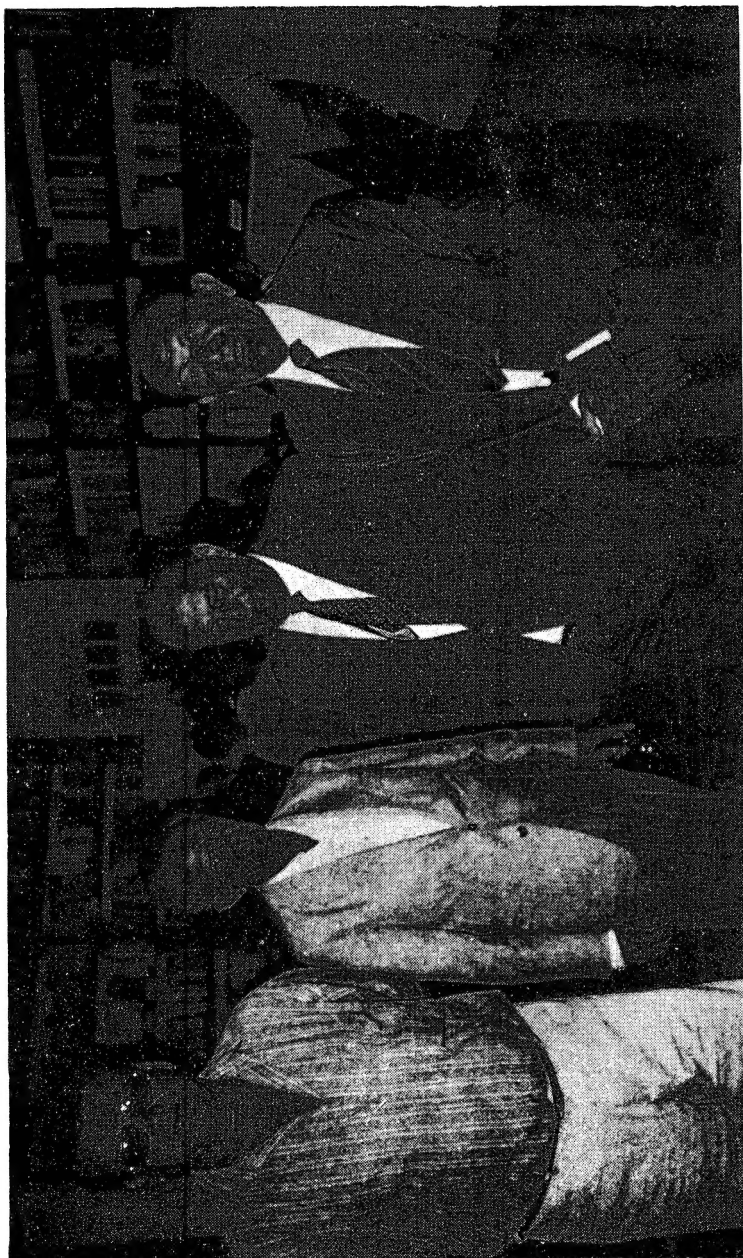
1991 – Flagrante da entrega pelo Presidente do Conselho de Mérito Judiciário Epitácio Pessoa, Juiz Geraldo Teixeira de Carvalho, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da Comenda, em Grau de Oficial, ao autor.



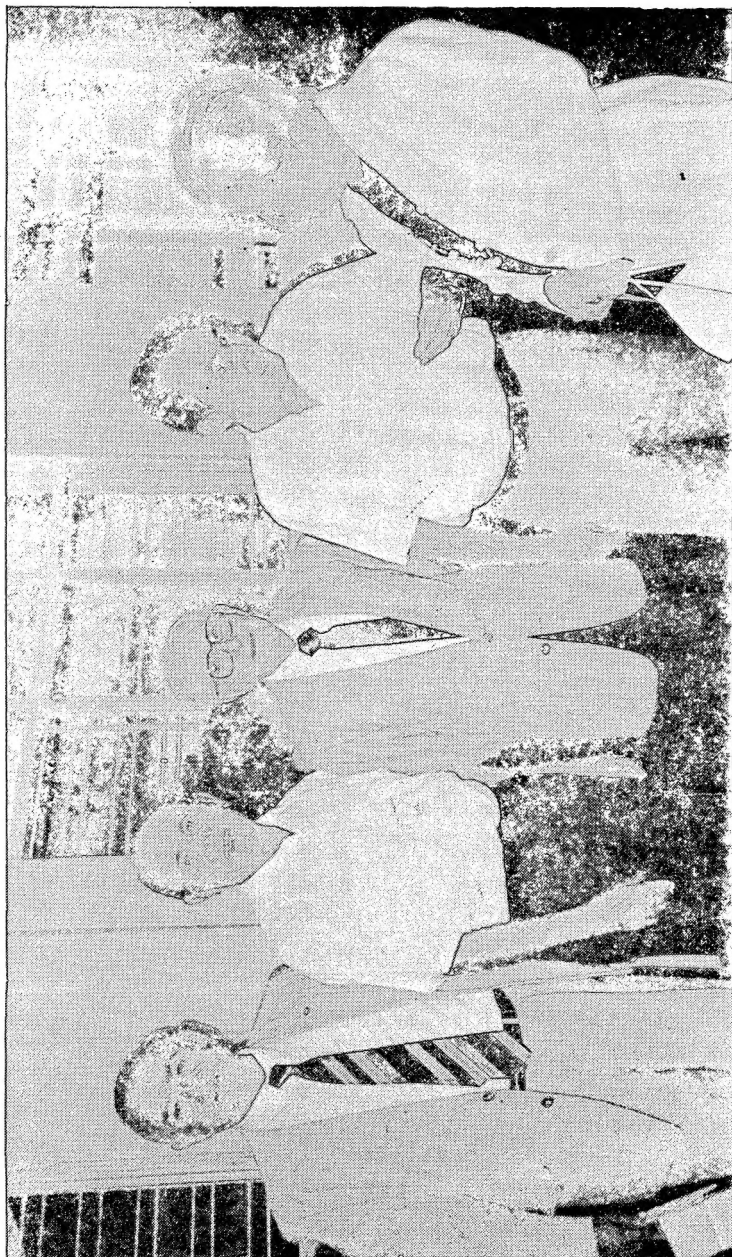
1991 – Domingos Azevedo em companhia do Ministro Arnaldo Susselkind, do Superior Tribunal do Trabalho e, atualmente, Presidente da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra.



1992 – Componentes do Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira, da Fundação Espaço Cultural da Paraíba, do qual o autor é Diretor, após festa de confraternização.



1992 – O autor o 4º da direita para à esquerda, e o Desembargador Semião Cananê e historiadores Deusdeth Leite e Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, após solenidade no I.H.G.P.



1992 – Domingos Azevedo, o 2º da direita para à esquerda, com os historiadores Joacil de Brito Pereira, Presidente do I.H.G.P., Escritor Pedro Nicodemos, arquiteto Mário Di Lascio e a historiadora Rosilda Cartaxo.